

O ACENTO EM PORTUGUÊS: ESTUDO DE ALGUMAS
MUDANÇAS NO MODELO DA FONOLOGIA GERATIVA

por

IARA BEMQUERER COSTA

Dissertação apresentada ao De-
partamento de Lingüística do
Instituto de Estudos da Lingua
gem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito par-
cial para obtenção do grau de
Mestre em Lingüística

Campinas

1978

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, que financiou meus estudos no período de setembro de 1974 a fevereiro de 1977 (processo nº 0798/74).

O ACENTO EM PORTUGUÊS: ESTUDO DE ALGUMAS
MUDANÇAS NO MODELO DA FONOLOGIA GERATIVA

Resumo

Neste trabalho procura-se em primeiro lugar descrever a ocorrência dos diversos graus de acento tal como são percebidos no nível fonético; a partir daí indagar sobre a natureza do acento em português (investigando se sua posição é previsível e, caso o seja, determinando os fatores relevantes para sua ocorrência em certas posições). Em segundo lugar procura-se examinar, frente aos dados do português, a proposta da fonologia gerativa transformacional, segundo a qual as regras que determinam os diversos graus de acento são aplicadas segundo o princípio do ciclo transformacional. A partir daí tenta-se avaliar os problemas que se colocam para o modelo fonológico de Chomsky e Halle (1968) decorrentes da incorporação do ciclo transformacional. Por último, procura-se mostrar como tais problemas incluíram para que esse modelo fosse questionado, surgindo como alternativa outro modelo gerativo: a fonologia gerativa natural. Procura-se finalmente avaliar as previsões desta para a análise do acento, considerando as vantagens que apresenta sobre aquela e apontando questões ainda não solucionadas.

Autora: Iara Bemquerer Costa

Orientadora: Maria Bernadete Marques Abaurre Gnerre

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Notas da Introdução	15
CAPÍTULO 1: Características do Acento em Português .	16
1.1. Delimitação dos dados para a análise	16
1.2. Acento e classe morfológica	19
1.3. O acento nos nomes e adjetivos	20
1.4. O acento nos verbos	23
1.5. O acento nas palavras formadas com alguns sufixos derivacionais	24
1.6. Graus de acento. Distribuição das vogais segundo os graus de acento	25
1.7. Graus de acento e velocidade de pronúncia .	29
1.8. O acento em português segundo Mattoso Câ- mara Jr.	31
1.9. Uma análise taxionômica do acento em portu- guês	37
Notas do capítulo 1	39
CAPÍTULO 2: Análise do Acento Segundo a Fonologia Ge- rativa Transformacional	43
2.1. O componente fonológico na gramática gera- tiva transformacional	43
2.2. Representações fonológicas dos sons do por- tuguês. Algumas realizações fonéticas das vogais	54
2.3. O acento nos nomes e adjetivos	64
2.4. O acento nos verbos	74
2.5. Acento secundário e ritmo	92

2.6. Crítica à análise transformacional do acento feita por Botha (1971)	103
Notas do Capítulo 2	109
Sumário de regras do Capítulo 2	115
CAPÍTULO 3: Análise do Acento Segundo a Fonologia Ge- rativa Natural	118
3.1. A fonologia gerativa natural	118
3.2. O acento na fonologia gerativa natural ...	132
3.3. Uma análise do acento nos nomes baseada na força da sílaba	136
3.3.1. A sílaba em português	136
3.3.2. Sílaba e acento	142
3.4. Uma análise do acento baseada na organiza- ção dos morfemas na palavra	146
3.4.1. Análise do acento nos verbos	147
3.4.3. O acento e o processo de metafonia nos verbos	151
3.4.3. O acento nos nomes	154
3.4.4. O acento na derivação	159
Notas do Capítulo 3	166
Sumário de regras do Capítulo 3	167
CONCLUSÃO	172
BIBLIOGRAFIA	176

INTRODUÇÃO

Desde que iniciei o estudo da fonologia do português que minha atenção se voltou para a frequência com que as regras de acento eram mencionadas em trabalhos que descrevessem qualquer aspecto da fonologia do português. Ao estudar a fonologia gerativa transformacional, mais uma vez minha atenção se voltou para a presença de regras de acento, quando comecei a me dar conta de que a proposta do ciclo transformacional na fonologia tinha sido feita especialmente para a análise desse aspecto. Cresceu o meu interesse em estudar um pouco mais a questão. Daí a escolha do tema "acento" para a dissertação de mestrado. Definido o projeto, comecei as leituras, procurando ver como o problema do acento era tratado não só pela fonologia gerativa transformacional mas também em trabalhos mais recentes segundo a fonologia gerativa natural, e o trabalho foi ganhando dimensão diferente da que tinha no início: diminuiu o interesse em descrever esse aspecto da fonologia portuguesa (para daí conhecer melhor outros aspectos) e aumentou a preocupação em ver que contribuição o acento (e a proposta do ciclo transformacional na fonologia) deu para que fosse acelerada a substituição do modelo fonológico proposto por Chomsky e Halle (1968) por outro mais "realista".

O trabalho que agora se apresenta conserva algumas características do projeto inicial: a preocupação em fazer um levantamento relativamente preciso do comportamento dos graus de acento no nível fonético, a análise bastante cuidadosa do acento segundo a fonologia gerativa trans-

formacional. Soma-se a essa preocupação, a de refletir sobre o modelo fonológico de Chomsky e Halle, despertada depois, sobretudo através de discussões com a orientadora, das aulas do professor Maurizio Gnerre, e também através da leitura do trabalho de Botha (1971). Este me chamou a atenção para o dado fundamental de que o ciclo transformacional poderia ser um dispositivo incorporado ao modelo para protegê-lo de testes que pudessem talvez comprovar sua ineficácia frente aos dados (ver Botha 1971,205 -11).

É preciso chamar a atenção para o fato de que este trabalho não consegue, de maneira alguma, abordar todos os problemas que se poderia considerar sob o título geral de " o acento em português". Para começar, se par - tirmos da proposta de Chòmsky e Halle, é impossível separar o acento da palavra, que é objeto do estudo aqui, e o acento sentencial, ou seja, o contorno de entonação. Em seu modelo, um mesmo conjunto de regras, aplicando-se ciclicamente, cada vez a unidades maiores, dá conta dos dois fenômenos. Eliminando do escopo deste trabalho testar a validade de tal proposta, o que alongaria demais a dis - cussão, me detive no primeiro passo: a análise do acento na palavra. No entanto chamo a atenção para isso agora, a fim de mostrar que foram feitos cortes de vários aspectos que seria interessante abordar dentro do tema propos - to no início. Um desses cortes foi o de eliminar a análi - se do acento sentencial.¹

Mesmo considerando o acento ao nível da pala - vra, muitos aspectos que poderiam ser analisados com uma maior profundidade, ou foram apresentados de maneira su - perfcial, apenas para chamar a atenção para a existência

do problema, ou nem foram abordados no corpo do trabalho. Menciono, por exemplo, em alguns pontos que há uma ligação bem grande entre a posição do acento (e mesmo a existência de acento) e a classe a que pertence a palavra. Mas ao fazer a análise, não vou além dos nomes e verbos, considerando um ou outro sufixo derivacional na medida em que serve como um meio para abordar a utilização do ciclo transformacional na fonologia gerativa.

Considerando-se as regras fonológicas relacionadas com o acento, só uma mereceu atenção maior: as neutralizações de altura das vogais. No entanto, se se fizesse a associação entre o acento e a velocidade de pronúncia, haveria muitos processos fonológicos para analisar, incluindo-se aí diversas mudanças que ocorrem na junção de palavras, ou as quedas de sílabas inteiras em velocidades mais rápidas, ambos relacionados com os graus mais débeis de acento. Mas deixo fora da dissertação essas considerações, uma vez que dentro do campo que delimito para o trabalho existe bastante material para análise. Deixo para outros, ou para trabalhos posteriores os problemas que ficaram fora deste estudo.

Antes de iniciar o trabalho propriamente dito, com a consideração dos dados do português, cabem algumas palavras sobre o objeto desse estudo: o que é o acento, e qual o seu lugar na fonologia de uma língua.

O estudo do acento se inclui tradicionalmente entre o estudo dos elementos chamados de supra-segmentais. Na própria conceituação do que seja um elemento supra-segmental está presente uma ambigüidade que vai em parte jus

tificar abordagens diversas desses elementos, nos diversos modelos de análise utilizados. Pode-se entender o conceito de elemento supra-segmental pela junção dos dois critérios expostos abaixo, chamando a atenção para o fato de que às vezes se coloca um em primeiro plano, às vezes o outro. Desses (a) é o mais aceito e utilizado tradicionalmente.

(a) do ponto de vista articulatório os elementos supra-segmentais são pronunciados simultaneamente com os segmentos da língua, superpõem sua pronúncia à dos segmentos, sem alterar as propriedades básicas destes;

(b) do ponto de vista da análise fonológica, os elementos supra-segmentais exigem sempre a referência a unidades maiores do que o segmento: a sílaba, a palavra, a frase. Os traços supra-segmentais não fazem parte do inventário de traços de um segmento, mas pertencem a uma unidade maior.

Não há concordância total na consideração de que elementos linguísticos podem ser analisados como supra-segmentais, o que se deve em parte ao fato de que em modelos diversos se deu peso diferente a (a) e a (b); ou se excluiu um desses critérios.

Na análise fonêmica tradicional, taxionômica, o critério (a) é fundamental. O acento (e também o tom e a duração) são analisados como fonemas supra-segmentais, definidos da seguinte maneira por Pike:

"Características quantitativas, e somente essas, podem servir de fonemas supra-segmentais na estrutura dos morfemas. Por uma característica quantitativa se entende alguma modificação de um som que não muda a qualidade ou a

forma básica de suas ondas sonoras. Assim, uma onda sonora pode ser repetida por um período maior de tempo, para dar maior DURAÇÃO; ou pode ser aumentada em amplitude para um maior ACENTO; ou pode ser repetida mais vezes em um dado espaço de tempo para resultar um TOM mais alto." (Pike, 1947, 63. Grifo do Autor)

Dando um maior destaque a (b) temos a proposta de Hymann (1975) segundo a qual o acento, o tom e a duração representam apenas um subgrupo entre os elementos supra-segmentais: são os chamados supra-segmentais de proeminência. Além desses, ele inclui entre os elementos supra-segmentais quaisquer traços que tenham que ser analisados tendo-se como ponto de referência unidades maiores do que o segmento. Apresenta a possibilidade de um tratamento da nasalização como supra-segmental em línguas onde há uma harmonia nasal dentro da sílaba (só podendo ocorrer na mesma sílaba vogais e consoantes com o mesmo valor para o traço de nasalidade). Casos de harmonia vocálica também podem ser analisados como elementos supra-segmentais. (Ver Hymann 1975, 187 - 238). É necessário chamar a atenção para o fato de que essa é uma proposta bem renovadora, pois praticamente elimina o critério (a), aceito normalmente como parte da definição dos elementos supra-segmentais. Esse critério é usado na análise de Hymann para definir um subgrupo entre os elementos selecionados previamente apenas com base no critério (b).

No caso do acento de intensidade, sua análise tem que levar em conta uma seqüência de segmentos. O acento recai normalmente em unidades maiores que o segmento, que são as sílabas na maioria das línguas, ou as moras em

algumas línguas. Dentro de uma seqüência de unidades (sílabas ou moras) delimitada a partir de critérios gramaticais, e que corresponde mais ou menos à noção de palavra, a ocorrência do acento em uma unidade implica na sua não ocorrência nas demais unidades dentro da mesma seqüência. O acento é um traço supra-segmental nos dois sentidos a que nos referimos anteriormente: ocorre no máximo uma vez dentro da palavra (tendo que ser analisado a partir da palavra e não do segmento), e é produzido simultaneamente ao segmento (aumentando a amplitude da onda sonora sem alterar sua qualidade básica).

Paul Garde (1968) coloca em confronto algumas características do acento (como traço supra-segmental) com características dos traços distintivos, que poderíamos qualificar de traços segmentais, já que têm como função especificar as características distintivas de cada segmento de uma língua particular. Garde parte dos pressupostos de que a função essencial de todos os fatos lingüísticos é sua função distintiva, e de que as particularidades fonéticas que interessam ao lingüista são aquelas cuja modificação muda a mensagem transmitida. A lingüística tem como uma de suas tarefas delimitar na cadeia falada as unidades mínimas sucessivas (fonemas, dentro da análise taxionômica) e as unidades mínimas não sucessivas (traços distintivos). A partir dessa colocação, ele considera que a análise do acento deve ser iniciada com a pergunta: pode ele ser considerado um traço distintivo?

Se a resposta a essa pergunta fosse positiva, seria possível ter, numa determinada língua dois fonemas

distintos: /a/ e /á/. O traço de acento seria nesse caso da mesma natureza que traços de altura, arredondamento, etc. Pergunta-se se esta análise seria adequada para o tipo de objeto considerado.

Para responder a essa pergunta, Paul Garde parte de uma primeira divisão tipológica das línguas segundo o acento. Existem em princípio dois tipos de línguas: com acento fixo e com acento livre. As línguas com acento fixo se caracterizam pela posição do acento sempre em uma sílaba determinada, contada a partir do princípio ou do fim da palavra. Nessas línguas é impossível considerar o acento como um traço distintivo: quando muito poderia ser um traço redundante, previsível a partir do contexto. Nas línguas que têm acento livre, ou seja, naquelas em que o acento não se coloca numa posição determinada a partir do princípio ou do final da palavra, poder-se-ia pensar na possibilidade de considerá-lo um traço distintivo, já que ele preenche uma função distintiva. Nessas línguas é possível às vezes encontrar pares mínimos de palavras que só se diferenciam pela posição do acento.

No parágrafo anterior, fiz uma simplificação das propostas de Paul Garde. Na verdade, ele propõe, como parte de uma teoria universal do acento, a existência de "unidades acentuáveis", que não são necessariamente sílabas, e de "unidades acentuais", que não coincidem necessariamente com as palavras.

"Nas línguas com acento fixo, a aplicação de leis que regem a colocação do acento sobre a sílaba inicial, final, penúltima, etc., supõe a delimitação prévia de sílabas (...) Ora, a sílaba é uma unidade fonológica que pode ser

delimitada sem levar em consideração o significado e a segmentação em unidades significativas. É uma unidade não significativa (...) Entretanto, em um pequeno número de línguas, a unidade acentuável não é a sílaba, porém a mora. A noção de mora se aplica às línguas nas quais pode haver mudança de acento não só de uma sílaba a outra, mas também de uma parte de sílaba a outra. Chamamos portanto de mo-ra toda parte de sílaba capaz de receber acento por si mesma."(Garde 1968,14)

As unidades acentuáveis, que são colocadas em contraste entre si pelo uso do acento, são ou a sílaba ou a mora. As unidades dentro das quais o contraste de acento é criado são chamadas de "unidades acentuais", um conceito que está bem próximo ao de palavra: uma unidade significativa maior que o morfema e menor que a frase. Entretanto Garde afirma que nem sempre os dois conceitos coincidem, citando como exemplo o francês "les en'fants ad'mirent le châ'teau de Ver'sailles", onde há sete palavras e quatro acentos possíveis. (Garde 1968,16)

A hipótese de que o acento possa ser incluído no inventário de traços distintivos é rejeitada em seguida diante da observação de que podemos definir o acento por sua função. Seja em línguas de acento livre, seja nas de acento fixo, esta função é sempre a mesma, e não se identifica com a função distintiva. Ela pode ser chamada de contrastiva. Enquanto as oposições distintivas são observadas no plano paradigmático, confrontando-se determinados segmentos em palavras diferentes, as oposições de acento são observadas no plano sintagmático, confrontando-se pontos sucessivos de uma seqüência. O traço distin-

tivo de nasalidade no português pode ser observado colocando-se em confronto os segmentos b e m no par de palavras bola/mola. É uma observação feita no plano paradigmático. A oposição do acento, sendo contrastiva, não é exercida no plano paradigmático, mas sim no sintagmático. O acento não está em oposição com a ausência de acento em um dado ponto do enunciado. O que se tem que observar é que, dentro de uma unidade previamente delimitada, e que corresponde grosso modo à palavra, a presença do acento em determinada sílaba supõe sua ausência nas demais sílabas dentro da mesma seqüência. Para a análise dos traços distintivos, observamos um mesmo ponto em seqüências diversas; para o contraste acentual, pontos diversos de uma mesma seqüência. O contraste acentual atua necessariamente entre vários pontos sucessivos de uma unidade maior, definida por critérios gramaticais.

Segundo Paul Garde, um estudo do acento em determinada língua deve seguir três etapas. Em primeiro lugar deve-se fazer a delimitação dos segmentos que são colocados em contraste entre si pelo acento. São unidades não significativas cuja delimitação depende de critérios fonológicos: a sílaba ou a mora. Em segundo lugar, é necessário delimitar as seqüências dentro das quais o contraste acentual é criado. Essas seqüências aproximam-se da delimitação das palavras, sendo unidades significativas identificadas através de critérios gramaticais. Finalmente, procura-se delimitar qual é a posição do acento; em geral, determinar, dentro da palavra, em que sílaba o acento deve ser colocado. Nas línguas que têm acento fixo, a determinação da sílaba onde se coloca o acento depende apenas de

critérios fonológicos, enquanto que nas línguas de acento livre vai depender de critérios gramaticais.

Em sua função de estabelecer um contraste dentro da palavra entre a sílaba acentuada e as não acentuadas, o acento utiliza-se, segundo Paul Garde, de dois tipos de procedimentos: positivos e negativos. Os procedimentos acentuais positivos acrescentam um traço à sílaba acentuada. Os traços normalmente escolhidos são particularidades fonéticas do tipo que está presente em todo enunciado, ou seja, a força expiratória (intensidade), a altura musical (tom) e o espaço de tempo em que o som é pronunciado (duração). A intensidade é a marca por excelência do acento, a que é utilizada pela maioria das línguas. Os procedimentos acentuais negativos retiram da sílaba não acentuada algum traço distintivo. Os procedimentos negativos afetam necessariamente traços que pertencem ao inventário de traços distintivos da língua.

Podemos exemplificar essa proposta de Paul Garde com os seguintes dados do português:

leve	[ˈlɛvɪ]	leveza	[lɛˈvezɐ]
pele	[ˈpɛlɪ]	pelar	[pɛˈlah]
neve	[ˈnɛvɪ]	nevar	[nɛˈvah]
reto	[ˈxɛtʊ]	retidão	[xɛçɪˈdẽw]

Em cada dupla de palavras relacionadas semanticamente, a primeira tem na sílaba tônica a vogal [ɛ]. No tipo de análise proposta podemos dizer que há um procedimento acentual positivo que consiste em essa vogal somar às suas propriedades distintivas mais uma: a da intensidade mais forte na sua pronúncia. Nas palavras do segundo conjunto, vemos que a vogal correspondente, além de não ter a ca-

racterística de ser a vogal de maior intensidade dentro da palavra, perde também um dos seus traços distintivos: ser uma vogal baixa. O procedimento acentual positivo é o acréscimo da intensidade na emissão da vogal; o procedimento negativo, a perda de uma possibilidade distintiva fora do acento, a impossibilidade de que ocorra uma vogal baixa nessa posição.

Com essa classificação de procedimentos acentuais, Paul Garde está implicitamente reconhecendo a existência de certos processos fonológicos motivados pelo acento, indicando também que um desses processos (ao que parece, o mais freqüente) leva à diminuição das possibilidades distintivas nas sílabas não acentuadas.

Enquanto Paul Garde afirma que a função do acento é a mesma em línguas com acento fixo e com acento livre, Trubetzkoy distingue a função conforme o tipo de língua. O que Paul Garde chama de função contrastiva é chamado por Trubetzkoy de função culminativa. Essa é a função do acento nas línguas que têm acento livre. Segundo ele:

"A acentuação pode ser definida como o destaque culminativo de um prosodema. Foneticamente, esse destaque pode ser realizado de maneiras diversas: mediante o reforço respiratório, a elevação da altura musical, o aumento de duração, a articulação mais precisa e enérgica das vogais ou das consoantes correspondentes, etc. Para as línguas com acentuação livre é fonologicamente essencial em primeiro lugar, que o destaque se produza apenas em uma posição em cada palavra, de modo que o prosodema (ou a parte correspondente da palavra) posto em relevo, domine a todos os outros da mesma palavra; e, em segundo lugar, que em palavras

com número igual de prosodemas, a colocação em destaque não afete sempre o mesmo prosodema, de modo que possam existir pares de palavras cujos componentes se diferenciem entre si exclusivamente pela posição da sílaba destacada." (Trubetzkoy 1939, 187)

Nas línguas com acento fixo, a função do acento é semelhante à de certos processos fonológicos que ocorrem em fronteiras de palavras. Funciona como um signo de - marcativo, que marca o princípio ou o fim de uma unidade significativa.

"Finalmente, é também um signo demarcativo o chamado acento 'não livre' ou 'fixo'. Dado que este acento afeta sempre a mesma sílaba (ou mora) em todas as palavras com igual número de sílabas (ou moras), sua posição não pode diferenciar a significação das palavras, mas indica sempre em que posição se encontra o prosodema acentuado em relação ao limite da palavra." (Trubetzkoy 1939, 253)

Nos trabalhos de Câmara Jr, ele chama a atenção para a dupla função do acento no português. Ele tem em primeiro lugar uma função distintiva: sendo o português uma língua com acento livre, há diversos pares de palavras que só se diferenciam pela posição do acento. Além disso, o acento contribui para a demarcação, na corrente sonora, dos vocábulos fonológicos. Como o português não é uma língua que tenha acento fixo, podemos dizer que o acento primário assinala a existência de um vocábulo fonológico, mas não os seus limites na cadeia sonora. (Ver Câmara Jr 1953, 1970, 1971).

NOTAS DA INTRODUÇÃO

1. Para um estudo da entonação em português, veja-se o trabalho de Gebara (1976): Alguns Aspectos da Intonação no Português. Não faço referência a este trabalho no corpo da dissertação, porque, pela abordagem que ele apresenta, não permite o tipo de comparação que este trabalho exigiria: de uma análise do acento sentencial previsto como resultado da aplicação cíclica de regras com o acento na palavra previsto pelo mesmo tipo de regras.

CAPÍTULO 1

CARACTERÍSTICAS DO ACENTO EM PORTUGUÊS

1.1. Delimitação dos dados para a análise

Ao iniciar a abordagem dos dados do português para a análise do acento, nos colocamos diante de uma indagação: o acento no português pode ser previsto por regras? Se for o caso, que tipo de fatores têm que ser levados em conta na formulação dessas regras? A resposta a essas questões não é evidente à primeira vista. Antes de se levantar qualquer hipótese, ou iniciar qualquer análise, é necessário delimitar os dados com os quais vamos trabalhar.

A delimitação tem que ser feita em dois níveis: por um lado, na extensão e tipo de enunciados que serão considerados, por outro no grau de detalhes da análise, entendendo-se aqui por grau de detalhes, concretamente, uma opção por uma escala com um número maior ou menor de graus de acento. O acento tem que ser analisado considerando-se, não uma oposição binária entre presença e ausência de um traço, mas uma escala de diversos graus relativos de intensidade na emissão da sílaba.

Na opção por um tipo de enunciado, escolhemos a palavra como centro, como primeira unidade a ser considerada na nossa investigação. Mesmo que se leve em conta elementos menores que a palavra (morfemas que a constituem, por exemplo), não podemos nos esquecer de que a pala-

vra é a unidade fonológica e gramatical dentro da qual o contraste acentual é criado. É ela o ponto de partida natural para qualquer indagação sobre a natureza do acento.

Colocar como centro de atenção a palavra não basta, pois não encontramos um comportamento uniforme de todas as palavras da língua no que se refere ao acento. Torna-se necessário optar por algumas classes de palavras, aquelas que parecem merecer um estudo mais imediato, ou que possam responder mais prontamente às nossas indagações. Optamos assim por estudar os nomes e adjetivos, os verbos regulares e um grupo de palavras formadas com certos sufixos derivacionais. Através do estudo desses casos, é possível analisar os problemas mais importantes que se referem à natureza do acento em português e aos fatores relevantes para sua ocorrência em determinadas sílabas. Estudando essas classes de palavras, esperamos chegar a generalizações que possam ser estendidas às demais classes, bem como abrir perspectivas para a análise do acento em unidades maiores do que a palavra.

Essa delimitação não é muito rígida, já que, para considerar, por exemplo, o acento secundário das palavras que têm sufixos derivacionais, podemos obter uma análise mais clara, mais bem fundamentada, se não nos detivermos apenas nessas palavras, mas incluirmos também palavras compostas e algumas seqüências. Assim o acento secundário pode ser analisado de forma mais ampla, em suas várias manifestações, e não como uma ocorrência isolada nas palavras formadas com sufixos derivacionais.

Feita essa delimitação quanto à extensão dos enunciados e das classes de palavras que serão examinadas,

passamos ao outro ponto: o grau de detalhes da análise. A análise do acento não requer uma oposição simples entre presença e ausência de uma determinada característica articulatória ou acústica. Em vez disso, temos que considerar uma escala contínua de intensidade na emissão das vogais. A discriminação de níveis nesse contínuo já representa uma abstração. Estamos fazendo a análise utilizando apenas nossa própria percepção para estabelecer essas diferenças de graus de intensidade. Em trabalhos feitos sobre o tema, especialmente dentro do modelo da gramática gerativa transformacional, os traços de acento utilizados são relacionados a diferenças perceptuais na intensidade das vogais. A utilização de aparelhos para medir essas diferenças em termos acústicos seria um auxiliar no trabalho, já que as propriedades acústicas são um dos fatores que determinam a percepção, mas os argumentos decisivos partiriam mesmo da percepção dos sons.

Decidimos optar por uma escala de quatro níveis, o que parece ser suficiente para uma análise satisfatória dos dados selecionados. Além disso, temos certos indicadores (principalmente o levantamento das vogais) que mostram que essa diferença na intensidade tem alguma função na língua, o que diminui a arbitrariedade da opção por uma escala de quatro níveis.

Temos assim, em relação aos graus de acento, dois fatos a considerar:

(a) em que posição se coloca o acento principal nos nomes, verbos regulares e palavras formadas com alguns sufixos derivacionais;

(b) quais são os diversos graus de acento que ocorrem na palavra.

O primeiro ponto é que ocupa a maior parte da análise, pois é através dele que vamos responder às nossas indagações iniciais sobre a natureza do acento. Os graus secundários do acento apresentam um comportamento bem uniforme, que não se relaciona diretamente com as classes de palavras ou os tipos de seqüências. Daí permitirem menos inferências sobre a natureza do acento do que o primeiro item; ou melhor, permitirem obter generalizações de um tipo diferente, relacionadas com a naturalidade fonética de certos processos.

1.2. Acento e classe morfológica

Considerando apenas a existência ou não de acento¹ em uma palavra, podemos apontar duas condições que, se forem preenchidas pela palavra, implicam necessariamente em sua acentuação. Uma das condições se refere à classe morfológica a que a palavra pertence, a outra a sua forma fonológica, ou, mais especificamente, ao número de sílabas de que é constituída.

Com base em critérios morfo-sintáticos, podemos dizer que são necessariamente acentuadas todas as palavras que pertencem às seguintes classes: nomes, verbos, adjetivos, advérbios. Considerando-se o número de sílabas, temos que afirmar que são acentuadas todas as palavras que têm mais de uma sílaba. Se a palavra tiver mais de uma sílaba, uma delas é necessariamente pronunciada com mais in

tensidade que as outras.

A partir da convergência desses dois critérios, o conjunto de palavras não acentuadas em português é muito restrito. Não encontramos critérios para determinar que palavras sejam necessariamente não acentuadas. Artigos, preposições, pronomes e conjunções, desde que monossilábicos, podem ser não acentuados, mas é difícil determinar quais entre esses elementos serão acentuados e quais não serão. Se entre os artigos do português a maioria não apresenta acento (uma [ˈũmɐ] é a única exceção), temos que afirmar paralelamente que uma é o único artigo que tem mais de uma sílaba.

Antes de iniciar a enumeração de dados relevantes para a descrição do acento no português, é necessário mencionar que todas as transcrições são feitas segundo o meu dialeto, da região do Alto Jequitinhonha em Minas Gerais.

1.3. O acento nos nomes e adjetivos

A primeira constante que se observa ao considerar o acento nessas classes é que ele aparece sempre em uma das três últimas sílabas da palavra. Aliás, esta é uma observação que atinge não somente a classe dos nomes e adjetivos, mas todas as palavras do português. É uma restrição bem geral: se a palavra tiver acento, este deve necessariamente recair sobre uma das três últimas sílabas².

Com acento na última sílaba, temos palavras terminadas em vogais, consoantes e ditongos. Eis alguns exemplos significativos:

(a) Terminadas em vogal:

araçá [pɾɛˈsa]

café [kɛˈfɛ]

buquê [bʷˈkɛ]

caqui	[kə'ki]
cipó	[sɪ'pɔ]
avô	[ə'vo]
tatu	[tə'tu]
irmã	[ih'mã]
jardim	[ʒəh'ʒi]
debrum	[de'brũ]

(b) Terminadas em ditongo:

irmão	[ih'mãw]
mamãe	[mã'mãỹ]
neném	[nẽ'nẽỹ]
jornal	[ʒoh'naw]
judeu	[ʒu'dew]
troféu	[tro'fɛw]

(c) Terminadas em consoantes:

rapaz	[xa'pas]
corredor	[koxe'doh]

Os exemplos alistados em (a), (b) e (c) são representativos; temos nomes terminados nas sete vogais orais, nas três nasais que ocorrem fora de ditongos em posição final de nomes (ã, ã, ã), nos ditongos que podem ocorrer em final dos nomes, e nas duas consoantes que ocorrem em final de palavras ([h] e [s], esta última sendo realizada como [z] diante de vogal ou consoante sonora).

Com acento na penúltima sílaba temos também palavras terminadas em vogais, ditongos e consoantes.

(d) Terminadas em vogais:

gato	[ˈgatU]
------	---------

tomate [tõ'maçI]

mata [ˈmatɐ]

(e) Terminadas em ditongos:

órgão [ˈoʁgãũ]

sério [ˈsɛɾjũ]

túnel [ˈtũnɛw]

homem [ˈõmẽy]

glória [ˈglɔɾjɐ]

(f) Terminadas em consoantes:

revólver [xɛ'vɔwvɛh]

lápiz [ˈlapɪs]

Também aqui escolhemos exemplos representativos das três vogais que podem ocorrer em posição final de nomes paroxítonos (I , ɛ , U), dos tipos de ditongos que podem ocupar essa posição e das consoantes que ocorrem em posição final.

Com acento na antepenúltima sílaba, só ocorrem palavras terminadas em vogal ou em [s] (ou [z]), quando este é marca de plural.

(g) Terminadas em vogais:

árvore [ˈahvoɾI]

máquina [ˈmakĩɛ]

número [ˈnũmeɾU]

Essas mesmas três vogais (I , ɛ , U) podem vir seguidas do s de plural, como se vê na forma plural das palavras citadas em (g)

(h) Terminadas em [s] (plural):

árvores [ˈahvoɾɪs]

máquinas [ˈmakĩnɐs]

números [ˈnũmeʁʊs]

1.4. O acento nos verbos

Observando os verbos regulares de acordo com os mesmos critérios com que observamos nomes e adjetivos, vemos que também aqui o acento pode estar numa das três últimas sílabas:

amar [ɛˈmah]

amamos [ɛmãmʊs]

amávamos [ɛmaˈvãmʊs]

Mas o que é necessário verificar é se o acento deve ser visto nos verbos segundo o mesmo enfoque que nos nomes e adjetivos. Se observarmos todas as formas de cada um dos tempos verbais, podemos constatar facilmente que na maioria dos casos, em todas as formas de um tempo o acento se coloca regularmente em uma mesma posição em um dos constituintes do verbo. Por exemplo: na vogal temática (pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, pretérito imperfeito do indicativo, infinitivo, imperfeito do subjuntivo, etc.), na primeira vogal do sufixo modo-temporal (futuro do presente, futuro do pretérito). Não vamos fazer aqui um levantamento mais completo, pois isso será feito nos capítulos seguintes, quando nos detivermos propriamente na análise do acento nos verbos. É preciso ficar claro que nos verbos não é útil relacionar a posição do acento com a constituição das últimas sílabas, e sim com as variações de modo, tempo, aspecto, número e pessoa. Só sob esse ponto de vista é que as regularidades se

tornam visíveis.

1.5. O acento nas palavras formadas com alguns
sufixos derivacionais

Esta análise será bem restrita. Só examinaremos alguns sufixos derivacionais, ou seja, aqueles que nos levarem a uma compreensão mais clara do acento na língua. Os sufixos formadores de verbo, por exemplo, não serão considerados, pois o verbo formado com um sufixo derivacional, do ponto de vista do acento, apresenta as mesmas características que qualquer outro verbo. Seu estudo não traria nenhum esclarecimento adicional.

Considerando apenas sufixos formadores de nomes, adjetivos e advérbios, a característica mais marcante é que, qualquer que seja a posição do acento primário na palavra primitiva, uma vez acrescentado o sufixo derivacional, ele passa a recair nesse sufixo. Os exemplos abaixo mostram bem isso:

França [frã'se]	francês [frã'ses]
fácil [fasiw]	facilidade [fesi'li'daʒi]
doce [dosi]	doçura [do'sure]
feroz [fe'ros]	ferozmente [ferozmẽ ⁿ 'çi]
tímido [çĩmidu]	timidez [çĩmi'des]
claro [klarU]	claríssimo [kla'risĩmU]
porta [põhte]	portinha [põhçĩ ⁿ ẽ]

Outra questão que pode ser considerada: tomando-se um mesmo sufixo, ainda que haja variação na forma sob a qual ele se apresenta, o acento recai sempre na mes

ma posição. Por exemplo, nas palavras abaixo temos variação entre -idade, -idade, -dade, em um sufixo que produz nomes abstratos ao ser acrescentado a bases ajetivas. Em todas as ocorrências, o acento se coloca na penúltima sílaba:

seriedade
lealdade
facilidade

1.6. Graus de acento. Distribuição das vogais segundo os graus de acento.

Como já dissemos em 1.1. , optar pela consideração de uma escala de quatro graus de acento é, até certo ponto, uma decisão arbitrária de nossa parte⁴. Seguindo a formalização mais corrente na literatura linguística, vamos usar para a indicação desses graus de acento uma escala numérica de 1 a 4, onde 1 se refere ao acento mais forte e 4 ao mais fraco:

Ac 1	mais forte
Ac 2	
Ac 3	
Ac 4	mais fraco

↓

Esses valores numéricos correspondem em termos articulatórios à força expiratória, à intensidade na emissão da vogal que é o centro silábico.

Na palavra, há uma diferença de grau de acento entre as sílabas que antecedem a sílaba tônica e as que a sucedem. Ou seja, as sílabas anteriores à tônica

são mais fortes que as posteriores. Tendo as pré-tônicas [Ac 3], as pós-tônicas terão [Ac 4] . [Ac 2] será usado para indicar as subtônicas que ocorrem em algumas palavras⁵. Numa palavra como relâmpago, temos assim distribuídos os graus de acento:

relâmpago [xelõ^mpegU]

3 1 4 4

Quanto ao acento de grau 2, ele só ocorre na palavra quando esta é um composto ou apresenta um dos seguintes sufixos derivacionais: -(z)inho, -mente, -íssimo. Além desses casos, vamos observá-lo em seqüências de palavras como : formas verbais compostas, seqüências de substantivo e adjetivo e em várias outras que fogem dos limites estabelecidos para este trabalho. Seria interessante analisar os tipos de sintagmas em que temos esse padrão de acento, o que não é possível fazer agora.

facilmente [fasIwmẽⁿci]

2 3 1 4

fortíssimo [fohçisĩmU]

2 1 4 4

colarzinho [kolahziĩũU]

3 2 1 4

guarda-chuva [gwahdešuve]

2 3 1 4

vou sair [vowseih]

2 31

casa grande [kazegrãⁿji]

2 3 1 4

O português apresenta um quadro de sete vogais:

i	u
e	o
ɛ	ɔ
a	

Este quadro completo, no entanto, só ocorre com os graus 1 e 2 de acento. Com o grau 3 ou 4 reduz-se a um quadro de cinco vogais:

I	U
e	o
ɛ	

Quando temos uma vogal com Ac 3 ou 4, seguida de fronteira de palavra, o quadro se reduz ainda mais, passando a ocorrer apenas três vogais:

I	U
ɛ	

Fazemos aqui referência a Ac 3 seguido de fronteira de palavra para considerar as palavras que nunca têm acento tônico, e que se unem à seguinte constituindo com ela um vocábulo fonológico. São pronunciadas como uma sílaba pré-tônica da palavra seguinte:

o carro	[UkaXU]
	3 1 4
a bota	[ɛbɔtɛ]
	3 1 4
de plástico	[ʃIplasc̃IkU]
	3 1 4 4
me disse	[mIdisi]
	3 1 4

Outro dado que deve ser levado em conta é que esse quadro de três vogais ocorre ainda que haja entre a vogal e a fronteira de palavra um morfema de plural s. As palavras alistadas abaixo exemplificam contextos em que temos os três quadros de vogais.

Quadro de sete vogais: tia, mesa, leque, mala, nota, bolo, lua (Ac 1); friamente, cortesmente, levemente, suavemente, fortemente, tolamente, seguramente (Ac 2)

Quadro de cinco vogais: vitória, mesada, navilha, novidade, musical (Ac 3)

Quadro de três vogais: ponta, leve, bolo (Ac 4)
nas pontas, me viu, o bolo (Ac 3)

Para essa descrição estou tomando como base o meu dialeto. Em outros dialetos do português há um quadro de sete vogais também em posição pré-tônica (na Bahia , por exemplo) ou um quadro de cinco vogais em sílaba átona final (por exemplo, no Rio Grande do Sul). Mesmo em meu dialeto, há um grupo de palavras que apresentam as vogais baixas [ɛ] ou [ɔ] em sílaba pré-tônica. Isso ocorre em alguns numerais (setenta [sɛ'tẽⁿtɛ], noventa [nɔ'vẽⁿtɛ] e em um conjunto de palavras em que há uma harmonia vocálica de altura, que leva a vogal pré-tônica a apresentar a mesma altura da vogal tônica baixa. Alguns exemplos disso são: vovó [vɔ'vɔ], Zezé [zɛ'zɛ], meleca [mɛ'lɛkɛ]. No caso dos numerais citados, não se trata de harmonia vocálica, mas de outro processo, conforme será abordado no estudo dos sufixos derivacionais. Os casos de harmonia vocálica serão discutidos com mais detalhes na seção 2.2.

1.7. Graus de acento e velocidade de pronúncia

Para considerar as velocidades de pronúncia do português, vamos tomar como referência a escala de quatro "estilos" de pronúncia que James Harris (1969) utiliza na descrição do espanhol e que, parece-nos, pode ser utilizada também com referência ao português sem modificações : largo, andante, allegretto, presto.

Largo: muito lento, cuidadoso, excessivamente preciso; como, por exemplo, quando se tenta comunicar com um estrangeiro que mal sabe a língua, ou quando se corrige um mal entendido devido a uma ligação telefônica deficiente.

Andante: moderadamente lento, cuidadoso, mas natural; como quando se dá uma conferência ou uma aula em uma sala grande sem amplificação eletrônica.

Allegretto: moderadamente rápido, despreocupado, próprio de uma conversa. Em muitas ocasiões pode-se alternar entre Andante e Allegretto na metade do parágrafo ou inclusive na metade da oração.

Presto: muito rápido, completamente descuidado." (Harris 1969, 24)

As diferentes velocidades de pronúncia relacionam-se estreitamente com os graus de acento. Numa pronúncia lenta e cuidadosa, podemos partir de uma oposição simples entre acentuado e não acentuado. À medida em que se aumenta a velocidade, há um enfraquecimento profissional das sílabas não acentuadas. Esse enfraquecimento não é igual em todas as posições, mas maior em posições mais fracas (como final de palavra ou final de frase). Surgem diferentes graus de tonicidade e atonicidade conforme a posição da sílaba na palavra e desta na

frase. Com o enfraquecimento das sílabas não acentuadas, elas estão sujeitas a maiores modificações. Essas ocorrem mais frequentemente nas velocidades mais rápidas, quando os movimentos articulatórios são efetuados com grande rapidez e se presta menos atenção à fala.

Diante dessas observações, torna-se necessária uma reflexão maior quanto à escolha de uma velocidade de pronúncia para a análise. Para encontrar uma resposta à nossa preocupação inicial, ou seja, para se chegar a uma conclusão sobre qual é a natureza do acento em português, não é necessário considerar mais que a velocidade mais lenta, já que nessa velocidade se nota o que interessa investigar: uma diferença entre acentuado e não acentuado. Por mais lentamente que uma palavra seja pronunciada, o contraste entre a sílaba acentuada e as não acentuadas já se faz notar. Para se discutir se o acento é ou não previsível na palavra, poderíamos nos deter na velocidade mais lenta.

Mas temos um segundo objetivo em nossa análise: discutir certos processos fonológicos do português relacionados com a posição do acento, especialmente as mudanças na altura das vogais não acentuadas. Para isso não podemos observar apenas os dados das velocidades mais lentas, pois esses processos se relacionam com o enfraquecimento das sílabas não acentuadas. Esta segunda preocupação na análise nos leva a observar dados de outras velocidades diferentes de largo.

Como nossa preocupação é com o acento na palavra, e observamos sua pronúncia isoladamente ou em pequenos grupos, seria artificial nesse caso nos referirmos a presto. Nas nossas transcrições fonéticas, vamos procurar

reproduzir a pronúncia das palavras ora em andante, ora em allegretto.

1.8. O acento em português segundo Mattoso Câmara Jr.

Já mencionamos anteriormente que nossa análise (tanto dos graus de acento quanto de sua distribuição na palavra) não é original, mas foi proposta anteriormente por Câmara Jr. Aceitamos sua descrição dos dados em sua quase totalidade, por isso a reproduzimos nesta seção.

Nos trabalhos de Câmara Jr. (refiro-me aqui aos que tratam de problemas da fonologia do português: 1953, 1970, 1971) encontramos uma descrição de vários aspectos do acento em português e das reduções de vogais relacionadas aos graus de acento. Nesta parte do trabalho, vamos reproduzir vários detalhes desta análise, que retomaremos nos capítulos seguintes. O que nos interessa sobretudo é a descrição que ele faz ao nível fonético.

Em termos articulatórios, Câmara Jr define o acento como força expiratória relativa de uma sílaba. Considera-o dentro de uma escala de intensidade que, no caso do português, comporta quatro níveis significativos: \emptyset , 1, 2 e 3, em escala crescente de força expiratória^{6, 7}. Esta diferença de intensidade na emissão das vogais de uma palavra coloca uma delas, a de emissão mais forte, em contraste com as demais.

Os termos acento e acentuado são usados como termos de cobertura que englobam os dois níveis mais for

tes de intensidade. Na proposta de 1970 e 1971 são dois níveis de tonicidade (2 e 3) e dois de atonicidade (1 e \emptyset). Câmara Jr afirma que o acento é distintivo em português, já que existem palavras na língua que só se distinguem pela posição da sílaba tônica. Não parece haver contradição entre sua posição nesse aspecto e a de Paul Garde; os dois usam o termo distintivo em sentidos diferentes. Para Paul Garde o sentido de distintivo é bem mais restrito, sempre ligado à expressão "traço distintivo". Câmara Jr afirma somente o seguinte: se a posição do acento é o único elemento que distingue algumas palavras entre si no português, então o acento tem uma função distintiva.

"... o acento em português é também distintivo, pois serve pela sua posição para distinguir palavras, como em jaca 'uma fruta brasileira' e jacá 'uma espécie de cesto', caqui 'uma fruta de origem japonesa' e cáqui 'cor de poeira', e assim por diante." (Câmara Jr, 1970, 54)

Segundo Câmara Jr, o acento acumula essa função distintiva com uma função delimitativa, assinalando a existência de um vocábulo fonológico dentro do contínuo da fala. Segundo ele, a presença de um acento de grau 2 ou 3 evidencia a presença de um vocábulo fonológico.

O acento não é previsível dentro do vocábulo. A regra de acento proposta por Câmara Jr prevê apenas a existência de uma área acentuável que engloba as quatro últimas sílabas do vocábulo. Os dois graus de atonicidade podem ser previstos dentro do vocábulo fonológico conforme a posição em relação à sílaba de acento mais forte. O grau 2 de tonicidade também é previsível dentro do grupo de força.

"No registro formal da pronúncia padrão do português do Brasil, há a rigor uma pauta acentual para cada vocábulo. As sílabas pretônicas, antes do acento são menos débeis do que as pós-tônicas, depois do acento. Se designarmos o acento, ou tonicidade, por (3) em cada vocábulo, temos o seguinte esquema:

... (1) + 3 + (∅) + (0) + (0)

indicando os parênteses a possibilidade de ausência de sílaba átona (nos monossílabos tônicos) e as reticências um número indefinido de sílabas pretônicas.

Numa seqüência de vocábulos sem pausa (o que de acordo com Paul Passy se pode chamar um grupo de força), as sílabas tônicas que precedem o último vocábulo baixam a uma intensidade de 2, como em /graNd¹amor/ grande amor."

2 0-1 3

(Câmara Jr 1970, 53)

Ao contrário dos níveis de atonicidade e subtonicidade (níveis 2, 1 e ∅), que são previsíveis a partir do contexto, Câmara Jr afirma que a tonicidade não é previsível dentro do vocábulo. A posição do acento mais forte não depende da constituição fonológica de cada palavra. Existe, isso sim, uma maior freqüência de um padrão acentual para certas terminações. Mas "não há em português terminações de fonemas que imponham uma dada acentuação" (Câmara Jr 1970, 55). Há na língua uma freqüência bem grande de palavras paroxítonas, e uma grande concentração de oxítonas entre as terminadas em r, l e arquifonema nasal, sem haver contudo completa regularidade de padrão acentual em nenhum dos casos.

Dos quatro níveis de acento propostos, apenas um, o mais forte, não é previsível na palavra. Tomando-se este acento mais forte como ponto de referência, a partir

dele é possível determinar os graus de intensidade das de mais sílabas. Havendo o que Câmara Jr chama de grupo de força, o último acento mantém-se no nível 3, os outros acentos tônicos enfraquecem para 2. O conceito de grupo de força vai se aplicar a locuções (grande amor) e compostos (guarda-chuva, pré-história, amavelmente)⁸.

Os graus de acento 1 e Ø têm também um outro tipo de função delimitativa, indicando em que ponto se dá a juntura de palavras dentro de um grupo de força. Leite (1974, 20) usa os seguintes pares de seqüências que demonstram esse fato. Vamos seguir na transcrição o mesmo tipo de representação dos graus de acento utilizado por Câmara Jr.

ar demais	[ahjɨmays]	arde mais	[ahjɨmays]
	2 1 3		2 0 3
é sacola	[ɛsəkole]	essa cola	[ɛsəkole]
	2 1 3 0		2 0 3 0

Câmara Jr registra o fato de que as vogais não acentuadas passam por um processo de neutralização. O conceito de neutralização utilizado é buscado em Trubetzkoy: fora do acento, as possibilidades distintivas diminuem, e para cada dois ou mais fonemas resta apenas um, há uma redução do número de fonemas. Esse conceito é paralelo aos "procedimentos acentuais negativos" de Paul Garde.

As neutralizações no português são caracterizadas da seguinte maneira. Em posição pré-tônica desaparecem as oposições entre /ɛ/ e /e/ e entre /ɔ/ e /o/, só ocorrendo nessa posição /e/ e /o/. Na primeira pós-tônica dos proparoxítonos, há a neutralização entre /o/ e /u/ ,

mas não entre /e/ e /i/.

"Aí a grafia com o ou u e uma mera convenção da língua escrita, pois o que se tem na realidade é /u/ (nos melhores poetas brasileiros pérola rima com cérula, estridulo com ídolo e assim por diante (Câmara 1953: 135-6). Ao contrário, há distinção entre /e/ e /i/, embora seja difícil encontrar pares opo-
sitivos mínimos (mas uma pronúncia */'numirú/, em vez de /'númeru/ para número ou */'tèpedu/, para tépido é logo rechaçada." (Câmara Jr 1970, 33 -4)⁹

Em posição final, seguida ou não de /s/ no mesmo vocábulo, há a neutralização entre /e/ e /i/ e entre /o/ e /u/. Câmara Jr afirma que existem três quadros de vogais átonas no português do Brasil:

1º quadro (vogais pré-tônicas):

altas	/u/	/i/
médias	/o/	/e/
baixa	/a/	

2º quadro (primeiras vogais pós-tônicas dos dos proparoxítonos, ou vogais penúltimas átonas):

altas	/u/	/i/
média	/.../	/e/
baixa	/a/	

3º quadro (vogais átonas finais, diante ou não de /s/ no mesmo vocábulo):

altas	/u/	/i/
baixa	/a/	" (Câmara Jr 1971, 34)

Passamos a uma síntese das propostas de Câmara Jr sobre o acento dos verbos. Embora não faça uma descrição sistemática, é possível deduzir qual é sua posição a respeito a partir de algumas observações que ele apresen

ta. Segundo ele, nos verbos, a regra geral é que o acento seja colocado na vogal temática. Não vamos discutir aqui a constituição das formas verbais. Uma discussão detalhada será apresentada no capítulo seguinte, quando se discute a análise do acento nos verbos segundo o modelo da gramática gerativa transformacional. Aí então se apresentará mais alguma observação sobre a vogal temática e outros constituintes das formas verbais. Para Câmara Jr, em geral o acento nos verbos ocorre na vogal temática. São exceções a essa regra as formas de primeira, segunda e terceira pessoas do singular, e terceira do plural do presente do indicativo, presente do subjuntivo e imperativo. Nestas o acento é colocado na última vogal do radical. As formas do futuro do presente e futuro do pretérito também representam uma exceção para a posição do acento: nestas, ele é colocado no sufixo modo-temporal.

A respeito das formas do futuro, é interessante reproduzir integralmente as afirmações de Câmara Jr. Aí ele discute uma questão que é muito importante para a análise dos verbos nos outros modelos que examinaremos.

"Sabemos que esses futuros (do presente e do pretérito) se constituíram pela aglutinação do infinitivo a uma modalidade do indicativo presente e pretérito imperfeito do verbo haver, funcionando como verbo 'auxiliar'. A explicação diacrônica nos dá pois cantar (h)ei, cantar (h)ia (por havia). Tratava-se a princípio de uma locução com o acento secundário no infinitivo. Essa estrutura permanece, como um vestígio, na chamada mesóclise do pronome adverbial oblíquo (cantar-lhe-ei uma ária) onde o infinitivo continua um vocábulo fonológico, como medianamente na grafia de uma construção como cantá-lo-ei, com

acento gráfico em cantá por cantar. Fora de tal construção residual, porém, que no Brasil está circunscrita à língua altamente literária, a aglutinação é inconcussa, tendo-se criado um único vocábulo fonológico, onde a origem histórica se faz opaca, mediante uma nova distribuição de constituintes. Firmou-se um sufixo modo-temporal -rá- (na 1ª pessoa do singular, 2ª e 3ª do plural variante -ré-) no futuro do presente e futuro do pretérito, -ria- (variante -rie- na 2ª pessoa do plural)." (Câmara Jr 1971, 70)

1.9. Uma análise taxionômica do acento no português

Na introdução fizemos uma rápida referência à possibilidade de que o acento fosse analisado dentro da fonologia taxionômica como um tipo de fonema: um fonema supra-segmental. Na análise dos dados que fazemos a partir do segundo capítulo, há a apresentação apenas dos modelos gerativos da fonologia. Mas, para dar uma idéia de uma análise taxionômica do acento aplicada ao português, apresentamos alguns dados discutidos por Leite (1974) no trabalho Portuguese Stress and Related Rules.

Partindo de dados semelhantes aos nossos, ou aos de Câmara Jr, ela indica que, pelos princípios da análise taxionômica, o acento é fonêmico em português. Temos diversos pares de palavras que só se diferenciam pela posição do acento.

Partindo dos dados, ela observa uma distribuição paralela entre vogais tensas e acento: todas as sílabas acentuadas têm vogais tensas (i , e , ε , a , ɔ , o ,

u) e as não acentuadas vogais não tensas (I, ě, ə, ǝ, U). Isso deixa em aberto duas possibilidades de análise: considerar as vogais tensas como fonêmicas, e o acento condicionado à presença dessas vogais, portanto não fonêmico; ou considerar o acento como fonêmico, e afirmar que cada vogal tem um alofone tenso e outro não tenso, ocorrendo respectivamente em ambiente acentuado e não acentuado. Dentro do modelo taxionômico temos dois motivos para preferir a análise que considera o acento como fonêmico. Primeiro, por ser a análise mais econômica, apresentando um número menor de fonemas do que a outra (em vez de doze fonemas entre as vogais orais, apenas oito fonemas: sete vogais e o acento). Além disso evita que se tenha problemas ao analisar as vogais nasais, que não têm essa distribuição entre vogais tensas e não tensas conforme o acento.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

1. Acento aqui é considerado como nível 1 na palavra pronunciada isoladamente e nível 1 ou 2 quando for pronunciada numa seqüência.

2. Há casos raríssimos de acento na quarta última sílaba, como técnico [tékɪnikU], rítmico [xičɪmikU]. Esses casos serão mencionados e discutidos durante o trabalho, mas achamos que, por sua raridade, não nos levarão a alterar as generalizações obtidas.

3. Talvez os casos de jardim e debrum tenham que ser agrupados com os ditongos, se sua pronúncia for efetivamente [žehjĩy] e [de'brũw].

4. Tanto a escala de quatro graus relativos de acento no português quanto sua distribuição na palavra já foram apresentados nos trabalhos de Câmara Jr. Ver seção 1.8.

5. Existe também uma variação nos graus de acento das sílabas pré-tônicas de palavras mais longas, devida a questões de ritmo. Essa questão será discutida posteriormente.

6. Para considerar quatro níveis de acento estamos tomando como base os trabalhos de 1970 e 1971. Em Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa Câmara Jr reconhece a existência de cinco níveis de acento: dois de tonicidade e três de atonicidade. Nos dois trabalhos posteriores revê esse ponto de vista.

"Nos grupos de força, em que os vocábulos se encadeiam sem pausa ocorrente, os acentos tônicos não se obumbram em proveito da

última sílaba tônica do grupo, como sucede em francês. Diminuem apenas de intensidade, subordinando-se a este último, que passa a ser o acento tônico primordial do grupo. Constituem destarte uma subtonicidade, que também se encontra como característica do primeiro elemento vocabular de vocábulos compostos (guarda-chuva, pré-história, pós-escrito, sabiamente)". (Câmara Jr 1953, 60) "Podemos falar, por conseguinte, em três graus de atonicidade nos proparoxítonos: 1) atonicidade máxima, nas sílabas átonas finais; 2) atonicidade média, nas pré-tônicas não iniciais ou iniciais começadas por vogais; 3) atonicidade mínima, nas pré-tônicas iniciais começadas por consoante." (Idem, Ibidem, 61)

7. Essa consideração dos graus de acento como uma escala numérica correspondente a uma variação na intensidade (força expiratória) na emissão das vogais é paralela à apresentada por Chomsky e Halle (1968), que serve de base para a análise que é feita nos capítulos seguintes. No entanto, os números escolhidos para sua representação têm valor oposto aos usados em Chomsky e Halle e na literatura mais recente. Preferimos; apenas nesta parte do trabalho, ser fiéis à representação utilizada por Câmara Jr. Isso, de certa forma, quebra a unidade do texto. É preciso estar atento para o fato de que o índice 3 de acento aqui corresponde ao 1 de outras partes, que o Ø corresponde ao nosso 4, e assim por diante.

8. Segundo a análise de Câmara Jr, tanto os casos de prefixação quanto os advérbios formados com mente são considerados compostos

"A justaposição é frequentemente também uma locução. Os dois conceitos coincidem, por

exemplo, em substantivos compostos por justaposição, como guarda-chuva, rosa-chá, etc. Também coincidem nos advérbios formados de um adjetivo com o elemento -mente sufixado, como amavelmente, simplesmente, etc., em que mente deve ser interpretado como a mesma forma livre mente, mas no sentido vago de 'maneira' proveniente de atitude mental." (Câmara Jr 1971, 38)

"A prefixação, por sua vez é um processo para criar novos vocábulos formais. Deve - mos considerá-lo uma composição, é certo, porque os prefixos são elementos vocabulares com valor significativo de preposições, embora vários deles não se usem como preposições e outros sejam alomorfes de preposições (Cf. ex- de um lado, e de outro, in- em face de em, ou super em face de sobre, que diferem da situação de com, de, em, que funcionam tanto como prefixos quanto como preposições). Nisto diferem dos sufixos, que são formas presas sem valor significativo específico." (Câmara Jr 1971, 39)

Há vários pontos questionáveis aqui: a identificação dos prefixos com preposições, a afirmação de que os sufixos não têm valor significativo específico, a identificação do sufixo -mente com a forma livre mente, e mesmo a inclusão dos advérbios formados com -mente entre os compostos. Alguns desses pontos serão discutidos quando analisarmos o acento nas palavras formadas com sufixos derivacionais dentro da fonologia gerativa natural.

9. Na análise que vamos fazer da neutralização de vogais, esta neutralização entre /o/ e /u/ na primeira pós-tônica dos proparoxítonos não será considerada, porque parece não corresponder ao que se observa no meu dialeto, que é tomado como base para a análise. Nesse, o

que se observa nas raras palavras em que ocorre /o/ em posição pós-tônica não final é a pronúncia da vogal não alta: pároco, ídolo, pérola, tômbola, etc. De fato uma pronúncia como tépedo para tépido não vai ocorrer, pois a direção em que se dá a neutralização é oposta a essa: sempre em favor da vogal mais alta.

Temos que levar em conta também a velocidade de pronúncia: se a neutralização da primeira pós-tônica dos proparoxítonos nem sempre acontece nas pronúncias mais lentas, na fala rápida acontece não só essa neutralização como muitas vezes a queda dessa vogal: árvore (pronúncia lenta), árvure, arvre (pronúncia rápida).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DO ACENTO SEGUNDO A FONOLOGIA GERATIVA TRANSFORMACIONAL

2.1. O componente fonológico na gramática gerativa transformacional

O objeto de estudo da gramática gerativa transformacional é uma entidade mental: a competência de um falante ouvinte ideal, a qual existe na forma de uma gramática internalizada. Entende-se aqui por gramática internalizada o conhecimento implícito de um conjunto de regras que permitem ao falante produzir e interpretar um número infinito de sentenças. A gramática gerativa procura descrever a competência de um falante na forma de um conjunto de regras que enumeram todas as sentenças gramaticais da língua em questão, e apenas essas. Além dessa tarefa, as regras têm ainda a de atribuir a cada uma das sentenças possíveis uma descrição estrutural. Devem ainda mostrar de forma clara como cada sentença é pronunciada (sua interpretação fonética) e qual o seu significado (interpretação semântica).

Em um contexto mais amplo, a gramática gerativa concebida dessa forma situa-se dentro de uma teoria linguística geral que tem como objeto de estudo a faculdade da linguagem de um falante ouvinte ideal, ou seja, sua capacidade de adquirir a competência linguística. A teoria linguística dentro da qual se insere a gramática

gerativa transformacional se interessa por uma entidade mental também: a faculdade da linguagem. A teoria geral procura formular um conjunto de hipóteses sobre as propriedades essenciais das línguas naturais, que são os universais lingüísticos. São basicamente de três tipos os universais contidos na teoria lingüística geral: a) os universais organizacionais determinam a estrutura dos componentes da gramática e as relações entre eles; b) os universais formais são condições sobre a estrutura formal das regras que ocorrem em cada um dos componentes da gramática; c) os universais substantivos constituem o vocabulário teórico em cujos termos são formuladas as regras nos diversos componentes da gramática.

Dentro dos limites estabelecidos pelos universais lingüísticos, diversos tipos de gramática podem ser construídos. Daí a teoria lingüística geral incorporar uma medida de avaliação, cuja função é selecionar a melhor, mais valiosa, entre as diversas gramáticas que o modelo permite construir para cada língua. O critério mais relevante para a avaliação das gramáticas é sua simplicidade: representação da competência do falante com um mínimo de regras, das regras com um mínimo de símbolos.

Três componentes principais constituem a gramática gerativa transformacional: sintático, semântico e fonológico. O componente sintático tem uma importância maior do que os outros dois: cabe a ele a produção das sentenças, enquanto o componente semântico e o fonológico têm uma função interpretativa¹. Esses componentes principais têm suas subdivisões. O componente sintático subdivi-

subdivide-se em um componente de base (com as regras de base, o componente categorial, o léxico, as regras de inserção lexical) e um componente transformacional. O componente de base gera as estruturas profundas para as sentenças da língua, enquanto o componente transformacional deriva estruturas superficiais dessas estruturas profundas. O vocabulário da língua está estocado no léxico, em forma de um número finito de morfemas, cada um apresentando seus traços idiossincráticos sintáticos, semânticos e fonológicos.

A função básica do componente fonológico é descrever como cada sentença superficial é pronunciada. A base sobre a qual as regras do componente fonológico vão atuar são as estruturas superficiais produzidas pelo componente sintático. Entende-se aqui por estrutura superficial uma cadeia de formativos rotulados com marcas sintáticas e categoriais do tipo SN (sintagma nominal), N (nome), V (verbo), etc. As propriedades fonológicas de cada um desses formativos são determinadas na representação lexical dos morfemas que os constituem. Cada morfema é representado em três níveis na gramática gerativa transformacional: primeiro no nível lexical, depois no nível fonológico, que é derivado do nível lexical por intermédio das regras de redundância e de reajuste, finalmente no nível fonético, derivado do nível fonológico pelas regras fonológicas.

A representação fonética de uma estrutura superficial é uma cadeia de segmentos fonéticos ordenados linearmente. Cada segmento tem uma estrutura interna, ou

seja, pode ser analisado como um conjunto de traços distintivos. Alguns dos traços que ocorrem nas representações fonéticas referem-se a aspectos articulatorios parcialmente independentes e controláveis na fala, como sonoridade ou nasalidade. Outros se referem a elementos perceptuais, como os traços que indicam os diversos graus de acento. Os traços são considerados instruções mentais transmitidas ao sistema articulatorio.

As formas de combinação dos traços fonéticos são limitadas por uma série de restrições que se referem tanto à ocorrência simultânea de traços em um mesmo segmento (por exemplo, a proibição de coocorrência numa mesma vogal dos traços [+ alta] e [+ baixa]) quanto à ocorrência sequencial de traços em segmentos consecutivos (é impossível ocorrer a seqüência de cinco segmentos consonantais sem nenhum vocálico entre eles). Algumas dessas limitações são universais, e portanto incluídas na teoria geral. Outras dependem da língua e têm que ser especificadas nas gramáticas individuais para línguas particulares.

Para descrever os três níveis de representação de um item lexical, utiliza-se na gramática das línguas particulares um mesmo conjunto de traços formulados a partir de propriedades articulatorias e perceptuais. Esses fazem parte do conjunto mais amplo, incorporado à teoria geral, dos traços que podem ser utilizados pelas línguas naturais. A especificação dos traços se dá de forma diferente conforme o nível de representação. Na representação lexical, são indicados por " + " ou " - " ou então por M (marcado) e NM (não marcado) podendo alguns traços

permanecerem não especificados, quando o seu valor puder ser previsto por regras gerais. A derivação da representação lexical para a fonológica é feita em grande parte por regras universais (por exemplo, o elemento inicial de uma sílaba, se for NM quanto ao traço consonantal, será interpretado universalmente como + consonantal na representação fonológica). As convenções de marca são parte da teoria geral, são universais lingüísticos substantivos que fazem parte do componente fonológico das gramáticas.

A especificação de traços na representação fonológica é feita inteiramente com " + " e " - ". Na matriz fonética são usados " + " e " - " (para os traços que indicam uma oposição entre presença e ausência de determinada característica articulatória, como a sonoridade, a lateralidade, etc. ou índices " de 1 a n" (para traços em que seja necessário considerar diversos graus em uma escala).

A utilização de um mesmo conjunto de traços nos níveis lexical, fonológico e fonético é o recurso encontrado pela fonologia gerativa transformacional para garantir a naturalidade da análise. As abstrações feitas em termos de " + " e " - " ou " M " ou " NM " continuam comprometidas com os traços que têm sua base no nível fonético, sendo projetados nos demais a partir daí.

No caso dos traços de acento, Chomsky e Halle chamam a atenção para o fato de que os diversos graus de acento que vão ser marcados numa palavra qualquer não têm nenhuma relação direta com a realidade física ou acústica, mas sim com a perceptual. O que é perceptualmen

te real para um falante-ouvinte é determinado apenas em parte por traços físicos.

As estruturas superficiais atribuídas a certas sentenças pelo componente sintático não podem servir diretamente de entrada para a aplicação das regras do componente fonológico. Para explicar esse fato faz-se uma distinção entre estrutura superficial sintática (resultado direto da aplicação das regras do componente sintático) e estrutura superficial fonológica, derivada da estrutura superficial sintática por meio das regras de reajuste; sobre está é que vão atuar as regras do componente fonológico.

Além dos traços fonológicos, as matrizes lexicais apresentam também traços diacríticos. Esses não são projeções naturais dos traços fonéticos, nem são motivados independentemente através de considerações sintáticas. São introduzidos na teoria por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar porque cada língua tem itens lexicais particulares que são excepcionais, ou por escaparem sozinhos do domínio de uma regra, ou por estarem sujeitos isoladamente à aplicação de uma regra. Os traços diacríticos são introduzidos nas matrizes lexicais desses itens de tal forma que sejam ou excluídos do domínio de aplicação de uma regra, ou aí incluídos excepcionalmente. Os traços diacríticos que têm essa função são traços de exceção. Em segundo lugar porque muitas línguas contêm itens lexicais que pertencem a categorias idiossincráticas sujeitas à aplicação de um conjunto de regras. Todas as línguas possuem conjuntos de regras fonológicas que se apli-

cam a uma sub-classe de palavras. Para dividir o léxico nessas categorias idiossincráticas às quais tais regras (que são geralmente processos morfológicos) se aplicam, traços diacríticos são associados às matrizes lexicais, marcando a classificação dos itens lexicais de uma língua quanto a classes parcialmente arbitrarias como gênero, conjugação, declinação, origem erudita ou popular, empréstimos de origens diversas.

Os traços diacríticos e os fonológicos são diferentes pela forma como se relacionam com os traços fonéticos. A ligação entre um traço fonológico e um fonético se dá pela substituição de valores " + " ou " - " por índices em certos casos, já que o traço fonológico é de fato uma projeção de um traço fonético (ou seja, de instruções articulatorias transmitidas pela mente). Os traços diacríticos não têm esse tipo de ligação com o nível da representação fonética. Diacríticos marcam um item lexical inteiro, e, por convenção, marcam todos os segmentos que constituem o item, fazem parte do conjunto de traços de cada segmento.

Os diacríticos tratam uniformemente dois aspectos da fonologia das línguas: podem ser marcas de classes morfológicas ou marcas da excepcionalidade de um item lexical (traços morfológicos ou traços de exceção). Quando usados como marcas morfológicas são menos arbitrários, marcando classes relevantes para a aplicação de várias regras. Os traços de exceção (no inglês "rule features") marcam a excepcionalidade de um item em relação a uma regra específica, sendo formulados como [+ regra n].

A incorporação na teoria de uma representação fonológica mais abstrata, diferente da representação fonética baseia-se na existência de formas alternantes de um mesmo morfema. Caso essas formas fossem todas alistadas no léxico, estariam sendo indevidamente tratadas como exceções. Caso uma fosse escolhida, seria preciso criar critérios para justificar a escolha dessa forma alternante (e não qualquer outra delas) para o léxico. Não seriam expressas na gramática certas regularidades na alternância entre as formas dos morfemas. Se as regras fonológicas se aplicassem diretamente sobre as representações fonéticas, muitas regularidades mais profundas não seriam indicadas. A representação fonológica em um nível mais abstrato é uma tentativa de captar um número maior de generalizações.

As regras fonológicas ao atuarem sobre a representação fonológica convertendo-a na representação fonética executam as seguintes tarefas: a) mudar valores binários (+ ou -) por índices (1 a n); b) mudar traços dos segmentos em função do contexto, para indicar uma concordância com o ambiente, ou uma diferenciação em relação aos sons vizinhos; c) inserir segmentos não incluídos na representação fonológica; d) apagar segmentos; e) alterar a ordem linear dos segmentos.

Além dessas regras, temos as regras de estrutura de morfema, que atuam dentro de um único item lexical especificando suas redundâncias fonológicas. Essas regras definem os morfemas fonologicamente possíveis na língua.

De forma semelhante ao que ocorre no componente sintático, as regras do componente fonológico se aplicam segundo os princípios do ciclo transformacional. O ciclo é proposto em sua generalidade completa: aplica-se a toda estrutura superficial, seja no interior da palavra, seja sobre seqüências de palavras. A palavra é uma unidade fonológica significativa, mas essa sua propriedade não leva à violação do princípio do ciclo transformacional, havendo certas regras do componente fonológico que se aplicam ciclicamente sobre unidades que podem ser menores que a palavra.

As regras do componente fonológico atuam da seguinte maneira: o componente sintático gera uma cadeia de formativos encaixados em colchetes que apresentam marcas que os classificam. Essa é a estrutura superficial sobre a qual as regras do componente fonológico atuam (depois que as regras de reajuste tiverem se aplicado). A seqüência das regras fonológicas é aplicada primeiramente a todos os constituintes mais internos dessa cadeia. Os colchetes mais internos são então apagados, e a seqüência de regras se aplica aos novos constituintes mais internos. Essa aplicação cíclica é repetida até atingir o domínio máximo dos processos fonológicos, que é a frase fonológica marcada na estrutura superficial. Certas regras são limitadas ao contexto # # ... ____ ... # # , isto é, se aplicam apenas dentro dos limites estabelecidos pelas fronteiras de palavras. Estas regras caracterizam a fonologia não cíclica. Os limites de palavras são inseridos por uma convenção geral à esquerda e à direita dos formativos domina

dos por categorias maiores como nome, verbo, adjetivo, sintagma nominal.

O componente sintático gera um objeto formal, que é uma cadeia de formativos com marcas de estrutura superficial. É claro que esse objeto formal é uma projeção de sua realidade fonética. Os segmentos da cadeia de formativos são definidos em termos do mesmo conjunto de traços utilizados na representação fonética. São traços que correspondem a uma realidade articulatória, a movimentos executados pelos órgãos da fala. As regras do componente fonológico se aplicam em ciclo sobre a cadeia de formativos gerada pelo componente sintático, convertendo-a ao final em uma representação fonética da mesma. A sequência de representações formadas nesse processo é chamada de derivação (derivação da representação fonética a partir da representação fonológica subjacente).

As regras que se aplicam em cada ciclo se organizam em blocos, podendo ser ordenadas conjuntivamente ou disjuntivamente. São ordenadas disjuntivamente quando, se uma dessas regras se aplica a uma certa subcategoria, os outros membros do bloco não são aplicáveis a essa subcategoria no mesmo estágio do ciclo. As regras conjuntivamente ordenadas não estão sujeitas a essa restrição. Regras cíclicas são, em especial, as que vão determinar os diversos níveis de acento e o contorno de entonação.

Chomsky e Halle defendem o ponto de vista de que a gramática ótima para o inglês é aquela em que o acento é previsto por regras e não uma em que ele é incluído na matriz de um item lexical. Dentro dessa análise,

uma das primeiras regras do componente fonológico atua atribuindo a cada segmento e fronteira a especificação de traço $[-Ac]$. Várias regras vão depois substituir essa especificação em segmentos vocálicos, mas não em consoantes e fronteiras, por índices de acento em certas posições. Esses índices têm como correlato articulatório e perceptual diversos graus de intensidade na emissão das vogais. Refletem o fato de que na análise do acento temos que levar em conta foneticamente não uma oposição binária (entre presença e ausência de uma característica articulatória) mas uma escala de vários níveis relativos de intensidade.

Na formulação usada por Chomsky e Halle, essa escala parte do mais forte ($Ac 1$) para o mais fraco ($Ac 2, Ac 3 \dots Ac n$). Assume-se, por convenção que todos os índices de acento são subdivisões da categoria $[+Ac]$. Depois da aplicação daquela primeira regra que atribuía a todos os segmentos e fronteiras o traço $[-Ac]$, todos eles passaram a pertencer à categoria $[-Ac]$. Quando uma regra qualquer atribuía a um segmento vocálico o traço $[Ac n]$ (onde n significa um índice qualquer de acento), o segmento passa a pertencer à categoria $[+Ac]$. Assim, $[+Ac]$ e $[-Ac]$ são utilizados como termos de cobertura, para maior facilidade na formulação das regras fonológicas. Uma seqüência de unidades especificada como $[-Ac]$ pode incluir não apenas vogais e consoantes, mas todos os tipos de fronteiras. Esse tratamento uniforme reflete o fato de que o acento é um traço prosódico, cujo domínio se estende sobre seqüências que são maiores que uma palavra.

2.2. Representações fonológicas dos sons do português. Algumas realizações fonéticas das vogais.

Para a análise do acento nas classes de palavras selecionadas, será preciso muitas vezes formular regras que fazem parte do componente fonológico da gramática. Torna-se necessário apresentar previamente as matrizes de consoantes e vogais do português, com seus traços distintivos. Utilizamos nessas matrizes os traços articulatorios propostos por Chomsky e Halle (1968) sem nenhuma discussão desses traços. Um bom resumo do seu significado pode ser visto em Schane (1973) e Hymann (1975).

A matriz fonológica das consoantes é de pouco interesse para este trabalho (consoantes nunca são acentuadas), entretanto são necessárias algumas observações, dado que a matriz incluída neste trabalho difere de outras apresentadas em análises feitas também segundo os princípios da fonologia gerativa transformacional (por exemplo, Abaurre 1973). Em primeiro lugar incluímos a lateral palatal / \tilde{l} / e a nasal palatal / \tilde{n} / entre os segmentos que devem ser descritos nas representações fonológicas. Se não o fizéssemos, conseguiríamos, por um lado, maior simplicidade nas representações fonológicas, com a diminuição de dois segmentos subjacentes; por outro haveria uma complicação nas regras fonológicas, pois precisaríamos de regras para derivá-los das sequências /ly/ e /ny/. Se propusermos uma representação fonológica mais abstrata, mais distante das representações fonéticas, é

evidente que será necessário um número maior de regras para fazer a ligação entre as duas representações. Ao montar a matriz das consoantes, notamos que a inclusão desses dois segmentos na representação fonológica não implicaria no aumento do conjunto de traços distintivos necessários para a caracterização de todos os segmentos.

Incluimos na representação fonológica o /r̃/, segmento que, no dialeto que estamos descrevendo nunca é realizado foneticamente com os traços usados na sua matriz fonológica, mas sempre como [h] ou [x]. A forma escolhida para a representação fonológica por um lado complica a descrição do dialeto mineiro, pois é necessária uma regra que muda os traços da representação fonológica para a fonética; por outro lado, descreve efetivamente, sem necessidade de mudança nos valores dos traços distintivos, o português de algumas regiões brasileiras. Se a matriz fonológica do português é uma só, e as diferenças dialetais são resultado de regras diferentes, ou de uma ordenação diferente das mesmas regras na passagem do componente fonológico para o fonético, então podemos escolher uma das matrizes para a representação fonológica, desde que dela seja possível derivar, sem muito custo, todos os dialetos regionais e sociais. Como não temos neste trabalho uma preocupação especial com o estudo das consoantes, escolhemos uma das matrizes possíveis, sem uma reflexão maior.

Nas matrizes que se seguem, os parênteses indicam o valor dos traços redundantes para cada segmento.

MATRIZ FONOLÓGICA DAS CONSOANTES	
	p t k b d g f s š v z ž m n ñ l ʎ ʝ ʀ
consonantal	+ + + + + + + + + + + + + + + +
vocálico	- - - - - - - - - - - - - + + + +
nasal	- - - - - - - - - - - + + + (-) (-) (-) (-)
contínua ²	- - - - - + + + + + + (-) (-) (-) + + - +
lateral	(-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) (-) + + (-) -
anterior	+ + - + + - + + - + + - + + - + - (+) (+)
coronal	- + (-) - + (-) - + (-) - + (-) - + (-) (+) (-) (+) (+)
tensa	+ + + - - - + + + - - - - (-) (-) (-) (-) - +

MATRIZ FONOLÓGICA DAS VOGAIS E GLIDES	
	i e ε a ɔ o u y w
consonantal	- - - - - - - - -
vocálico	+ + + + + + + - -
posterior	- - - + + + + - +
alto	+ - - - - - + (+) (+)
baixo	(-) - + + + - (-) (-) (-)
arredondado	(-) (-) (-) - + (+) (+) (-) (+)

Passando às realizações fonéticas, vamos analisar apenas as vogais, especialmente naqueles casos em que os graus de acento são relevantes para as características que o segmento apresenta ao nível fonético.

Tanto os traços distintivos quanto os redundantes apresentados no quadro da folha anterior estão mais próximos da realização fonética das vogais nas sílabas tônicas (acento 1 ou 2). Nas que tenham acento de grau 3 ou 4, vamos ter realizações diferentes. No quadro das representações fonológicas das vogais apontamos três graus de altura que podem ser assim definidos, em termos distintivos:

1º grau: + alta, (-baixa)

2º grau: - alta, -baixa

3º grau: - alta, +baixa

Na representação fonética temos 5 graus de altura, com a subdivisão não distintiva do 1º e do 3º graus. Nas representações fonéticas, não vamos considerar simplesmente as especificações de traço [+ alta] e [+ baixa], mas estabelecer índices para esses traços: [alta 1], [alta 2], [baixa 1], [baixa 2]. Vamos seguir a seguinte convenção: a [alta 1] é mais alta que a 2; a [baixa 1] é mais baixa que a 2.

Um quadro completo das representações fonéticas das vogais é apresentado a seguir, incluindo não só as variações não distintivas de altura, como também as de nasalidade, que são condicionadas pelo ambiente.

REPRESENTAÇÕES FONÉTICAS DAS VOGAIS															
	i	ĩ	I	e	ẽ	ɛ	a	ɛ	ã	o	o	õ	U	u	ũ
consonantal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
vocálico	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
posterior	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+	+	+	+
alta	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1
baixa	-	-	-	-	-	2	1	2	-	2	-	-	-	-	-
arredondada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+
nasal	-	+	-	-	+	-	-	-	+	-	-	+	-	-	+

Podemos dizer que os traços [+ alta] e [+ baixa] são distintivos, mas os graus em que são realizados foneticamente esses traços são determinados por três fatores: nasalidade, grau de acento e proximidade de fronteira de palavra.

Quando uma vogal for seguida de uma consoante nasal na mesma sílaba, nunca será baixa, ainda que a consoante nasal não seja realizada foneticamente, como em ['kãse]. Poderá ser ou [- baixa], e aí teremos [ã], [ẽ], [õ], as três realizadas com o mesmo grau de altura; ou então poderá ser [+ alta], sendo nesse caso realizada com o grau 1 para esse traço: [ĩ], [ũ]³. A regra (1) mostra esse fato:

$$(1) \text{ Nasalização de vogal}$$

$$V \rightarrow \begin{bmatrix} - \text{ baixa} \\ + \text{ nasal} \end{bmatrix} / \text{---} \begin{bmatrix} c \\ + \text{ nasal} \end{bmatrix} \left\{ \begin{array}{l} c \\ \# \end{array} \right\}$$

A nasalidade elimina o que caracterizamos como 3º grau de altura, restando apenas o primeiro grau, nesse caso com o

índice 1, e o 2º, onde o valor do traço é negativo para alto e baixo.

A relação entre o grau de acento e a altura das vogais no meu dialeto pode ser analisada da seguinte forma: de modo geral, as vogais baixas, tanto anteriores quanto posteriores não ocorrem fora de sílabas acentuadas. Isso pode ser expresso através da regra (2), que deve ser entendida como a formalização de uma restrição de ocorrência referente às vogais, segundo a qual as vogais não acentuadas são também não baixas.

(2). Levantamento de vogal átona I

$$\left[\begin{array}{l} V \\ - \text{ Ac} \\ \propto \text{ posterior} \\ \propto \text{ arredondada} \end{array} \right] \rightarrow [- \text{ baixa}]$$

A representação subjacente das vogais baixas e médias será sempre proposta obedecendo à restrição de ocorrência (2): fora da sílaba tônica serão propostas vogais médias ou altas, nunca baixas.

Há no entanto um conjunto de palavras que no nível fonético não obedecem à restrição de ocorrência expressa na regra (2). São palavras em que temos:

a) na sílaba tônica uma vogal baixa anterior não arredondada ou posterior arredondada: [ɛ] ou [ɔ];

b) na sílaba pré-tônica, uma vogal não alta, que concorde com a vogal da sílaba tônica nos traços de posterioridade e arredondamento.

Nessas palavras há a aplicação de uma regra de harmonia vocálica, condicionada fonologicamente. Por essa regra, a vogal pré-tônica assimila os traços de altura

da vogal tônica, tornando-se também uma vogal baixa. Alis-
tamos abaixo algumas dessas palavras:

vovó	[vɔ'vɔ]
meleca	[mɛ'lɛkɛ]
fofoca	[fɔ'fɔkɛ]
Zezé	[zɛ'zɛ]
pereba	[pɛ'rɛbɛ]
ocorre	[ɔ'kɔxɪ]
formol	[fɔh'mɔw]
normógrafo	[nɔh'mɔgɾɛfU]
fonológico	[fõnɔ'lobʒikU]
morfológico	[mɔhfɔ'lobʒikU]
boboca	[bɔ'bɔkɛ]

Propomos que a representação fonológica dessas palavras seja paralela às demais palavras da língua, com uma vogal - baixa na sílaba pré-tônica. Uma regra de harmonia vocálica (regra 3) se aplicará a essa representação fonológica depois da aplicação da regra de acento, fazendo com que a vogal pré-tônica concorde em altura com a tônica.

(3) Harmonia vocálica

$$\left[\begin{array}{c} V \\ - \text{alta} \\ - \text{baixa} \\ \propto \text{posterior} \end{array} \right] \rightarrow [+ \text{baixa}] \quad / \quad \text{---} \quad \overset{3}{\underset{0}{C}} \quad \left[\begin{array}{c} V \\ \text{Ac 1} \\ + \text{baixa} \\ \propto \text{posterior} \end{array} \right]$$

As palavras abaixo confirmam que o condicionamento para a aplicação da regra (3) deve incluir a concordância em posterioridade, e não simplesmente a existência de uma vogal baixa na sílaba tônica.

moleque [mo'leki]
 colégio [ko'lezyU]
 memória [mẽ'morye]
 retórica [xe'torike]

Há outros casos em que ocorrem vogais pré-tônicas baixas, independentemente do tipo de vogal da sílaba tônica. São casos relacionados com processos de derivação, que têm que ser analisados à parte.

setenta [se'tẽⁿte]
 noventa [no'veⁿte]

Em sílabas não acentuadas, também a vogal /a/ se torna um pouco menos baixa, sendo realizada foneticamente com o grau 2 para esse traço. Na representação fonológica, temos apenas um /a/. A regra (4) se aplica a esse segmento, quando for não acentuado, substituindo o "+" no traço baixa pelo índice 2.

(4) Levantamento de vogal átona II

$$\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{ posterior} \\ - \text{ arredondada} \end{array} \right] \rightarrow \left[\text{baixa 2} \right] / \left[\begin{array}{c} \text{---} \\ - \text{ Ac} \end{array} \right]$$

A regra (4) formulada dessa forma dá conta não só da ocorrência de [e] em sílabas átonas no interior da palavra, como também em sílaba final, não sendo necessário formular nova regra para mostrar como a fronteira de palavra influencia na realização dessa vogal. Para as demais é necessário formular outra regra, pois a realização em sílaba final átona é diferente da que ocorre em sílabas átonas não finais. Como foi mencionado na resenha dos trabalhos de

Câmara Jr. (v. seção 1.8) em posição final não acentuada só ocorrem três vogais: [e], [I], e [U]. No quadro em que apresentamos as realizações fonéticas de todas as vogais da língua, por economia no conjunto de traços, analisamos essas vogais como decorrentes de uma variação de altura, descrita como uma substituição, na passagem da representação fonológica para a fonética, de uma oposição binária por índices, quando os valores desses traços forem positivos. Em termos dos traços utilizados na análise, ela fica bem simples, como se pode constatar pela regra abaixo:

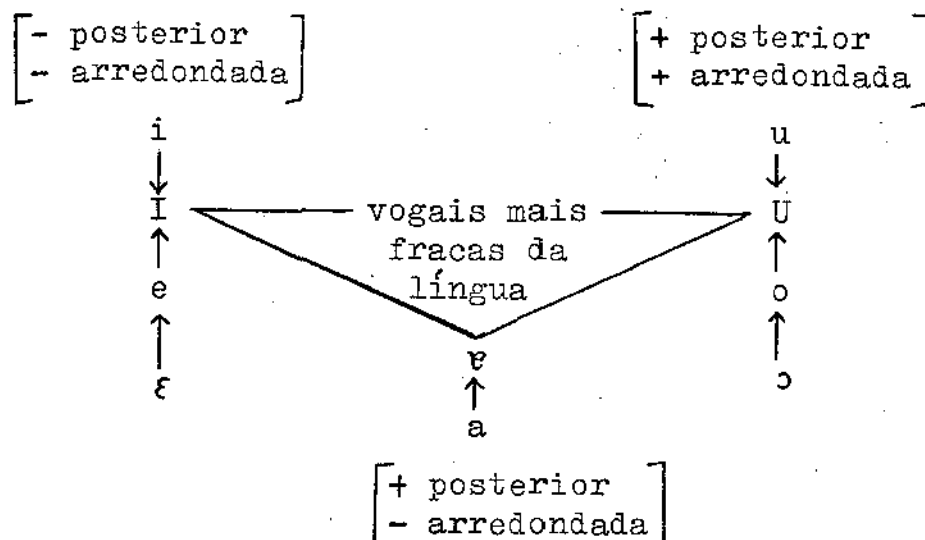
(5) Enfraquecimento de vogal diante de fronteira ⁴

$$\left[\begin{array}{l} V \\ - \text{Ac} \\ \propto \text{posterior} \\ \propto \text{arredondada} \end{array} \right] \rightarrow [\text{alta } 2] / \text{---} \#$$

Mas há outros elementos no nível fonético que poderiam ser levados em conta. É o caso da tensão das vogais. As que foram especificadas com os valores de traços [alta 2] e [baixa 2] poderiam também no nível fonético ser analisadas como [- tensa]. Os processos de enfraquecimento de vogais associados aos graus de acento representam por um lado uma diminuição na tensão com que essas vogais são pronunciadas; por outro mudanças articulatórias que correspondem a uma aproximação do ponto neutro de articulação. As regras formuladas em termos dos traços alta e baixa não refletem totalmente o processo, mas pelo menos permitem que se mostre como um mesmo processo as mudanças que se verificam em posição átona final e não final.

O esquema abaixo mostra a direção em que se

dá o enfraquecimento das vogais devido à atonicidade:



Do ponto de vista articulatorio esse enfraquecimento corresponde a uma aproximação do ponto neutro, ou seja, daquele ponto em que se colocam os órgãos da fonação no momento que precede imediatamente o início da fala, como uma preparação do aparelho fonador para esta. A posição dos órgãos da fala nesse ponto neutro requer um mínimo de esforço articulatorio. É natural que as vogais que ocorrem nas posições mais fracas na língua em termos de acento (força expiratória) sejam exatamente as que são produzidas com um mínimo de esforço dos órgãos fonadores. As vogais mais fracas na língua vão ser definidas, portanto, por uma aproximação do ponto neutro de articulação.

No quadro acima se vê um levantamento das vogais baixas e um abaixamento das vogais altas. Estamos, em ambas as mudanças, diante de um mesmo processo na língua: a associação entre a mínima força expiratória (acen-

to) e o mínimo de esforço na preparação dos órgãos fonadores ao se posicionarem para a produção do som (proximidade ao ponto neutro).

A simetria do quadro acima chama a atenção para outro dado: as classes definidas pelos traços posterior e arredondada mostram um comportamento homogêneo quanto a esse processo, revelando mudanças absolutamente simétricas em um e outro grupo. Esse dado mostra a importância da utilização do traço posterior para a separação das classes maiores dentro do conjunto de vogais do português. O traço arredondada, embora seja redundante em termos distintivos, tem a função de isolar o /a/, que tem um comportamento à parte. Seria interessante também verificar se em outros processos fonológicos dentro da língua se pode notar este comportamento paralelo. Um caso para se investigar nessa linha é o processo de metafonia nos verbos, quando se confrontam formas como mexo/mexe (['meʃU] / ['meʃI]), movo / move (['movU] / ['movI]).

2.3. O acento nos nomes e adjetivos

Ao trabalhar com as regras de acento no português, há três trabalhos mais longos nos quais vamos buscar subsídios para esta análise: dois sobre o português e um sobre o espanhol. Desses, apenas um tem a preocupação de analisar os diversos graus de acento no português: o trabalho de Maria Helena Mira Mateus (1975) Aspectos da Fonologia Portuguesa. Como o dialeto em que ela se baseia, o português de Lisboa, é muito diferente do que es

tamos analisando, é preciso fazer propostas totalmente diferentes das suas neste caso. Enquanto ela tem que descrever o levantamento, a centralização e a supressão das vogais átonas, podemos nos limitar ao levantamento e abaixamento. Outro trabalho sobre o português é de Yonne de Freitas Leite (1974) Portuguese Stress and Related Rules, onde se nota a preocupação em comparar duas análises possíveis para o acento dentro da fonologia gerativa transformacional, uma com representações fonológicas mais abstratas e outra mais concreta. Um trabalho que também é fundamental para nós é a análise que James Harris (1969) faz para o espanhol em Fonologia Generativa del Español, em que as regras de acento são analisadas em conjunto com as regras mais significativas do componente fonológico da aquela língua. Dada a semelhança entre o espanhol e o português, a abordagem dada ao acento nesse trabalho nos interessa de perto. Além desses três trabalhos, encontramos em vários outros referências a regras de acento no português e no espanhol, mas sempre de forma menos detalhada, menos sistemática.

Embora seja teoricamente possível analisar o acento como uma característica inerente na matriz lexical dos morfemas da língua, em nenhuma análise do português essa possibilidade é explorada. Considerando-se o acento primário em qualquer classe, vamos encontrar mais regularidades do que irregularidades. Encontrando uma forma de explicar os casos que constituem minoria, a análise pode ser bem simples e geral.

Nos trabalhos que fazem referência ao acen

to em português, dois pontos são citados com certa insistência. O primeiro é que a regra de acento deve ser uma das primeiras em ordenação. O segundo é que o acento na grande maioria das palavras do português deve ser colocado por uma regra geral, que insere o acento primário na penúltima vogal da palavra. A ordenação se justifica porque, para que se consiga essa regularidade de acentuar a maior parte das palavras da língua por uma só regra, muitas representações subjacentes terão que apresentar segmentos que não aparecem nas representações fonéticas, e que são apagados por uma regra depois da colocação do acento. Várias palavras oxítonas (nessa análise falsos oxítonos) vão ter uma representação subjacente com uma sílaba a mais que a representação fonética para que possam receber o acento regularmente segundo a regra geral. Teremos representações fonológicas do seguinte tipo:

professor /p^rofesore/
 papel /papele/
 nariz /narize/
 irmão /irmano/

Representações fonológicas desse tipo são sugeridas em Abaurze (1973) e Bastelli (1975), entre outros trabalhos:

"Reconhecer que certos formativos lexicais apresentam a vogal final e nas representações subjacentes para o singular implica em uma simplificação de pelo menos duas regras da língua: formação de plural (que passa a ser representado simplesmente pelo formativo gramatical /-s/ acrescido às bases nominais terminadas em -a, -e ou -o) e acentuação (explicando-se a ocorrência superficial de um número considerável de oxítonos que parecem contrariar a regra geral

de acentuação da língua, segundo a qual o acento recai na maioria dos casos na penúltima sílaba. Tais oxítonos são na verdade paroxítonos por ocasião da regra de acento, aplicando-se depois uma regra de apócope que faz cair a vogal e em determinados ambientes." (Abaurre 1973, 80-1)

"Vários linguistas postulam a existência de uma vogal e final para as palavras terminadas superficialmente em consoantes, apontando as seguintes vantagens:

a. Auxilia e simplifica a formação do plural, pois a marca de plural passa a ser só /-s/ em vez de -es ~ -s (...)

b. Tem uma função na acentuação permitindo, por exemplo, que papél seja acentuado pelo mesmo processo que modélo, isto é, a aparente irregularidade do acento final em papél é uma colocação regular do acento na penúltima sílaba dos nomes num nível mais profundo da derivação.

Utilizaremos este mesmo princípio, dando-lhe motivação mais forte nos capítulos seguintes, demonstrando que ele também simplifica o processo derivacional."

(Bastelli 1975, 2)

As regras de acento e as demais regras cíclicas não são necessariamente as primeiras a se aplicarem no componente fonológico de uma língua. Não há também necessidade de especificar quanto à ordenação regras fonológicas cíclicas, pré-cíclicas e pós-cíclicas. É necessário, isto sim, distinguir as regras que pertencem à fonologia da palavra (não cíclicas por definição) e as que ultrapassam os limites da palavra, aplicando-se sobre seqüências maiores (regras cíclicas). Não há na seqüência das regras do componente fonológico um momento determina-

do para a aplicação das regras cíclicas, há uma ordenação linear das regras e uma marca em cada uma de seu caráter cíclico ou não cíclico (ver a respeito desse ponto a ordenação proposta para as regras do inglês por Chomsky e Halle 1968, 236-45).

A observação de que as regras de acento do português devem estar entre as primeiras em ordenação não descarta a possibilidade de que outras se apliquem antes delas, o que é necessário postular em alguns casos, como se verá no decorrer da análise.

Postulando um segmento a mais na representação subjacente é possível encontrar uma regularidade mais profunda no padrão acentual para dois grupos de palavras oxítonas: as terminadas foneticamente em consoantes (ou no glide [w] em casos como papel e farol em que a ocorrência da consoante lateral [l] ou do glide [w] é uma questão dialetal) e em ditongo nasal. Para as palavras oxítonas terminadas em vogal temos que lançar mão de um traço diacrítico que marque esses itens no léxico para a aplicação de uma regra especial de acentuação. É esta de fato a proposta de Abaurre 1973. Nesse trabalho ela sugere que se use a estratificação lexical (classificando os elementos do léxico do português por sua origem) para conseguir que palavras de origem erudita (pedestal, crédito, legível) sejam analisadas como tendo a mesma raiz que suas correspondentes de origem vulgar (pé, ler, crer). Os formativos do 2º grupo seriam marcados com [+E], o que indicaria tratar-se de formativos especiais, aos quais se aplicaria um grupo de regras do componente fonológico,

que só atuam sobre a porção do léxico assinalada com esse diacrítico.

"(...)pode-se concluir portanto, que há uma série de regras gerais aplicáveis a todos os formativos da língua e um conjunto de regras especiais que se aplicam apenas à categoria [+ E] de formativos." (Abaurre 1973, 41)

Tendo já argumentado a favor de de uma análise que faça uso da estratificação lexical, Abaurre propõe que se use esse conceito para explicar também o acento das palavras terminadas em vogal.

"Os formativos oxítonos são, em sua maioria, atribuíveis a um outro estrato lexical identificável na língua, o dos empréstimos de origem indígena. Uma vez reconhecida a existência da vogal subjacente e em vários formativos foneticamente oxítonos e a regra de apócope em razão da qual tais pseudo-oxítonos existem, verifica-se que a grande maioria do léxico é realmente constituída de proparoxítonos." (Abaurre 1973, 163)

Assim, uma das soluções que a fonologia gerativa transformacional permite para esses formativos é marcá-los no léxico com um diacrítico, digamos [+ I] (indígena), que indica que eles estão sujeitos a uma regra especial de acentuação.

Até o momento, com os dados que foram discutidos, podemos resumir as regras de acento da seguinte forma: uma regra geral atribui o acento primário (Ac 1) à penúltima vogal das representações fonológicas de nomes, adjetivos e advérbios. Para alguns elementos marcados no léxico com o diacrítico [+ I], é aplicada uma regra especial inserindo o acento primário na última vogal.

Restam as palavras proparoxítonas. Estas, ou

têm que ser marcadas também com um diacrítico no léxico, para indicar que a regra geral de acento não se aplica a elas, ou será necessário lançar mão de mais um traço para a representação fonológica das vogais. A possibilidade de usar o traço tensa chega a ser mencionada em uma nota à análise de Abaurre 1973:

"Um estudo mais completo, que incluísse todas as possibilidades de formas verbais na língua, mostraria no entanto que ela (a regra de acento na penúltima sílaba) é válida para a grande maioria das formas, havendo apenas alguns casos de acento na antepenúltima sílaba (eg amávamos, amáramos) Para dar conta de tais casos é bastante provável que devam ser incluídas nas regras indicações de ordem morfológica (...) Também não fazemos referência aqui à regra de acentuação para os nomes que deve ser formulada de maneira diferente, levando-se em conta, inclusive outras propriedades (como, talvez a tensão das vogais) para o estabelecimento preciso dos ambientes onde pode recair o acento." (grifo nosso) (Abaurre 1973, 164-5)

Harris(1969) analisa o acento em espanhol usando esse traço de tensão das vogais. Segundo ele, o acento nos nomes do espanhol pode ser explicado satisfatoriamente pela regra de acento do latim.

(6) Regra de acento do latim (proposta para o espanhol)...

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{---} (C_0(\check{V} C_0^1(L)) V) C_0 \#]_{N, Adj}$$

Segundo as convenções para interpretar regras ordenadas disjuntivamente, como é o caso acima, esta regra se apli-

ca primeiro em sua forma mais completa, ou seja:

1a expansão da regra de acento do latim:

$$V \rightarrow [Ac: 1] / \text{ — } C_o \check{V} C_o^l (L) V C_o \#] N, Adj$$

Coloque o acento de grau um na antepenúltima sílaba se a penúltima é fraca, isto é, contém uma vogal [- tensa] seguida de, no máximo, uma consoante. O (L) indica que a ocorrência de uma líquida entre a consoante e a vogal na penúltima sílaba não bloqueia a aplicação da regra.

2a expansão da regra de acento do latim (retirando-se os parênteses mais internos):

$$V \rightarrow [Ac: 1] / \text{ — } C_o V C_o \#] N, Adj$$

Coloque o acento na penúltima sílaba se esta for forte, ou seja, se tiver uma vogal [+ tensa], ou então uma vogal [- tensa] seguida de duas ou mais consoantes. Na verdade nem todas essas informações estão apresentadas de forma explícita na regra, mas podem ser deduzidas daí: se a regra não se aplicou na sua forma mais extensa é porque a penúltima sílaba é forte.

3a expansão da regra de acento do latim (retirando-se os parênteses exteriores):

$$V \rightarrow [Ac: 1] / \text{ — } C_o \#] N, Adj$$

Coloque o acento na vogal dos nomes e adjetivos monossílabos. Se na aplicação das formas mais extensas da regra não se encontrou uma penúltima sílaba fraca nem forte, estamos diante de um monossílabo, é claro.

As regras como formuladas por Harris fazem o uso do traço de tensão para as vogais. Mencionamos já que diferenças na tensão das vogais do português existe no nível fonético, associadas a diferenças na altura e no grau de acento. Para que esse traço fosse utilizado nas regras de acento seria preciso que ele tivesse outro status, que fizesse parte dos traços distintivos, mas no português não há nenhuma evidência a favor de uma análise assim. No espanhol, Harris procurou associar o traço de tensão com outros processos fonológicos além do acento, como a ditongação em certos casos⁵. No português, a utilização desse traço na representação fonológica iria em primeiro lugar duplicar o número de segmentos vocálicos propostos para a representação subjacente: para cada vogal teríamos uma representação [+ tensa] e outra [- tensa]. Essa duplicação no número dos segmentos teria unicamente uma função diacrítica: marcar certas vogais da penúltima sílaba de algumas palavras para que não recebessem o acento primário. Isso representa o uso indevido de um traço fonológico: atribui-se a ele uma função diacrítica. Por que não trabalhar diretamente com diacríticos?

Como os nomes e adjetivos proparoxítonos constituem minoria na língua e como já indicamos que para analisar os nomes oxítonos será necessário fazer o uso de traços diacríticos, vamos estender esta análise e usar traços diacríticos também para a análise dos proparoxítonos.

Vamos propor para o português duas regras de acento: uma para o caso especial dos oxítonos (na sua

maioria de origem indígena) e mais uma regra geral. A regra geral é na verdade um conjunto de três regras ordenadas disjuntivamente, aplicáveis segundo o princípio de ordenação disjuntiva, já comentado anteriormente quando discutimos a regra de acento do latim que Harris (1969) propõe para o espanhol.

(7) Regra de acento dos oxítonos

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] / \text{ — } \# \left. \vphantom{\left[\text{Ac } 1 \right]} \right]_{\substack{N, \text{ Adj} \\ [+ I]}}$$

O diacrítico [+ E] (erudita) vai ser usado para marcar as palavras proparoxítonas para a aplicação da regra de acento. Vamos incluir os advérbios na formulação da regra, uma vez que seu comportamento em relação ao acento é semelhante ao dos nomes e adjetivos.

(8) Regra geral de acento dos nomes, adjetivos e advérbios.

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] / \text{ — } \left(C_o \left[\begin{array}{c} V \\ + E \end{array} \right] C_o \right) V \left. \vphantom{\left[\text{Ac } 1 \right]} \right]_{\substack{N, \text{ Adj}, \\ \text{Adv}}} \#$$

Segundo a teoria geral, se um diacrítico faz parte de um item lexical, ele faz parte automaticamente do inventário de traços de todos os segmentos que constituem aquele item lexical. Daí termos indicado o diacrítico como traço da penúltima vogal dos nomes, adjetivos e advérbios acentuados na antepenúltima sílaba.

Os casos raríssimos de acento na quarta última sílaba podem ser explicados da mesma forma que os que têm acento na antepenúltima. Uma palavra como técni-

co ['tɛkInIkU] tem a representação fonológica /tɛkniko/ e vai receber o acento na antepenúltima sílaba. Depois pode aplicar-se uma regra de epêntese bem geral na língua que pode ser formulada assim:

(9) Epêntese

$$\emptyset \rightarrow \left[\begin{array}{c} V \\ + \text{ anterior} \\ \text{alta 2} \end{array} \right] / \left[\begin{array}{c} C \\ - \text{ contínua} \end{array} \right] - \left[\begin{array}{c} + \text{ consonantal} \\ - \text{ vocálico} \end{array} \right]$$

Essa mesma regra explica a inserção da vogal em pneu, advogado, apto, ritmo, etc.

2.4. O acento nos verbos

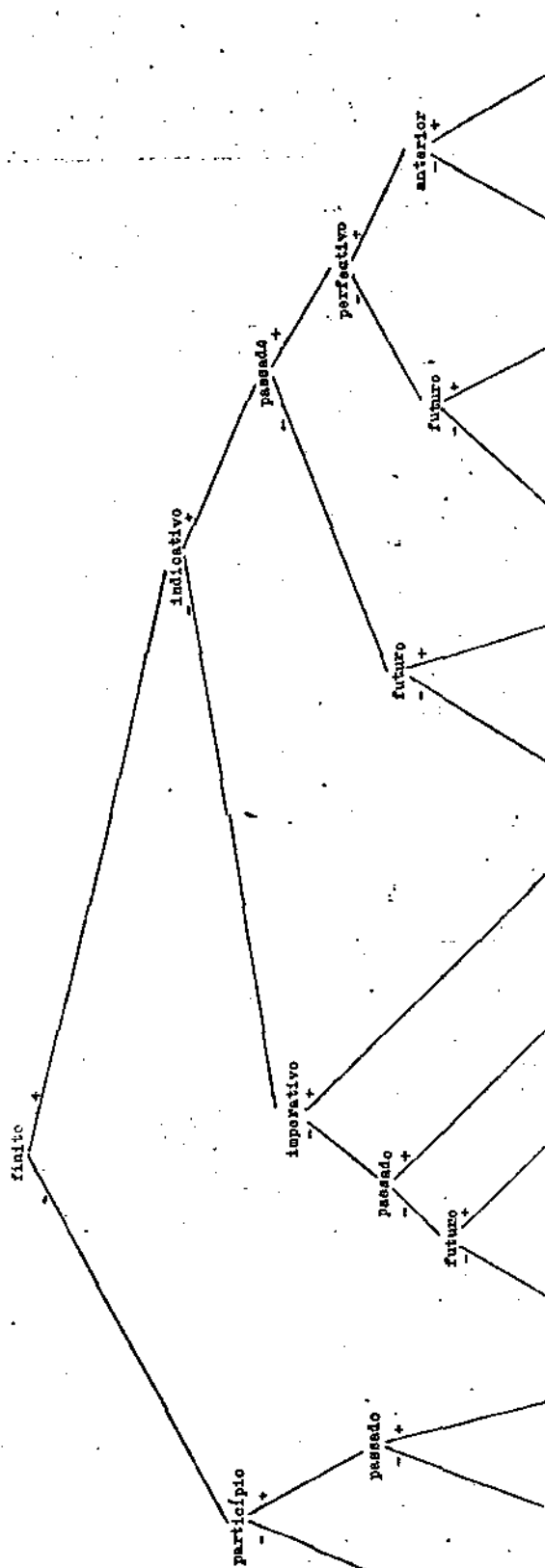
A análise do acento nos verbos regulares que Harris propõe para o espanhol pode ser estendida ao português em sua quase totalidade devido à grande semelhança que existe entre o sistema verbal nas duas línguas. A esse respeito a tese defendida em Abaurre (1973) é de que nos verbos regulares, como em grande parte do léxico das duas línguas, é possível, segundo a fonologia gerativa standard, propor formas subjacentes idênticas para o espanhol e o português. As diferenças superficiais que ocorrem podem ser explicadas pela aplicação de um maior número de regras no português⁶.

Vamos assumir para esta análise formas subjacentes semelhantes às que Harris propõe para o espanhol, pois são bem adequadas para a análise dentro do modelo gerativo transformacional, permitindo uma análise com alto grau de simplicidade e regularidade. Das formas subjacentes propostas, vamos discutir apenas as que apresentam

problemas para a colocação do acento. Entretanto, para que não se perca a visão do todo, preferimos incluir no trabalho os quadros (1) e (2), com um diagrama dos tempos, modos e aspectos do verbo no português. Esse diagrama é adaptado de Harris (1969,88) tendo sido proposto também para o português em Abaurre (1973, 59). Ampliamos o quadro para incluir verbos da segunda e terceira conjugações, e formas do infinitivo flexionado. Preferimos, em vez de usar a ortografia oficial, colocar no quadro (1) as representações subjacentes que estão sendo consideradas para esta análise do acento, e em (2) as representações fonéticas, registradas tomando-se como base o meu dialeto. Isso vai facilitar a discussão, evitando a inclusão de muitos quadros e detalhes no texto, o que estenderia demais esta parte do trabalho. Incluímos os dois quadros como pontos de referência, já que é impossível neste trabalho discutir cada uma das regras que deve ser aplicada para se chegar à representação fonética. Apenas um ou outro aspecto mais relevante será discutido.

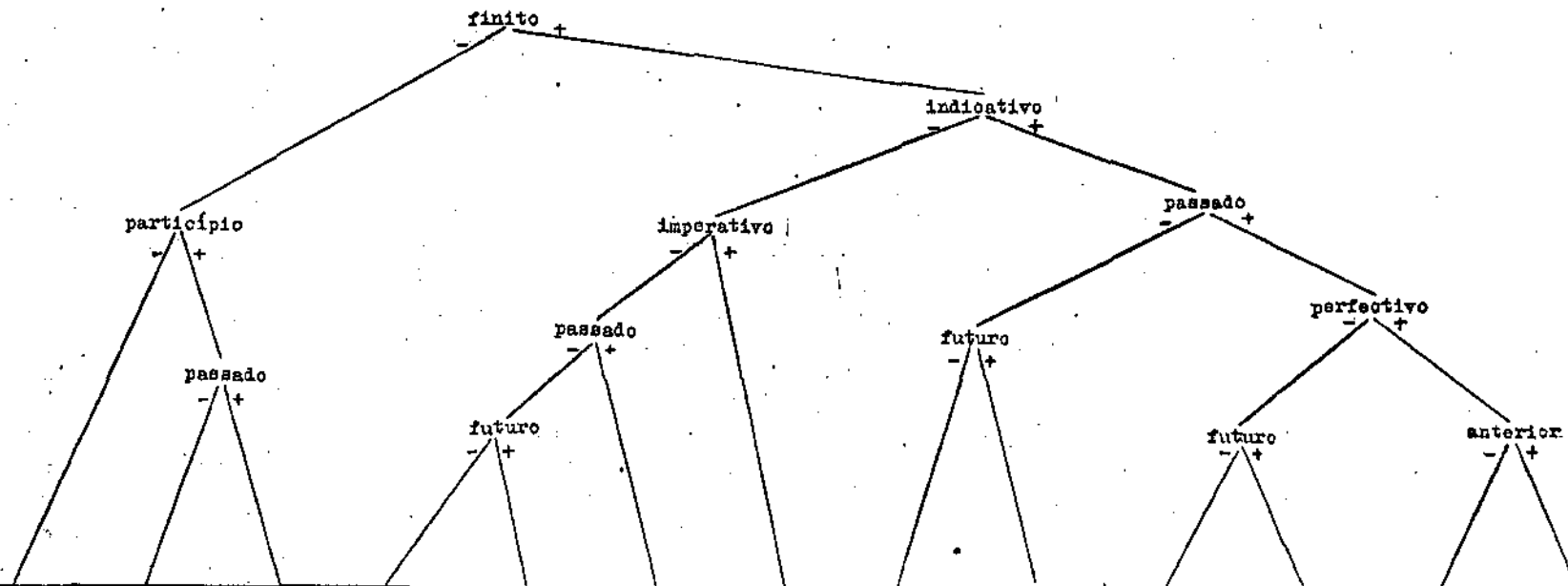
Já examinamos na seção 2.3 a proposta de Harris para o acento dos nomes e adjetivos no espanhol utilizando a regra de acento do latim. Fizemos uma proposta para o português a partir dessa, substituindo o traço de tensão das vogais por um diacrítico. Mas os verbos não devem ser acentuados pela mesma regra, o que se pode deduzir facilmente, mediante o confronto de duas listas de palavras, a primeira contendo nomes e adjetivos, a segunda contendo formas verbais que se diferenciam das primeiras, entre outras coisas, pela posição diferente em que o acento é colocado:

(1) REPRESENTACION SUBJACENTE DOS VERBOS REGULARES



PERSONA	participio	indicativo	imperativo	perfectivo
1a persona	am+ero	am+ero	am+ero	am+era
2a persona	am+er+o+s	am+er+es	am+er+e	am+er+o
3a persona	am+er+o+s	am+er+e	am+er+e	am+er+o
1a persona	am+er+o+s	am+er+os	am+er+o+s	am+er+o+s
2a persona	am+er+o+s	am+er+os	am+er+o+s	am+er+o+s
3a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
1a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
2a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
3a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
1a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
2a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
3a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
1a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
2a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o
3a persona	am+er+o+s	am+er+o	am+er+o	am+er+o

(2) REPRESENTAÇÃO FONÉTICA DOS VERBOS REGULARES "AMAR", "VENDER", "PARTIR"



1ª CONJUGAÇÃO	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
- plural	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
+ plural	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa
	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa	6ª pessoa	7ª pessoa	8ª pessoa	9ª pessoa	10ª pessoa	11ª pessoa	12ª pessoa	13ª pessoa	14ª pessoa

Nomes, adjetivos

fábrica

estímulo

público

depósito

Verbos

fabrica

estimulo

publico

deposito

Se quiséssemos propor que as formas dos nomes, adjetivos e verbos são acentuadas pela mesma regra, teríamos que dizer que no momento em que o acento foi colocado nas palavras do 2º grupo, a sílaba acentuada era antepenúltima, o que é difícil de se sustentar. A proposta nesse caso é de que a regra de acento dos verbos tem que ser formulada de maneira diferente do que foi feito para os nomes e adjetivos⁷.

Antes de propor regras de acento para as formas verbais, vamos discutir a constituição dessas formas. Cada forma dos verbos regulares no português (com exceção das formas do gerúndio e participípio) constitui-se de: raiz, marca de conjugação, marca de modo-tempo-aspecto, marca de número-pessoa, colocados sequencialmente nessa ordem. Nas formas do gerúndio e participípio falta a marca de número-pessoa.

A marca de conjugação (tradicionalmente vogal temática) determina uma divisão dos verbos em três classes, que são relevantes para a aplicação de determinados processos fonológicos. As vogais temáticas são: /a/ (1a conjugação), /e/ (2a conjugação) e /i/ (3a conjugação). Na análise que Harris propõe, e que é válida também para o português dentro do modelo transformacional, essas vogais aparecem em todas as formas do verbo na representação fonoló-

gica, mesmo naquelas em que não ocorrem no nível fonético.

Relacionamos abaixo os morfemas de modo - tempo-aspecto. Para maior facilidade de identificação, usamos os nomes tradicionais dos tempos e modos:

Indicativo: presente: /ø/
 perfeito: /ø/
 imperfeito: /va/
 mais-que-perfeito: /ra/
 futuro do presente: /re/ (marca do infinitivo) seguido de formas do presente do indicativo do verbo haver
 futuro do pretérito: /re/ (marca do infinitivo seguido de formas do imperfeito do indicativo do verbo haver ⁸

Subjuntivo: presente: /e/ (1a conjugação)
 /a/ (2a e 3a conjugações)
 imperfeito: /se/
 futuro: /re/

Imperativo: /ø/ (2a pessoa)
 /e/ (1a conjugação)
 /a/ (2a e 3a conjugações) } (1a e 3a pessoas)

Infinitivo: /re/

Gerúndio: /ndo/

Particípio: /do/

Vamos passar às marcas de número-pessoa, que também ocorrem em todas as formas verbais, exceto gerúndio, particípio e infinitivo não flexionado. Os morfemas de número-pessoa são:

<u>Singular</u>	<u>Plural</u>
1a /ø/	1a /mos/
2a /s/	2a /des/
3a /ø/	3a /n/

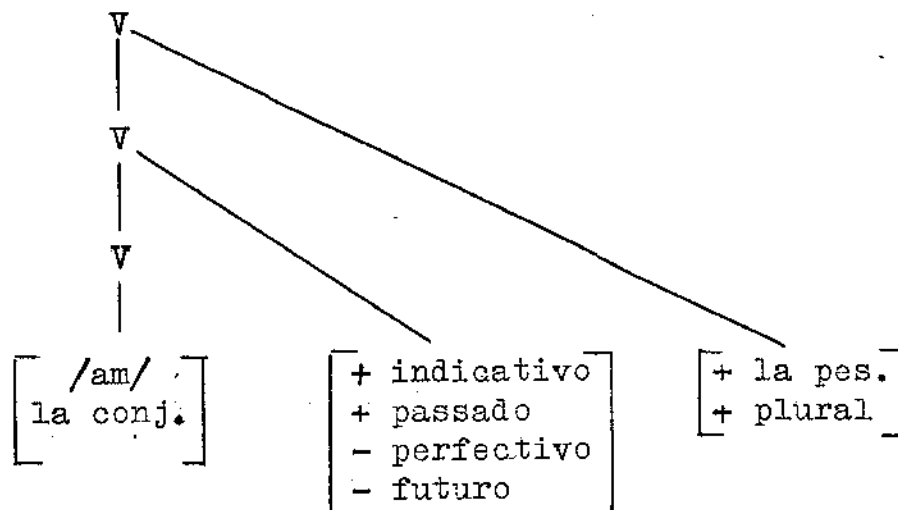
Na primeira pessoa do singular do presente do indicativo temos /o/ em vez de /ø/, e em todas as formas do perfeito, exceto a primeira pessoa do plural, temos marcas diferentes dos demais tempos:

Marcas de número-pessoa para o pretérito perfeito

<u>Singular</u>	<u>Plural</u>
1a /i/	1a /nos/
2a /ste/	2a /stes/
3a /u/	3a /ran/

Quando alistamos as marcas de modo-tempo-aspecto dissemos que, para facilidade de identificação, iríamos usar os nomes dos tempos da gramática tradicional. Mas na verdade, como indicamos no quadro (1), cada marca representa um complexo de traços sintáticos de modo, tempo e aspecto. O modo está relacionado com a atitude do falante (indicativo x imperativo) e com certas relações sintáticas entre as sentenças (indicativo x subjuntivo)⁹¹. Os traços de tempo referem-se ao encadeamento cronológico dos fatos, tendo-se como ponto de referência o momento da fala (+ passado, + futuro) ou o momento apresentado por outro verbo (+ anterior). O aspecto reflete apenas a oposição entre concluído e não concluído (+ perfectivo).

Esses traços sintáticos são indicados na estrutura superficial da seguinte forma:



As regras de reajuste substituem cada conjunto de traços sintáticos organizados da forma acima por formativos gramaticais. Depois da aplicação das regras de reajuste, temos a representação fonológica sobre a qual vão se aplicar as regras do componente fonológico:

$$\left[V \# \text{ am } + \text{ a } + \text{ va } + \text{ mos } \# \right] V$$

Harris propõe que nos verbos o acento deve recair sobre a penúltima vogal, proposta que é aceita também por Abaurre(1973) como válida para os verbos do português. Por enquanto nossa análise não vai apresentar nenhuma restrição a essa regra. As restrições serão acrescentadas à medida em que examinarmos mais detalhadamente cada grupo de formas.

(10) Regra de acento dos verbos

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] / \text{ --- } C_0 V C_0 \# \text{] } V$$

Partindo das representações subjacentes propostas no quadro (1), vamos encontrar várias formas que apresentam problemas para a colocação do acento pela regra (10).

a) Presente do Indicativo (+ finito, + indicativo, - passado, - futuro)

Na primeira pessoa do singular, a vogal temática não aparece nas representações fonéticas, mas nesta análise estamos considerando que ela ocorre nas representações subjacentes de todas as formas verbais. Assim, para as formas amo, vendo, parto, temos que propor as representações fonológicas abaixo:

/ am + a + o / / vend + e + o / / part + i + o /

A vogal temática é apagada por uma regra de truncamento que tem que ser ordenada antes da regra de acento:

(11) Truncamento

$$V \rightarrow \emptyset / + \text{ --- } + o$$

A aplicação de (11) faz com que as formas citadas sejam transformadas em / am + o / , /vend + o / e / part + o / , permitindo que o acento possa ser colocado regularmente na penúltima vogal.

Resta explicar a mudança da vogal temática para e na terceira pessoa do plural da terceira conjugação: partem (e em certos dialetos também na 2a e 3a do singular: parte, partes). Como esse caso não é relevante para a discussão do acento, não vamos nos deter nele.

b) Infinitivo (- finito, - participio)

Em algumas formas do infinitivo, a regra (10) é aparentemente contrariada, pois o acento se manifesta na sílaba que foneticamente é a última: amár, ven-der, partir. A proposta feita é de que essas formas tenham na sua representação subjacente um /e/ final, que é apagado depois da colocação do acento. É fácil sustentar a existência dessa vogal, pois ela aparece foneticamente nas formas da segunda pessoa do singular e na terceira do plural do infinitivo flexionado: amares, amarem. Como se assumiu que, na medida do possível não há variação na marca de modo-tempo-aspecto, é interessante propor que todas as formas do infinitivo tenham essa marca /re/. O problema surge com a primeira e segunda pessoas do plural: amarmos, amardes. Neste caso temos que propor a existência de duas regras para o apagamento do /e/: uma que o apaga em posição final na primeira e terceira pessoas, e que se aplica depois da colocação do acento. Outra que o apaga nas formas da primeira e segunda pessoas do plural, que tem alguma outra forma de condicionamento, e que se aplica antes da colocação do acento. Caso a ordenação fosse outra, a colocação do acento não poderia ser feita pela regra (10).

(12) Apócope (ordenada depois do acento)

$$e \rightarrow \emptyset \quad / \quad \text{---} \quad \# \quad \left. \begin{array}{l} \text{V} \\ \text{---} \\ \text{---} \end{array} \right\} \begin{array}{l} \text{---} \\ \text{---} \end{array} \left[\begin{array}{l} - \text{finito} \\ - \text{participio} \end{array} \right]$$

Provavelmente esta regra será depois reformulada, mudando-se seu condicionamento para tratar como um mesmo processo

a queda do e final nos nomes e nos verbos.

(13) Apagamento de e (ordenada antes do acento)

$$e \rightarrow \emptyset / \text{---} + \left[\begin{array}{l} + \text{ plural} \\ - \text{ 3a pessoa} \\ - \text{ finito} \\ - \text{ participio} \end{array} \right]$$

A necessidade dessas duas regras diferentes para o apagamento do e torna a análise bastante suspeita. Por que esse segmento tem que ser apagado em certos casos antes do acento, em outros depois, e em outros não é apagado?

Há outras possibilidades de análise para este caso. Uma é considerar que o infinitivo não flexionado é a base para a construção das formas flexionadas, que as marcas de número-pessoa foram acrescentadas a uma forma verbal já acentuada na penúltima sílaba. Teríamos então:

$$\left[\left[\# \text{ am} + \text{ a} + \text{ re} \# \right]_{\text{V}} + \text{ mos} \# \right]_{\text{V}}$$

A acentuação na penúltima sílaba se dá considerando-se a forma verbal mais encaixada. O problema que se coloca com a proposta da fronteira de palavra depois da marca de infinitivo é impedir que a regra de apócope se aplique na 2a pessoa do singular e 3a do plural: amares, amarem. Isso pode ser feito aumentando-se as especificações do ambiente para a aplicação da regra (12), afirmando, por exemplo, que a regra se aplica diante de uma fronteira de palavra, ou de uma seqüência de consoante vogal antecédida de uma fronteira de morfema: $\# \left\{ \begin{array}{l} \# \\ + \text{ C V} \end{array} \right\}$

Outra possibilidade é considerar que as

formas de 1a e 2a pessoa são acentuadas na antepenúltima sílaba (são exceções à regra (10)), e postular apenas uma regra para o apagamento de e (a regra (12), com uma pequena modificação no ambiente: $\text{---} \left\{ \begin{array}{c} \# \\ [+ C: V] \end{array} \right\}$. Nenhuma das três análises parece ser melhor, mais adequada ou elegante do que as outras. Como optar por uma delas?

Tudo o que foi dito a respeito do infinitivo se aplica também às formas do futuro do subjuntivo, já que essas formas são iguais nos verbos regulares.

- c) Imperfeito do indicativo (+ finito, + indicativo, + passado, - perfectivo, - futuro)

No imperfeito do indicativo, a vogal temática da segunda conjugação parece ser /i/ e não /e/. Entretanto nesta análise se propõe que a vogal temática ocorra em todas as formas verbais na representação subjacente, mesmo naquelas em que não ocorre na representação fonética. A mesma vogal /i/ aparece também nas formas do participípio dos verbos da segunda conjugação: vendido. Nessas formas propõe-se a aplicação da regra (14), que levanta a vogal temática.

(14) Levantamento de vogal temática

$$\left[\begin{array}{c} \cdot \\ V \\ - \text{baixa} \end{array} \right] \rightarrow [+ \text{alta}] \quad / \quad \text{---} + \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{participípio}] \\ [+ \text{indicativo}] \\ - \text{perfectivo} \\ - \text{futuro} \\ + \text{passado} \end{array} \right\}$$

Na primeira conjugação, vê-se claramente que se deve propor como marca de modo-tempo-aspecto a for-

ma /va/, enquanto na 2a e 3a conjugações ela parece ser apenas /a/. Harris propõe, para o espanhol, que também nessas duas conjugações seja proposta a mesma forma subjacente /va/. Na segunda e terceira conjugações, o /v/ é apagado pela regra (15), que se aplica depois de (14).

(15) Apagamento de /v/ (ordenada depois de (14)):

$v \rightarrow \emptyset \quad / \quad i + \underline{\quad}$

Embora ele reconheça que não há evidências em outros pontos da gramática para que se proponha uma regra como esta, a inclusão de tal regra na gramática vai simplificar muito a consideração dos verbos, pois permitirá maior simplicidade nas regras que inserem os morfemas de modo-tempo-aspecto, que ficam idênticos para as três conjugações em todos os tempos, exceto no presente do subjuntivo e imperativo.

O problema óbvio que a regra (15) apresenta, além de sua não ocorrência em outros pontos da gramática, é o uso de um condicionamento fonológico para explicar a queda do /v/. Por que então não dizer explicitamente na formulação da regra, que o /v/ cai na 2a e 3a conjugações? Ou seja, por que não usar um condicionamento morfológico na formulação da regra (15)? Aqui se vê como a busca de uma simplicidade formal maior deixa em segundo plano a explicação dos processos descritos; o que de fato explica a não ocorrência do /v/ na marca do imperfeito do indicativo é a conjugação (2a ou 3a), e não a vogal /i/. Em termos articulatórios esta vogal não apresenta nenhuma propriedade que possa incompatibilizá-la com a pronúncia de um /v/ em sequência a ela.

Antes de considerar o acento no imperfeito do indicativo, temos que nos referir à marca de 2a pessoa do plural, que propusemos que seja /des/ em todas as formas, menos no perfeito. Na maior parte dessas formas, entretanto, o /d/ é apagado em um dado ponto da derivação. Vamos propor que ele seja apagado pela regra (16).

(16) Apagamento de /d/

$$d \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{l} - \text{ futuro} \\ - \text{ infinitivo} \end{array} \right] + \left[\begin{array}{l} \text{---} \\ + \text{ 2a pessoa} \\ + \text{ plural} \end{array} \right]$$

O uso do traço [- futuro] neste caso não vai afetar as formas do futuro do presente ou futuro do pretérito, pois essas são formas compostas na análise em discussão¹⁰.

Depois da queda do /d/, em muitos casos o /e/ de /des/ se transforma num glide. Em muitas formas é interessante que a formação do glide ocorra depois da colocação do acento: amais, amei, vendeu, partiu. Para que o acento seja colocado regularmente nessas formas pela regra (10), é preciso que no momento da aplicação da regra o glide ainda não tenha se formado. Suponhamos que o processo que forma o glide na segunda pessoa do plural seja o mesmo que atua em amei, vendeu, etc. Se isso for verdade, então a regra de formação do glide deve ser ordenada depois da regra (10).

Assumindo essa posição, temos que considerar também que, quando o acento for colocado na segunda pessoa do plural do imperfeito do indicativo, ele será colocado sobre a antepenúltima vogal, constituindo-se numa exceção à regra (10). Esse mesmo fato pode ser observado

em outras formas:

Imperfeito do indicativo:	<u>amávamos</u> (+ 1a pes., + pl)
	<u>amáveis</u> (+ 2a pes., + pl)
Imperfeito do subjuntivo:	<u>amássemos</u> (+ 1a pes., + pl)
	<u>amásseis</u> (+ 2a pes., + pl)
Mais-que-perfeito:	<u>amáramos</u> (+ 1a pes., + pl)
	<u>amáreis</u> (+ 2a pes., + pl)

Harris propõe que no espanhol o traço relevante para que não se aplique a regra de acento na penúltima vogal é [- perfectivo]. No português, o acento no mais-que-perfeito complica um pouco a regra. Temos que dizer que o acento é colocado na vogal que antecede uma marca de modo-tempo-aspecto que é ou [- perfectivo], ou, sendo [+ perfectivo] é também [+ anterior]. Não é preciso fazer nenhuma referência às pessoas do verbo, pois essa regra dá conta do acento em todas as pessoas. Vamos então reformular a regra (10):

(17) Regra de acento dos verbos (reformulada)

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{---} \left(\left(+ \left\{ \begin{array}{l} [- \text{ perfectivo}] \\ [+ \text{ perfectivo}] \\ [+ \text{ anterior}] \end{array} \right\} \right) C_0 V \right) C_0 \#$$

Os parênteses exteriores foram colocados para dar conta de algumas formas verbais monossilábicas, que não estão sendo discutidas neste trabalho, já que nos fixamos em um modelo de cada conjugação apenas. A regra em sua forma mais reduzida vai se aplicar a formas como dá, tem, é. Na forma mais completa, explica o acento na antepenúltima sílaba de algumas formas do imperfeito do indicativo, imperfeito do subjuntivo, e mais-que-perfeito.

- (d) Presente do Subjuntivo (- indicativo, - imperativo, - passado, - futuro)

Apenas neste tempo e no imperativo estamos propondo marcas diferentes de modo-tempo-aspecto conforme as conjugações: /e/ para a primeira e /a/ para a segunda e terceira. Como já foi proposta uma regra de apagamento de vogal temática (regra de truncamento (11)), que se aplica na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, é necessário apenas reformular essa regra para dar conta também dos casos do presente do subjuntivo.

- (18) Truncamento (reformulada)

$$V \longrightarrow \emptyset \quad / \quad + \left[\begin{array}{c} \text{---} \\ - \text{passado} \end{array} \right] + V$$

O acento deve ser colocado depois da aplicação de (18), como já foi proposto na primeira versão da regra na seção 2.4.a . Sua colocação não vai apresentar problema algum.

- (e) Perfeito (+ finito, + indicativo, + passado, + perfectivo, - anterior)

As marcas de número-pessoa deste tempo são diferentes das demais, só havendo coincidência na primeira pessoa do plural. A única observação a ser feita a respeito dessas formas é que a formação de glide na 1a e 3a pessoas do singular tem que se dar depois da colocação do acento.

- (f) Futuro do Presente (+ finito, + indicativo, - passado, + futuro) e Futuro do Pretérito (+ finito, + indicativo, + passado, - perfectivo, + futuro)

Nas formas do futuro do presente podemos encontrar argumentos que o modelo transformacional aceita como fortes para propor que esse tempo seja composto de dois verbos na representação subjacente. No futuro do pretérito um dos argumentos se enfraquece, pois as formas ia, ias, etc. não ocorrem isoladamente como imperfeito do verbo haver. No entanto, as formas do futuro do presente e futuro do pretérito se comportam de maneira idêntica em várias situações. Assim, a análise ainda será mais econômica se considerarmos ia como uma forma alternante de havia. Os fatos que nos levam a optar por esta análise são:

1ª - a sinonímia entre as formas do futuro do presente e as correspondentes com o verbo haver seguido de um verbo no infinitivo.

Ele há de vender a casa.

Ele venderá a casa.

2ª - a identidade que há entre as terminações do futuro do presente e as formas do presente do indicativo do verbo haver.

3ª - a possibilidade de ocorrência, em um estilo mais formal, da construção que a gramática tradicional chama de mesóclise, ou seja, a inserção de uma forma pronominal dividindo a forma do futuro, sendo essa divisão feita exatamente no ponto em que se inicia o que supomos ser o verbo haver.

Ele havia de vender a casa.

Ele havia de vendê-la.

Ele venderia a casa.

Ele vendê-la-ia.

4^o - Sempre que há o uso da mesóclise, há a ocorrência também de um acento secundário na parte do verbo que antecede o pronome, e que supomos ser a forma do infinitivo.

Ele vendê-la-ia

1 2 1 graus de acento

Diante desses fatos, a proposta que se faz é de que as formas do futuro do presente e futuro do pretérito sejam inseridas transformacionalmente, através da aplicação de uma regra de inversão, que coloca o auxiliar depois do verbo principal e deixa de inserir a preposição antes do verbo principal. Antes da aplicação das regras do componente fonológico, teríamos uma forma assim, para amará:

$$[V \# [V \# \text{am} + \text{a} + \text{re} \#]_V [V \# \text{a} \#]_V \#]_V$$

A regra de acento atua sobre essa cadeia em ciclo, primeiro colocando o acento em cada um dos verbos, depois no verbo composto:

$$[V \# [V \# \text{am} + \text{a} + \text{re} \#]_V [V \# \text{a} \#]_V \#]_V$$

1^o ciclo

regra (17)

1

1

2^o ciclo

convenção (19)

- Ac

1

O que foi chamado acima de convenção (19) deve ser entendido assim:

(19) Apague todos os acentos da palavra, exceto o último.

Para que (19) tenha o efeito desejado, precisamos associar a essa regra certos princípios de apagamento de fronteiras internas de palavras, de tal forma que as fronteiras internas dos verbos no futuro sejam apagadas em todos os casos, exceto naqueles em que ocorrer um pronome entre os constituintes da forma verbal. Essa convenção não deve apagar as fronteiras internas de nomes compostos (incluindo-se na composição casos tradicionalmente considerados derivação, como palavras formadas com prefixos acentuados, e com os sufixos -(z)inho, -mente, -íssimo).

Tudo isso indica, ao que parece, que as formas do futuro, analisadas como casos de justaposição ao nível das representações fonológicas, não se comportam efetivamente como palavras compostas, em termos sincrônicos. Os dados da análise do português parecem argumentar contra a análise de tais formas propostas na fonologia gerativa transformacional. Não é possível dar conta, senão arbitrariamente, do fato de tais "compostos" não apresentarem acento subtônico como os verdadeiros compostos na língua.

2.5. Acento secundário e ritmo

Vamos distinguir aqui o acento secundário, aquele que era inicialmente acento tônico e foi enfraquecido, e o que vamos chamar de acento rítmico, ou seja, a va

riação entre os graus de acento nas sílabas pré-tônicas de acordo à tendência que se observa no português de alternar sílabas mais fortes com sílabas mais fracas. Essa tendência define o ritmo do português. É interessante relacionar esse dado com o status da sílaba para os falantes do português. Qualquer falante sem nenhum treinamento especial de fonética percebe com grande facilidade a divisão silábica na língua. Percebe-se isso facilmente nas línguas secretas infantis, como a "língua do p", em que cada sílaba das palavras reais do português é seguida por outra sílaba tônica em que a consoante, ou grupo consonantal inicial é substituído por /p/ e o restante da sílaba se mantém. A sentença Eu quero a bicicleta na "língua do p" é pronunciada como: [ew'pewkɛ'pɛr̃U'pue'pabi'pisi'piklɛ'petɛ'pa]. Esse exemplo mostra não só a consciência que as crianças falantes do português têm da divisão silábica na língua, como também leva ao extremo a tendência de alternar sílabas átonas e tônicas. Há na "língua do p" o reforço de duas características fonológicas do português: sua divisão silábica bem marcada e o ritmo alternado entre tonicidade e atonicidade.

Há ainda outros argumentos para mostrar que essa divisão silábica é algo de fácil percepção para o falante comum. As tradicionais cartilhas de alfabetização na sua maioria treinam todo o reconhecimento dos símbolos da escrita através da memorização das sílabas. As convenções da escrita determinam que, sendo necessário dividir uma palavra no final da linha, que se respeite a divisão silábica, o que é seguido sem maiores problemas pela maioria das pessoas.

A colocação do acento rítmico é feita automati-

camente, por critérios puramente fonológicos, ao contrário do acento secundário, que leva em conta o tipo de fronteira existente entre os segmentos acentuados. Na fonologia gerativa transformacional, o acento secundário é um ponto de apoio indispensável para que se argumente a favor da extensão do ciclo transformacional para o componente fonológico. Como neste trabalho não estamos considerando o acento sentencial, uma vez que escolhemos a palavra como centro de interesse, poderíamos exemplificar o uso do ciclo transformacional para a análise do acento secundário em compostos, nos casos de mesóclise, na derivação. Vamos nos deter na última, que é um dos tópicos que desenvolveremos no próximo capítulo sob o enfoque da fonologia gerativa natural.

Vamos usar aqui sufixos derivacionais que produzem palavras da classe dos nomes, adjetivos e advérbios.

Chomsky e Halle apontam como vantagem para a incorporação do ciclo transformacional na fonologia que um mesmo conjunto de regras, reaplicando-se em estágios sucessivos da derivação, dá conta dos diversos graus de acento, não só na palavra, mas também na sentença. Nas palavras do português, a aplicação de regras cíclicas de acento é importante na colocação dos dois acentos de grau mais forte: primário (Ac 1) e secundário (Ac 2). Os demais graus (Ac 3 e Ac 4) são marcados por regras não cíclicas.

Tomemos uma palavra portuguesa que tenha um sufixo derivacional e que conserve foneticamente o acento secundário : levemente. Vamos mostrar como o acento primário e o secundário são atribuídos utilizando-se a regra de acento dos nomes (regra 8), o ciclo transformacional e uma convenção de enfraquecimento do acento. Em levemente, o acento será colocado por duas aplicações da regra (8), primeiro à seqüência mais encaixada, o adjetivo leve, e no se-

gundo ciclo à palavra completa, o advérbio levemente.

$$[\text{Adv } [\text{Adj } \# \text{leve } \#]_{\text{Adj}} \# \text{mente } \#]_{\text{Adv}}$$

1º ciclo

Regra (8) 1

2º ciclo

Regra (8) e 2 1
 convenção de
 enfraquecimen
 to dos acentos

Pela convenção de enfraquecimento dos acentos, quando se atribui acento primário a uma sílaba dentro de uma seqüên-
 cia qualquer, todos os acentos já atribuídos a sílabas da
 mesma seqüência são enfraquecidos em um grau.

Exemplificamos a atuação do ciclo transfor-
 macional na derivação com o advérbio levemente. No entanto,
 a maioria dos sufixos derivacionais no português não têm
 um comportamento paralelo a -mente. Quando formamos leveza,
 por exemplo, a partir da mesma base adjetival de levemente,
 o acento do adjetivo não se mantém. Temos que concluir daí
 que o tipo de fronteira que separa o sufixo tem que ser
 levado em conta para a aplicação cíclica das regras de a -
 centos. Um exame dos sufixos -(z)inho, -mente e -íssimo vai
 mostrar que eles apresentam um comportamento especial tam-
 bém em relação a outros aspectos da gramática, não só em
 relação ao acento.

Antes que as regras do componente fonológi-
 co comecem a atuar sobre a representação fonológica da pa-
 lavra levemente, o componente sintático já forneceu uma
 série de informações sobre ela. No caso presente interes -

sam sobretudo os tipos de fronteiras que se encontram entre os dois formativos que compõem a palavra: o adjetivo e o sufixo formador de advérbio.

Temos que chamar a atenção para o fato de que não é comum no português a ocorrência de um acento secundário em palavras formadas com sufixos derivacionais. O acento secundário ocorre normalmente em compostos: guarda-chuva, pó-de-arroz; em palavras que têm certos tipos de prefixos sempre acentuados (pré- , pós- , anti-): pré-vestibular , pós-parto; em seqüências tipo verbo objeto , verbo auxiliar verbo principal, nome adjetivo, etc.: João vê Maria, vou sair, casa grande. Se for considerado a que parte dos casos tradicionalmente tratados como derivação prefixal são de fato casos de composição, colocamo-nos diante de uma hipótese referente à colocação do acento tônico: que ele é colocado sempre dentro dos limites # #...# #, sendo enfraquecido quando as palavras se juntam em unidades maiores, ou seja, quando se colocam em seqüência (fazendo parte de um constituinte maior ao nível sintático) ou entram na formação de compostos.

São apenas três os sufixos derivacionais que, quando adicionados a uma palavra, fazem com que esta mantenha seu acento primário (enfraquecido em um grau): -mente, -(z)inho, -íssimo. Para que esses casos fossem tratados segundo critérios gerais, seria preciso levantar uma hipótese: de que são casos de composição e não de derivação, de que esses três sufixos são na verdade palavras, tendo um comportamento diferente dos verdadeiros sufixos derivacionais. No caso de -mente podemos notar:

(a) um comportamento especial em relação ao acento. Quando é acrescentado a um adjetivo, a forma básica deste continua acentuada, havendo apenas o enfraquecimento do acento em um grau, de forma semelhante ao que acontece nos compostos e em seqüências de palavras;

(b) Numa seqüência de advérbios formados pelo acréscimo de -mente a bases adjetivais, há a possibilidade de a forma -mente só aparecer de maneira explícita no último advérbio da série:

Ele trabalhava lenta, preguiçosa e tristemente. (por lentamente, preguiçosamente e tristemente);

(c) As bases adjetivais às quais -mente é acrescentado têm que estar em sua forma feminina. Há uma "concordância" que tem necessariamente que ser feita entre o adjetivo e o sufixo;

(d) A combinação de -mente com os adjetivos do português é irrestrita. Esse sufixo pode ser acrescentado a qualquer adjetivo da língua. Nesse ponto, considerando-se a questão da produtividade, ele difere inclusive da composição, cuja aplicação no português é bastante restrita.

O sufixo -(z)inho também apresenta características especiais que o destacam entre os demais sufixos da língua:

(a) Tem também um comportamento diferente dos outros sufixos no que se refere ao acento. Quando acrescentado a um nome (ou mesmo a um adjetivo ou advérbio) este conserva seu acento primário, que é apenas enfraquecido em um grau;

(b) No português padrão, ao se formar o plural de uma

palavra que seja constituída com o uso do sufixo -(z)inho, o plural é marcado redundantemente na base nominal e no sufixo:

azulzinho - azuizinhos
 cãozinho - cãesinhos
 tunelzinho- tuneizinhos

Considerando-se o sufixo -íssimo, que marca a intensidade nos adjetivos, o único comportamento digno de nota é com referência ao acento: a manutenção do acento na base adjetival, apenas enfraquecido quando se acrescenta o sufixo. É interessante lembrar aqui que sempre que se acrescenta a qualquer base um sufixo derivacional, o acento primário é colocado necessariamente sobre esse sufixo.

A utilização do ciclo transformacional na fonologia ao nível da palavra, em português, é bem restrita. Torna-se necessária apenas quando se usa um desses três sufixos mencionados acima, nos futuros verbais, nos compostos. Temos que assinalar os três sufixos de alguma forma, para que, quando eles ocorrerem, as regras de acento se apliquem ciclicamente na palavra. Para uma maior economia na descrição dos dados, seria ideal mostrar que, no momento em que as regras do componente fonológico se aplicam, há entre esses sufixos e a palavra à qual se juntaram uma fronteira # # . Isso poderia ser feito de duas formas: em primeiro lugar propondo que esses elementos em sua representação lexical são palavras, e não sufixos; em segundo lugar, considerando-os sufixos no léxico e transferindo às regras de reajuste a tarefa de mudar a fronteira de morfe-

ma pela de palavra como uma preparação dessas formas para a aplicação das regras do componente fonológico. Preferimos optar pela segunda alternativa. Uma vez que se tem que tomar uma decisão mais ou menos arbitrária, que essa arbitrariedade se situe nas regras de reajuste, que são um mecanismo já apresentado na teoria geral de forma bastante ambígua, sendo usado pelos próprios Chomsky e Halle com certa arbitrariedade. E de fato a proposta de que antes dos sufixos estudados esteja uma fronteira de palavra interessa como uma preparação para a aplicação das regras do componente fonológico, entre elas o plural, o feminino, o acento e o enfraquecimento de vogal diante de fronteira. Não há como justificar que esses sufixos sejam na verdade palavras no léxico. Mas conseguimos analisar com muito mais facilidade as palavras com -mente e -(z)inho se diante desses sufixos tivermos a fronteira de palavra, dando conta de fatos como: as regras de flexão de gênero e número ocorrem no interior da palavra derivada; a regra de enfraquecimento de vogais diante de fronteira (regra 5) aplica-se também no interior de uma palavra como levemente, realizada foneticamente como [lêvIméçi].

Retomando a aplicação cíclica da regra de acento que foi proposta acima, vamos ver como ela é feita em: balõeszinhos, roucamente, rouquidão.

	[[#balone+s#] _N #ziñ+o+s#] _N		[[#rôwk+a#] _{Adj} #mente#] _{Adv}	
<u>1º ciclo</u>				
Regra (8)	1		1	
<u>2º ciclo</u>				
Regra (8) e <u>convenção de enfraquecimento dos acentos</u>	2	1	2	1

$$[\#r\tilde{ow}k + idano \#]_N$$
1º ciclo

Regra (8)

1

Como estamos colocando como centro de interesse neste trabalho o acento na palavra, não temos argumentos para afirmar se a utilização do ciclo transformacional para explicar o acento sentencial é desejável no português.¹¹ No estudo do acento na palavra, observamos seu uso restrito e a dificuldade em marcar o tipo de fronteira usada diante de certos sufixos sem lançar mão de mecanismos arbitrários. Procuramos observar pelo menos que alguns dos sufixos que exigem a utilização do ciclo transformacional para a colocação adequada do acento apresentam comportamentos especiais com relação a aspectos diversos do componente fonológico. Além disso vimos o problema de criar mecanismos para o apagamento de fronteiras internas, indicando que elas não são apagadas nos nomes, adjetivos e advérbios, mas o são nas formas verbais do futuro.

Resumindo, o acento secundário é marcado pela aplicação cíclica de regras, sendo resultado do enfraquecimento do acento primário. Quanto às demais sílabas de cada palavra, que não receberam o acento primário em nenhum ponto da derivação, vamos considerar dois graus de atonicidade: 3 e 4. Estes se colocam na palavra de forma automática, verificando-se a posição da sílaba em relação à que tem o acento primário.

As sílabas pós-tônicas sempre têm o grau 4 de acento. Quanto às pré-tônicas, temos dois graus de ato-

nicidade, obedecendo a padrões de ritmo. Essa noção de ritmo é desenvolvida no trabalho de Bruce E. Willis (1970) "Stress Assignment in Spanish". Nesse trabalho ele afirma que "em um nível abstrato da representação, o espanhol tem a tendência de alternar sílabas fortemente acentuadas e fracamente acentuadas dentro de uma palavra". Na colocação do acento primário, ele propõe a mesma regra de acento do latim proposta por Harris (1969), na mesma formulação. O que há de novo em seu trabalho é a proposta de uma regra de acento secundário baseada na noção de ritmo, de alternância na palavra entre sílabas fortes e fracas.

"Regra de acento secundário: coloque acento de nível 2 nas sílabas cuja distância da sílaba acentuada for em múltiplos de duas sílabas. Se isso não for possível, coloque o acento de nível 2 nas sílabas adjacentes ao acento primário." (Willis 1970: 5)

Segundo essa regra, a alternância entre sílabas fortes e fracas no espanhol é bem geral, abrangendo tanto as sílabas pré-tônicas quanto as pós-tônicas. Segundo nosso ponto de vista, este fenômeno rítmico ocorre também no português, mas de forma bem mais restrita do que Willis observou no espanhol. Vamos observá-lo como uma regra mais superficial, que atinge apenas as sílabas pré-tônicas de palavras mais extensas, não todas as palavras da língua como Willis aponta para o espanhol. Acharmos sobretudo que considerar como forte, ainda que numa representação abstrata, a última sílaba de palavras proparoxítonas é um artificialismo de análise para se obter maior regularidade na formulação da regra, e não tem nenhuma relação com a representação fonética. Podemos, para o português, reformular as propostas so-

bre o acento rítmico da seguinte forma:

Nas sílabas que antecedem a sílaba tônica da palavra, coloque o acento de grau 3 naquela cuja distância de uma sílaba acentuada for de duas sílabas. Coloque acento de grau 3 na sílaba cuja distância de outra que também tiver grau 3 for de duas sílabas.

A partir do que foi indicado numa das primeiras convenções a respeito das representações fonológicas, todos os segmentos e fronteiras são em princípio não acentuados em suas representações fonológicas. Os acentos de grau 1 e 2 são atribuídos pelas regras cíclicas. Regras não cíclicas vão depois especificar o grau de acento das vogais que não tiverem ainda recebido acento primário nem secundário pela aplicação das regras de acento e da convenção de enfraquecimento do acento. São elas a regra de acento rítmico (20), que atribui o grau 3 de acento em algumas posições e a regra de especificação do grau de atonicidade (21), ordenada depois de (20), que atribui o grau 4.

(20) Acento rítmico

$$V \rightarrow [Ac\ 3] \quad / \quad \text{---} \quad C_0 \cdot V \cdot C_0 \left\{ \begin{array}{c} V \\ [Ac\ 1] \\ [Ac\ 3] \end{array} \right\}$$

(21) Especificação do grau de atonicidade (ordenada depois de 20)

$$V \rightarrow [Ac\ 4] \quad / \quad \left[\begin{array}{c} \text{---} \\ - \quad Ac \end{array} \right]$$

Com a aplicação dessas regras, damos conta de todas as variações de atonicidade em palavras como:

constituição ¹²	constitucional	constituente
4 3 4 1	3 4 3 4 1	4 3 4 1 4

É preciso ter claro que estamos considerando dois tipos diferentes nas regras de atribuição do acento. As que inserem o acento primário e secundário são regras cíclicas, e para a sua aplicação é preciso levar em conta vários tipos de informações fornecidas pelo componente sintático. As regras de atribuição dos dois graus de atonicidade aplicam-se pós-cíclicamente, sendo bastante superficiais, pois já consideram a divisão silábica da representação fonética, e sua aplicação é bem mecânica, considerando apenas, dentro dos limites da palavra, qual é a posição da sílaba em relação à tônica.

2.6. Crítica à análise transformacional do acento feita por Botha (1971)

Em seu livro Methodological Aspects of Transformational Generative Phonology (1971), Rudolf Botha critica vários aspectos do modelo fonológico proposto por Chomsky e Halle. Entre esses, há um destaque especial aos dispositivos incorporados pelo modelo para a análise do acento. Vamos reproduzir algumas dessas críticas, que vêm ao encontro dos objetivos deste trabalho.

A hipótese básica sobre o acento na fonologia gerativa transformacional é de que ele não é uma categoria lexical distintiva e conseqüentemente não é especifi

cado em entradas lexicais. Formulada abstratamente, na forma acima, essa hipótese não é diretamente testável. Para testá-la são necessários dados concretos, uma observação das conseqüências lógicas das regras gerais de acento que são desenvolvidas para gerar o contorno de acento de línguas particulares. Acontece que no modelo proposto por Chomsky e Halle, as conseqüências incorretas da aplicação das regras de acento são tratadas como exceções aparentes. São incorporados na análise dispositivos com o fim de lidar com essas exceções, bloqueando a ocorrência de resultados fonéticos indesejados resultantes da aplicação das regras de colocação do acento. Artifícios são incorporados na representação lexical das exceções para bloquear a aplicação da regra nos casos em que ela daria como resultado uma representação fonética indesejada. Esses artifícios modificam a representação lexical de tal forma que a aplicação da regra de acento produza sempre o resultado desejado. Regras especiais são adicionadas à gramática para apagar o artifício assim que esse tiver cumprido sua função, e antes que ele possa ser realizado foneticamente. Esta estratégia protege a regra de acento de ser colocada em uma situação de teste, que possa apresentar-lhe contra-exemplos. As conseqüências incorretas de sua aplicação são filtrados através dos artifícios de análise utilizados.

Botha examina a seguinte passagem de Chomsky e Halle:

"é bastante óbvio que muitas das regras fonológicas da língua terão exceções que, do ponto de vista da descrição sincrônica serão bastante arbitrárias (...). A fonologia, sen

do essencialmente um sistema finito, pode tolerar alguma falta de regularidade (exceções podem ser memorizadas); sendo um sistema altamente intrincado, resultante (...) da atuação conjunta de diversos processos históricos, espera-se que uma certa margem de irregularidade persistirá em quase todos os aspectos da descrição fonológica." (Chomsky e Halle 1968, 172)

A partir dessas afirmações, a classe de exceções a uma regra fonológica (acento, por exemplo) deve ser definida como o conjunto de palavras cujo comportamento irregular com respeito a essa regra é devido à atuação de processos históricos diversos. São exceções do ponto de vista sincrônico apenas. Mas falta na análise de Chomsky e Halle mostrar que as exceções às regras fonológicas sejam devidas realmente à atuação de processos históricos diversos. Isso se observa em especial em relação às regras de acento.

Ainda que se mostrasse que as exceções são de fato devidas à atuação conflituante de processos históricos diversos e não contra-exemplos às regras de acento propostas pelo modelo, restaria ainda observar a estratégia utilizada para evitar que a aplicação das regras dê um resultado indesejado. Compreende-se que muitos linguistas de formação taxionômica questionariam a validade de um procedimento para bloquear a aplicação de uma regra que envolve a proposta de segmentos fonológicos artificiais na representação fonológica, que não têm nenhuma realização fonética. O uso de tais artifícios poderia ser o aspecto mais suspeito para quem é formado dentro de outro modelo teórico, considerando-se que depois de terem cum -

prido sua função, eles são removidos, apagados por regras especiais.

No entanto, dentro do contexto da fonologia gerativa transformacional, uma crítica à estratégia utilizada, argumentando-se que a representação fonológica é excessivamente abstrata seria inválida. Chomsky e Halle rejeitam explicitamente que tenha que haver uma correspondência de um a um entre os segmentos da representação fonológica e os da representação fonética. A única condição imposta pelo modelo à abstração das representações lexicais refere-se ao custo total da gramática. Se as representações lexicais fossem abstratas demais, a relação entre o nível dessa representação e o nível fonético se tornaria muito indireta. O custo total da gramática aumentaria em função da exigência de regras adicionais para relacionar os níveis de representação. Segundo o ponto de vista de uma análise interna da gramática gerativa transformacional, torna-se sem sentido criticar a estratégia de postular segmentos subjacentes sem correspondência na representação fonética.

O que se pode questionar em um determinado momento é a escolha de um modelo que permite tal nível de abstração, tomando-se um ponto de vista exterior às análises feitas pela fonologia gerativa transformacional. Esse tema é desenvolvido no trabalho de Possenti (1977) "Algumas Considerações sobre o Problema da Abstração das Representações Fonológicas".

A posição de Botha quanto ao problema é que o que é realmente criticável é que na decisão de postular um segmento subjacente e na escolha desse segmento há uma

série de decisões ad hoc, sem motivação independente em outros pontos da gramática. Na formulação das regras que depois apagam esse segmento, há também uma decisão ad hoc. O fato de um objeto de estudo científico ter propriedades inerentes irregulares idiossincráticas não permite ao cientista empregar dispositivos teóricos pobremente motivados para explicá-los. As condições metodológicas que se impõem à pesquisa científica são independentes da natureza das propriedades exibidas pelos objetos de estudo científico.

As regras utilizadas para apagar os segmentos introduzidos para bloquear resultados indesejados da aplicação da regra de acento não vão encontrar motivação independente em outros campos, sempre serão regras aplicadas para apagar segmentos introduzidos artificialmente nas representações fonológicas.

Botha mostra que alguns dispositivos da fonologia gerativa transformacional são protegidos de uma situação real de teste, que leve a sua confirmação ou negação. Entre os dispositivos "protegidos", dois interessam ao nosso estudo: o ciclo transformacional na fonologia e as regras de explicação do fenômeno acentual. O princípio do ciclo transformacional é protegido por dois dispositivos de bloqueio: as regras de reajuste e o princípio para interpretação de representações fonéticas que anula, ao nível fonético, distinções indesejáveis de acento. Os dispositivos para explicação do fenômeno acentual são bloqueados, protegidos pela estratégia de modificação ad hoc das representações lexicais.

Segundo essa abordagem, na nossa análise do

acento, seriam dispositivos de bloqueio, entre outros: a proposta de um /e/ final nas representações fonológicas dos nomes e infinitivos verbais; a regra de apagamento de fronteiras internas nas formas verbais do futuro; o uso das regras de reajuste para mudar as fronteiras anteriores a certos sufixos derivacionais.

Segundo Botha, os dispositivos de bloqueio são adotados de forma ad hoc, com o único propósito de proteger a teoria contra evidência contrária. Desencorajam que se reconsidere certas hipóteses fundamentais da teoria, impedindo, portanto, que ela continue a se desenvolver.

Notas do Capítulo 2

1. Estamos nos referindo aqui ao modelo de gramática gerativa proposto em Aspectos da Teoria da Sintaxe, Chomsky (1965). Há modelos alternativos (cf. semântica gerativa) em que a importância do componente sintático é menor.

2. Para a caracterização das líquidas usando o traço contínua, veja-se Chomsky e Halle:

"A caracterização da líquida [l] em termos da escala contínua/não contínua é bem mais complicada. Se a característica definidora da oclusiva é considerada (como acima) como o bloqueio total da corrente de ar, então o [l] deve ser considerado como uma contínua, e distinguir-se do [r̃] pelo traço de 'lateralidade'. Se, por outro lado, a característica definidora das oclusivas é considerada o bloqueio à passagem do ar na articulação principal, então o [l] deve ser incluído entre as oclusivas."
(Chomsky e Halle 1968, 318)

Em nosso quadro, optamos pela primeira definição proposta para o traço contínua e classificamos distintivamente as laterais como [+ contínua].

3. Essa é apenas uma das regras de nasalização de vogais que poderíamos formular. Não vamos nos deter aqui na análise, mas teríamos que considerar também a nasalização secundária que ocorre quando a vogal se encontra seguida de uma consoante nasal sem constituir sílaba com ela, ou seja, numa sequência como:

$$V \quad \S \quad \left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \quad V$$

Nesse caso, a vogal será sempre nasalizada também (no meu dialeto), mas em um grau menor. Na forma como foi considerado no texto, ignoramos esses graus de nasalização. Teríamos que ter para as vogais índices de nasalidade ([nasal 1] e [nasal 2]), sendo que a vogal seguida de consoante nasal com a qual não constitui sílaba tem um grau 2 de nasalidade.

Nesse caso, pode ter o traço [+ baixa], com a restrição de que a realização fonética desse traço não seja [baixa 1] . Numa palavra como banana temos foneticamente [bẽ'nãne].

4 . Estamos utilizando o traço [- Ac] como traço de cobertura para os graus de acento 3 e 4 . Achamos válida a utilização desse traço, já que as sílabas que tiverem qualquer desses dois graus não receberam o acento primário em nenhum ponto na derivação.

A regra (5) se aplica a palavras como preposições, artigos, pronomes oblíquos átonos, ainda que venham a constituir um vocábulo fonológico com a palavra seguinte. Mesmo em casos de composição, ou na derivação com o sufixo -mente, a regra se aplica sem restrições. Temos exemplo disso em:

os olhos	[U'zoɪUs]	pé-de-cabra	[peʃI'kabɾe]
de leve	[ʃI'levI]	fortemente	[fɔhẽImẽ ⁿ çi]

5 . Hooper e Terrel chamam a atenção para o fato de que Harris, em um trabalho posterior (Harris, James. 1974. "Stress Assignment in Spanish". Paper read at the Texas

on Romance Linguistics) revê sua posição diante da análise do acento nos nomes e adjetivos publicada nesse trabalho de 1969, optando pelo uso de diacríticos e não pela tensão das vogais:

"Harris 1969 encontra várias regras que exigem uma distinção subjacente entre vogais, notadamente a ditongação, pela qual certas vogais mé dias se ditongam sob acento e outras não. Essas vogais poderiam ser distintas pelo traço [tensa] (as vogais [-tensa] se ditongam), embora tal traço para essas vogais não corresponda a nenhuma realidade fonética sincrônica. Harris 1969:116 afirma que ele 'não acredita que isso (o uso do traço [tensa]) possa ser justificado exclusivamente com base em dados sincrônicos'. Ele prossegue sugerindo que a necessidade de um traço similar na Regra de Acento do Latim leva a reforçar a proposta.

Harris rejeita essa sugestão no seu trabalho de 1974, e afirma explicitamente que o traço necessário para a ditongação não é o mesmo traço necessário para a colocação do acento (...). Harris usa o traço diacrítico [D] para causar a ditongação, e o diacrítico [X] não relacionado àquele para causar a colocação do acento na antepenúltima sílaba, de forma bem semelhante ao uso que fazemos desse traço (do diacrítico X)." (Hooper e Terrel 1976, 82 -3)

6. É evidente que uma análise desse tipo só é possível num modelo como a gramática gerativa transformacional, que não apresenta restrições sérias à forma das representações fonológicas. A exigência de naturalidade das representações subjacentes nesse modelo restringe-se à utilização de um mesmo conjunto de traços para os três níveis de representação: lexical, fonológica e fonética.

Consideradas do ponto de vista sincrônico, o espanhol e o português são de fato duas línguas distintas,

e uma análise que se baseie nesse dado fundamental (sem supervalorizar a origem comum das duas línguas) tem que propor para cada uma um léxico e um conjunto de regras fonológicas próprios. O perigo de uma proposta como a de A-baurre 1973, possível apenas em um modelo muito abstrato, é de se fazer da análise fonológica uma forma de reconstrução histórica das duas línguas.

7. Outra possibilidade é considerar uma das formas como básica, com o acento marcado em determinada posição. Nos verbos teríamos então não uma regra de inserção de acento, mas seu deslocamento. Essa é uma análise bastante problemática. Considerar que todos os morfemas "acentuáveis" da língua são marcados no léxico quanto à posição do acento apresenta uma série de problemas para a simplicidade e generalidade da análise:

(a) Deixa-se de expressar o fato de que a posição do acento primário apresenta uma grande regularidade na maior parte do léxico do português. Essa regularidade é expressa nos nomes pela posição do acento na penúltima sílaba, e nos verbos por uma colocação regular dentro de cada um dos tempos verbais.

(b) Se escolhêssemos as formas dos nomes como sendo as que conservam foneticamente a posição do acento marcada no léxico, teríamos, por um lado, regras de deslocamento do acento para algumas formas verbais, e, por outro, regras de inserção de acento para aquelas formas verbais que não têm um nome correspondente com a mesma raiz. Não se conseguiria uma análise uniforme para o acento na classe dos verbos.

(c) Teríamos que incluir o traço [- Ac] no inventário de traços de algumas vogais, ou então incluir na teoria geral um outro tipo de traço diacrítico que não marcasse o item lexical inteiro, mas apenas um segmento dentro desse item lexical.

8 . Ia, ias, etc. são consideradas formas do imperfeito do indicativo do verbo haver . Regras de supleção determinam a escolha dessas formas e não das regulares quando constituem o futuro junto com outras formas verbais.

9 . Na análise feita por Azêvedo(1976) , toda oração que tem um verbo no subjuntivo na estrutura superficial é uma subordinada na estrutura profunda.

10 . Numa análise mais completa da fonologia portuguesa, esta regra será provavelmente substituída por uma regra de apagamento de /d/ mais ampla, que se aplique não só à 2a pessoa do plural dos verbos, mas também a palavras como pé, crer, desde que se proponha que tenham na representação subjacente os mesmos radicais de pedestal e crédito, respectivamente. Segundo a análise de Abaurre (1973), os formativos flexionais são automaticamente [+ E] (p. 41), portanto, pertencentes ao mesmo extrato lexical que pé e crê, sujeitos à aplicação de um mesmo conjunto de regras.

Como não nos aprofundamos nesta análise para ver qual seria a melhor formulação para que esta regra desse conta de todos os casos que interessa descrever, deixamos (16) como uma formulação provisória.

11 . Vários trabalhos discutem problemas encontrados na aplicação a dados do inglês das regras de acento propostas por Chomsky e Halle (1968). Citamos abaixo alguns deles: Lakoff (1972) "The Global Nature of the Nuclear Stress Rule"; Berman & Szamosi (1972) "Observations on Sentential Stress"; Bresnan (1971) "Sentence Stress and Syntactic Transformations", (1972) "Stress and Syntax: a Reply."

12 . Há outra possibilidade de pronúncia dessa palavra, em um estilo mais lento, com o último i silábico. Nesse caso, toda a sequência rítmica tem que ser modificada:

[kõsčItuysẽw] / [kõsčItuisẽw]
 4 3 4 1 3 4 3 4 1

Sumário de Regras do Capítulo 2

(1) Nasalização de vogal.

$$V \rightarrow \left[\begin{array}{l} - \text{baixa} \\ + \text{nasal} \end{array} \right] / \text{---} \left[\begin{array}{l} C \\ + \text{nasal} \end{array} \right] \left\{ \begin{array}{l} C \\ \# \end{array} \right\}$$

(2) Levantamento de vogal átona I

$$\left[\begin{array}{l} V \\ - \text{Ac} \\ \propto \text{posterior} \\ \propto \text{arredondada} \end{array} \right] \rightarrow \left[- \text{baixa} \right]$$

(3) Harmonia vocálica

$$\left[\begin{array}{l} V \\ - \text{alta} \\ - \text{baixa} \\ \propto \text{posterior} \end{array} \right] \rightarrow \left[+ \text{baixa} \right] / \text{---} C_0^3 \left[\begin{array}{l} V \\ \text{Ac } 1 \\ + \text{baixa} \\ \propto \text{posterior} \end{array} \right]$$

(4) Levantamento de vogal átona II

$$\left[\begin{array}{l} V \\ + \text{posterior} \\ - \text{arredondada} \end{array} \right] \rightarrow \left[\text{baixa } 2 \right] / \left[\begin{array}{l} \text{---} \\ - \text{Ac} \end{array} \right]$$

(5) Enfraquecimento de vogal diante de fronteira

$$\left[\begin{array}{l} V \\ - \text{Ac} \\ \propto \text{posterior} \\ \propto \text{arredondada} \end{array} \right] \rightarrow \left[\text{alta } 2 \right] / \text{---} \#$$

(6) Regra de acento do latim (proposta para o espanhol)

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] / \text{---} \left(C_0 (\check{V} C_0^1 (L)) V \right) C_0 \# \Big]_{N, \text{Adj}}$$

(7) Regra de acento dos oxítonos

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] / \text{---} \# \Big]_{N, \text{Adj}} \left[+ \bar{1} \right]$$

(8) Regra geral de acento dos nomes, adjetivos e advérbios

$$V \rightarrow [Ac\ 1] / \text{---} (C_o [V_{+E}] C_o) V) C_o \#]_{N, Adj, Adv}$$

(9) Epêntese

$$\emptyset \rightarrow \left[\begin{array}{c} V \\ + anterior \\ alta\ 2 \end{array} \right] / \left[\begin{array}{c} C \\ - contínua \end{array} \right] \text{---} \left[\begin{array}{c} + consonantal \\ - vocálico \end{array} \right]$$

(10) Regra de acento dos verbos

$$V \rightarrow [Ac\ 1] / \text{---} C_o V C_o \#]_V$$

(11) Truncamento

$$V \rightarrow \emptyset / + \text{---} + o$$

(12) Apócope (ordenada depois do acento)

$$e \rightarrow \emptyset / \text{---} \#] \left[\begin{array}{c} V \\ - finito \\ - participípio \end{array} \right]$$

(13) Apagamento de e (ordenada antes do acento)

$$e \rightarrow \emptyset / \text{---} + \left[\begin{array}{c} + plural \\ - 3a\ pessoa \\ - finito \\ - participípio \end{array} \right]$$

(14) Levantamento de vogal temática

$$\left[\begin{array}{c} V \\ - baixa \end{array} \right] \rightarrow [+ alta] / \text{---} + \left\{ \begin{array}{c} [+ participípio] \\ [+ indicativo \\ - perfectivo \\ - futuro] \\ + passado \end{array} \right\}$$

(15) Apagamento de /v/ (ordenada depois de (14))

$$v \rightarrow \emptyset / i + \text{---}$$

(16) Apagamento de /d/

$$d \rightarrow \emptyset / \left[\begin{array}{l} - \text{ futuro} \\ - \text{ infinitivo} \end{array} \right] + \left[\begin{array}{l} \text{---} \\ + \text{ 2a pessoa} \\ + \text{ plural} \end{array} \right]$$

(17) Regra de acento dos verbos (reformulada)

$$V \rightarrow [\text{Ac } 1] / \text{---} ((+ \left\{ \begin{array}{l} - \text{ perfectivo} \\ + \text{ perfectivo} \\ + \text{ anterior} \end{array} \right\}) C_0 V) C_0 \#$$

(18) Truncamento (reformulada)

$$V \rightarrow \emptyset / + \left[\begin{array}{l} \text{---} \\ - \text{ passado} \end{array} \right] + V$$

(19) Apague todos os acentos da palavra, exceto o último.

(20) Acento rítmico

$$V \rightarrow [\text{Ac } 3] / \text{---} C_0 V C_0 \left\{ \begin{array}{l} V \\ [\text{Ac } 1] \\ [\text{Ac } 3] \end{array} \right\}$$

(21) Especificação do grau de atonicidade (ordenada depois de 20)

$$V \rightarrow [\text{Ac } 4] / \left[\begin{array}{l} \text{---} \\ - \text{ Ac} \end{array} \right]$$

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO ACENTO SEGUNDO A FONOLOGIA GERATIVA NATURAL

3.1. A fonologia gerativa natural

Os diversos problemas apresentados pela fonologia gerativa proposta por Chomsky e Halle provocaram naturalmente, em trabalhos mais recentes, diversas tentativas de reformulação daquele modelo de análise. A tendência tem sido de conservar os pressupostos básicos da gramática gerativa transformacional, reformulando apenas alguns pontos. A gramática continua a ser vista como uma descrição da competência de um falante nativo de determinada língua, que é o conhecimento implícito de um conjunto de regras que lhe permitem produzir e compreender um conjunto infinito de sentenças da língua.

Vários dos dispositivos de análise criados pela fonologia gerativa transformacional continuam tendo seu lugar nas análises fonológicas mais recentes: toda a técnica de formalização desenvolvida, elementos substantivos como a representação lexical, as regras fonológicas, o uso dos traços distintivos para especificar os segmentos, etc. A grande mudança que se nota é na direção de um maior "realismo", numa tentativa de colocar o "falante-ouvinte ideal" de Chomsky com os pés no chão. Esse "realismo" se manifesta através de uma série de limitações à abstração das representações fonológicas, pela substituição de uma medida de avaliação baseada na simplicidade formal por ou-

tra que se apóie na variação dialetal, mudança histórica, capacidade articulatória dos indivíduos e aquisição da linguagem, ou seja, uma medida de avaliação mais linguística e menos matemática.

Os trabalhos na direção de uma reformulação da fonologia gerativa não apresentam uma uniformidade: há ainda tendências diversas de revisão da fonologia gerativa transformacional, sem constituir até o momento um modelo acabado. Entre as diversas tendências existentes, optamos por trabalhar com a fonologia gerativa natural, que tem como autores mais representativos Theo Vennemann e Joan Hooper.

Há basicamente três aspectos em que esse modelo de análise difere do Chomskyano:

1º) O modelo incorpora uma série de restrições que limitam a abstração das representações lexicais, entendendo-se por grau de abstração em termos práticos a diferença entre a representação incluída no léxico e as formas fonéticas correspondentes;

2º) A função atribuída às regras fonológicas é alterada: deixam de ser responsáveis pela ligação entre a representação lexical e a fonética e passam a ser consideradas em grande parte como afirmações redundantes sobre as representações lexicais. Reconhece-se também no modelo a existência de tipos diferentes de regras no componente fonológico: regras fonológicas, morfo-fonêmicas e de relacionamento lexical (via-rules);

3º) Há o deslocamento do critério de simplicidade formal nas descrições como medida de avaliação. Essa "medida de simplicidade é substituída por considerações que

envolvem a naturalidade fonética, com base em propriedades articulatórias, acústicas e perceptuais dos sons .

Essas três características que definem a fonologia gerativa natural em relação à transformacional serão a seguir apresentadas de forma mais detalhada.

Hooper faz as seguintes considerações acerca do problema da abstração das representações fonológicas:

"Duas restrições limitam a abstração da gramática gerativa natural e diminuem o número de gramáticas possíveis permitidas para qualquer língua. A condição de não ordenação proíbe a ordenação extrínseca de regras; todas as regras se aplicam numa ordem sequencial ao acaso. Isto é, cada regra se aplica toda vez que sua descrição estrutural é satisfeita. Além disso, a condição forte de naturalidade exige que todas as formas lexicais sejam representadas no nível fonético sistemático como se as regras fonológicas já tivessem se aplicado sobre elas. Assim, para as representações lexicais, as regras fonológicas agem como regras de redundância, mas as mesmas regras se reaplicam quando suas descrições estruturais forem encontradas no curso de uma derivação. A consequência dessas limitações é que cada regra morfo-fonológica de uma gramática (i.e. regras foneticamente motivadas ou condicionadas gramaticalmente) deve representar uma generalização verdadeira sobre a superfície da língua. O modelo propõe como hipótese que o aprendiz da língua, que, para trabalhar, só tem a sua disposição dados superficiais, constrói apenas hipóteses que sejam consistentes com eles." (Hooper 1974,1600)

Nessa citação ela faz referência à condição forte de naturalidade, que foi proposta por Vennemann 1971:

"A condição forte de naturalidade afirma que representações lexicais de partes não alter

nantes de morfemas são idênticas a suas representações fonéticas', e que 'representações lexicais de raízes são idênticas a um dos alomorfes do paradigma, mais um conjunto (frequentemente vazio) de regras de supleção". (Vennemann 1971, 4)

Segundo Hooper, as limitações à abstração das representações subjacentes devem ser as mais fortes possíveis, a fonologia gerativa natural procura solucionar o problema das abstrações nas representações lexicais da forma mais restritiva possível: utilizando-se da condição forte de naturalidade. Segundo essa condição, as representações subjacentes de morfemas são idênticas a sua representação fonética. No caso de morfemas alternantes, escolhe-se uma das formas para a representação lexical, sendo as demais derivadas da forma escolhida através de regras de supleção. Não se admite uma representação subjacente que tenha algumas características de um dos morfemas alternantes e outras de outros. Vamos ter na representação lexical da fonologia gerativa natural formas ainda mais concretas do que as permitidas pela análise estruturalista, que, ao reconhecer a existência de arquifonemas, permite alguma abstração.

As formas lexicais contêm, assim, um alto grau de redundância, que é descrita nas regras fonológicas. Essas regras, ao mesmo tempo que se referem redundantemente às formas lexicais, são também regras gerativas, aplicando-se à produção de formas novas, quando seu ambiente for satisfeito no curso de uma derivação. As formas são estocadas no léxico já como o resultado da aplicação de todas as regras fonológicas cujo ambiente foi encontrado.

Eliminando-se a possibilidade de ordenação

extrínseca, é possível que as regras da fonologia gerativa natural sejam na sua formulação mais complexas do que as da fonologia gerativa transformacional. Hooper (1973, 24) afirma que essa complexidade na formulação vai revelar de fato um grau de explicação maior, já que a regra traz na sua formulação a motivação fonética da ocorrência do processo descrito. A fonologia gerativa natural reitera na formulação das regras fonológicas o seu compromisso com a biologia, que o modelo transformacional pretendia ter em princípio, mas que perdeu ao fazer análises do componente fonológico das línguas, na medida em que permitiu excessiva abstração e buscou uma medida de avaliação para as análises baseada na simplicidade formal. É evidente que a formalização mais simples será sempre a mais abstrata, mais distanciada da realidade fonética que lhe serviu de ponto de partida.

Nesse ponto é que se pode falar na existência de um deslocamento da medida de avaliação para as gramáticas possíveis para uma língua. Na gramática gerativa transformacional funciona na prática como critério básico a simplicidade (utilização de um menor número de símbolos na formulação das regras fonológicas). Para se escolher entre duas formulações de uma regra, a simplicidade é que é levada em conta. Na fonologia gerativa natural esse critério é posto de lado e busca-se na formulação das regras apresentar explicitamente a motivação fonética para sua aplicação. Substitui-se o critério de simplicidade pelo de naturalidade. Se determinada regra expressar uma assimilação de traços de um segmento por outro, a motivação para

que essa assimilação se dê deve estar presente na própria formulação da regra, expressando de forma clara a naturalidade do processo descrito.

Nem todas as regras que a fonologia gerativa natural descreve têm uma motivação fonética. Já que um dos objetivos da teoria é que, na própria formulação das regras, na própria análise já esteja indicada explicitamente também a explicação dos processos descritos, torna-se necessário distinguir entre dois tipos de regras: fonológicas e morfofonêmicas. As regras fonológicas podem ser formuladas inteiramente em termos fonéticos, sem referência a informações sintáticas, semânticas ou morfológicas, nem a fronteiras gramaticais. Essas regras são foneticamente motivadas e não têm exceções. A motivação fonética para sua aplicação é indicada na própria formulação da regra. Já as regras morfofonêmicas fazem referência a outras informações não puramente fonéticas na sua formulação. Mudam traços fonológicos, tal como as regras fonológicas, mas não o fazem por um condicionamento puramente fonético. Em vez disso, aplicam-se sobre categorias ou classes morfológicas. Essas regras normalmente têm exceções. A respeito das regras morfofonêmicas, Vennemann afirma:

"Voltando agora às regras morfofonológicas, menciono apenas brevemente que a Gramática Gerativa Natural distingue processos morfo-sintáticos de regras propriamente fonológicas. É entre as regras fonológicas que considerações de naturalidade fonética têm um papel. Processos morfo-sintáticos, que são em parte processos simbólicos assinalando relações pragmáticas e semânticas, em parte processos de sandhi pontuando a estrutura sintática de um enunciado, são melhores quan

to menos 'naturais', menos previsíveis eles forem, porque simbolização, isto é, valor informacional, está reciprocamente relacionado com previsibilidade. É também entre as regras morfo-sintáticas que um comportamento excepcional pode ser encontrado. Regras fonológicas, que são inteiramente formuladas em termos fonéticos, não admitem exceções. De qualquer forma, parece-nos que esta distinção tradicional é de valor explicativo extremo por nos permitir formular gramáticas de maior poder explicativo do que modelos de linguagem nos quais essa distinção não é feita." (Vennemann 1971, 3-4)

Uma das grandes diferenças entre a fonologia gerativa natural e a transformacional reside justamente na divisão das regras do componente fonológico nessas duas categorias. Nos processos fonológicos, que têm motivação fonética, as duas teorias apresentam os dados de forma mais ou menos igual, havendo uma formulação um pouco mais simples na transformacional. Nos processos morfo-sintáticos, enquanto a fonologia gerativa natural vai procurar apresentar os fatos relacionando-os diretamente com categorias morfológicas, sintáticas ou semânticas, a fonologia gerativa transformacional vai utilizar, além dos traços diacríticos (que marcam categorias morfológicas) também a ordenação extrínseca de regras e a abstração das representações subjacentes.

Um exemplo de processo fonológico no português é a nasalização de vogal quando for seguida de uma consoante nasal na mesma sílaba. Esse processo pode ser descrito por uma regra que utiliza apenas informações fonéticas:

(1) Nasalização¹

$$V \rightarrow [+nasal] \ / \ ______ \left[\begin{array}{c} C \\ +nasal \end{array} \right] \$$$

Um exemplo de processo morfofonêmico, nesse caso um processo de sandhi, é a sonorização do /s/ final quando a palavra seguinte se inicia com uma vogal. Temos que distinguir aqui a sonorização do /s/ diante de qualquer consoante sonora, processo fonológico que ocorre na língua sem qualquer exceção, seja no interior da palavra, seja em fronteiras. A sonorização diante de vogais só se dá em fronteiras de palavras, sendo portanto um processo morfofonêmico, o que se nota na própria formulação da regra (3), onde, ao contrário do que ocorre na regra (2), temos que fazer referência explícita à fronteira de palavras.

(2) Sonorização do /s/ diante de consoante sonora

$$\left[\begin{array}{c} C \\ + \text{contínua} \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \end{array} \right] \rightarrow [\alpha \text{tensa}] \quad / \quad \text{---} \quad \left[\begin{array}{c} C \\ \alpha \text{tensa} \end{array} \right]$$

(3) Sonorização do /s/ diante de vogal

$$\left[\begin{array}{c} C \\ + \text{contínua} \\ + \text{anterior} \\ + \text{coronal} \end{array} \right] \rightarrow [- \text{tensa}] \quad / \quad \text{---} \quad \# \# V$$

A presença de # # na formulação de (3) indica sua natureza morfofonêmica, enquanto em (2) indica-se que se trata de uma regra fonológica pelo uso apenas de traços fonológicos em sua formulação.

Tanto as regras fonológicas quanto as morfofonêmicas, ao mesmo tempo que representam afirmações muitas vezes redundantes sobre os itens lexicais, são também regras gerativas, aplicando-se sempre que, no curso de uma derivação, surgir a sua descrição estrutural. Se um falante deixar de aplicar uma dessas regras, o resultado será

um enunciado agramatical.

O componente fonológico da gramática gerativa natural reconhece um terceiro tipo de regra, cuja natureza é bem diversa dessas duas: as regras de relacionamento lexical (*via-rules*)². Não se trata aqui de regras potencialmente gerativas, cuja não aplicação possa gerar resultados inaceitáveis, mas sim de regras que procuram descrever um aspecto do conhecimento real que alguns falantes têm do léxico de sua língua. Tomando-se pares de palavras como:

lácteo - leite
 espectorante - peito
 noctívago - noite

e levando-se a sério a condição forte de naturalidade, que limita a abstração das representações fonológicas, vamos ter na gramática gerativa natural representações diversas para os radicais dos elementos em cada um dos pares: /pekt-/ e /peyt-/, por exemplo. Mas se o léxico da língua tiver essas duas representações apresentadas isoladamente, a análise não vai refletir a competência de um falante erudito do português, que relaciona não só semanticamente, mas também fonologicamente os dois itens. Em busca de um dispositivo que reflita o conhecimento que esse falante tem da língua é que a fonologia gerativa natural incorporou na descrição as regras de relacionamento lexical. Se o falante relaciona foneticamente os dois itens, supõe-se que ele conhece uma regra que lhe indica uma correspondência entre o y de noite e o k de noctívago. Esse seu conhecimento é expresso na gramática através de uma regra formulada como a abaixo:

$$k \longleftrightarrow y$$

A seta dupla indica que não há uma direcionalidade única no processo, que não se supõe que uma das formas seja derivada da outra. Suponhamos que os três pares de palavras citados tenham seus elementos numerados no léxico como p, q, r ...

p) lácteo [ˈlakɪtew] q) leite [ˈleyčɪ]

r) expectorante [espekɪtoˈřɛ̃nčɪ] s) peito [ˈpeytU]

t) noctívago [nokɪˈčivegU] u) noite [ˈnoyčɪ]

Para esses seis itens lexicais, um falante do português pode conhecer duas regras de relacionamento lexical:

(4) Regra de relacionamento lexical

$$k \longleftrightarrow y \quad (p - q), (r - s), (t - u)$$

(5) Idem

$$a \longleftrightarrow e \quad (p - q)$$

que devem ser interpretadas como: relacione os itens p e q, r e s, t e u através da regra (4); relacione p e q através da regra (5).

Nesse ponto se vê a possibilidade de uma gramática que expresse a competência real de falantes da língua, e não a competência de um "falante ouvinte ideal", como pretendia Chomsky. As regras de relacionamento lexical podem variar de um falante a outro, sendo que alguns a conhecem, outros não; permitem portanto mostrar diferenças de competências, indicar a variação do conhecimento da língua de falantes diversos.

O português tem um grande número de palavras que entraram na língua num determinado estágio por empréstimo do latim, ou seja, de uma fase anterior da própria língua. Essas palavras não estiveram sujeitas à aplicação

de regras que foram produtivas num período anterior à sua entrada no léxico da língua. O resultado sincrônico desse fato é a possibilidade de um grande número de regras de relacionamento lexical.

Esses mesmos dados causaram análises com representações lexicais muito abstratas, muito distantes das representações fonéticas na gramática gerativa transformacional. O dispositivo que o modelo transformacional possui para relacionar as raízes de origem erudita e as correspondentes de origem vulgar é propor para ambas a mesma representação lexical, assinalando que um dos grupos vai estar sujeito à aplicação de um grupo especial de regras. Em muitos casos, a representação lexical proposta é suspeita de refazer a história do item lexical. A representação lexical e a fonética vão apresentar um distanciamento bem grande, e vai haver também uma complicação no conjunto de regras necessárias para relacionar os dois níveis de representação.

A fonologia gerativa natural não admite que a representação lexical mais abstrata seja o recurso utilizado para relacionar itens lexicais semanticamente próximos, mas que apresentam diferenças fonológicas bastante acentuadas e arbitrárias do ponto de vista sincrônico. O recurso proposto (uso de regras de relacionamento lexical) pode apresentar resultados complexos, mas isso se deve à própria complexidade do objeto descrito. O status das regras de relacionamento lexical dentro da teoria é discutido com bastante precisão no trabalho de Possenti (1977), do qual citamos a seguir alguns trechos:

"Dentre as vantagens decorrentes do postulado de existência das via-rules, para uma teoria lingüística da competência, penso estarem:

a) A análise do léxico através também de via-rules dá conta do processo histórico real da entrada das palavras na língua, em relação ao aprendizado de outros componentes da gramática. (...)

b) Nos termos de uma gramática que pretende explicar a competência dos falantes de uma língua, uma abordagem que assume a existência de via-rules e elimina, com isso, a abstração das formas subjacentes, permite uma análise mais real do conhecimento lingüístico real dos falantes, de acordo com a classe social a que pertencem e onde aprenderam a falar, de acordo com seu grau de instrução e outros aspectos da configuração das sociedades que condicionam o tipo de conhecimento lingüístico que o falante nativo efetivamente adquire. (...)

c) Na realidade a GGT (gramática gerativa transformacional) descreve e explica em grande parte enunciados lingüísticos que só podem ser produzidos por falantes de classes social e culturalmente privilegiadas. (...)

Dentre os problemas que as via-rules colocam para uma teoria lingüística parecem estar:

a) Admitindo-se que os falantes realmente possuem diferentes graus de conhecimento lingüístico, isto é, que existem competências lingüísticas diferentes, e não só performances diferentes, deve uma teoria postular a existência de tantas gramáticas quantos sejam os graus de conhecimento realmente encontrados? Deve estar previsto na teoria um número elevado de gramáticas, ou deve a teoria abstrair as diferenças e elaborar apenas o modelo? O problema que apresentam as via-rules (e mesmo as regras morfofonêmicas) é o de colocarem a possibilidade, se não a necessidade, de muitas gramáticas.

Voltando-se para a pesquisa de todas as competências, estará a linguística realizando um trabalho de caráter científico ou apenas uma enumeração de gramáticas? Vê-se, assim, que as via-rules recolocam a questão dos dialetos, ou, de certa forma, a questão com que se defrontou Saussure e que o levou a postular o conceito de língua para possibilitar uma atividade que não fosse a enumeração.(...)

b) Um segundo problema diz respeito ao próprio conceito de via-rule. Aqui aparecem problemas de vários tipos. Qual é o limite de diferença fonética entre duas palavras que pode ser explicado pela existência de via-rules? Qual a diferença real entre uma via-rule e uma regra morfofonêmica?"
(Possenti 1977, 183-7)

A existência na língua, sincronicamente dos três tipos de regras reconhecidos pela fonologia gerativa natural é explicada por Hooper como o resultado de uma sequência de fatos na história da língua, que começam pela introdução em uma língua particular de um processo fonológico que tem em princípio motivação fonética. A inclusão posterior de um outro processo também motivado foneticamente pode vir a obscurecer a motivação para o processo anterior, e esse pode adquirir um sentido novo para o falante.

Segundo Hooper:

"As únicas inovações verdadeiras(que não são empréstimos) em uma gramática gerativa natural têm que vir das regras fonológicas. As únicas regras novas que podem ser adicionadas à gramática são as regras fonológicas. Isso significa que qualquer regra nova tem que ter uma motivação puramente fonética."
(Hooper 1973,186)

Se isso for verdade, a fonologia gerativa natural consegue explicar com naturalidade a mudança linguística, já que a

introdução na língua de uma regra que tenha motivação fonética é encarada como a expansão numa língua particular de uma tendência fonética universal. Todos os novos processos introduzidos na fonologia de uma língua são regulares, aplicam-se sempre que o ambiente para a sua aplicação for encontrado, e não apresentam exceções.

A morfologização de uma regra fonológica se dá quando a aplicação de um outro processo vem obscurecer o ambiente para a aplicação do processo. Ele perde assim sua motivação fonética, passando a regra a ser ou uma regra morfofonêmica ou uma regra de relacionamento lexical. Os falantes não abandonam um processo quando ele perde sua motivação fonética. Em vez disso, podem vir a lhe atribuir um novo sentido, relacionando-o com classes ou categorias significativas. Os processos morfofonêmicos relacionam-se mais diretamente com o valor simbólico da linguagem, com sua função de representação.

"...A Gramática Gerativa Natural afirma que falantes vão escolher consistentemente a análise que identifica fenômenos fonológicos com fenômenos morfológicos. A razão é que a função da gramática é associar significado com som. Falantes preferem considerar variações morfológicas como significativas, de preferência a considerá-las previsíveis e sem significação. Esta preferência explica a morfologização de regras fonológicas..."
(Hooper 1973, 44-5)

Enquanto os processos fonológicos são de natureza essencialmente sintagmática, atuando em ambientes definidos por características fonéticas, as regras morfofonêmicas apresentam irregularidade no ambiente para a sua aplicação se observadas do ponto de vista sintagmático. Mas

aí vai haver a tendência a ocorrer um outro tipo de regularização: ao nível paradigmático.

"As formas que são marcadas para a aplicação de uma regra morfológica são por sua própria natureza irregulares. Dada a tendência para a regularidade paradigmática, em contraríamos formas que, como as discutidas, tendem a escoar para fora de paradigmas irregulares, tornando-se completamente regulares. De fato é o que ocorre caso após caso."
(Cearley 1974, 30)

Os falantes associam som e significado de uma forma regular, e preferem também no nível das regras morfofonêmicas (que, como já foi visto, decorrem do obscurecimento de uma regra de motivação fonética) criar um outro tipo de regularidade, desta vez associando uma variação fonológica a uma categorização de tipo morfo-sintático, regularizando os dados em um outro nível.

Essas são algumas características da fonologia gerativa natural, uma das linhas da análise fonológica que se desenvolve em busca de uma reformulação da fonologia gerativa transformacional. Existem outras linhas de trabalho buscando também uma análise fonológica mais natural, entre as quais podemos destacar a fonologia natural proposta por Stampe³.

3.2. O acento na fonologia gerativa natural

A essa altura torna-se necessário analisar a questão do acento dentro da fonologia natural, já que é sua análise que nos interessa neste trabalho. Todos os elementos que já foram discutidos em relação ao acento nos le

vam a afirmar que, no modelo da fonologia gerativa natural, regras que expliquem a posição do acento estarão sempre entre as regras morfofonêmicas. Mesmo nas línguas em que o acento se coloca numa posição fixa a partir do princípio ou final da palavra, temos que fazer referência a fronteiras de palavras, ou seja, a elementos que não são de natureza fonética, mas que se referem a unidades maiores, delimitadas por critérios sintáticos ou semânticos. Os elementos relacionados ao acento sempre serão analisados na fonologia gerativa natural entre os processos morfofonêmicos.

Não se coloca neste modelo a discussão em torno da aplicação cíclica das regras que determinam o padrão de acento nas palavras. O ciclo transformacional, na forma como é visto na fonologia gerativa transformacional, não é incorporado à fonologia gerativa natural. Alguns autores admitem a existência do ciclo transformacional na fonologia (Abaurre 1974; Rudes 1976), mas num sentido totalmente diverso do utilizado na fonologia gerativa transformacional. Não tem a função de derivar uma representação fonética de uma representação fonológica subjacente a ela, mas sim de derivar uma representação fonética de outra. As realizações mais rápidas são derivadas das mais lentas por conjuntos de regras específicas de cada velocidade de pronúncia. A restrição rigorosa que a fonologia gerativa natural impõe às representações lexicais, de que sejam idênticas às representações fonéticas, leva a um problema: nem todas as realizações fonéticas de um item são idênticas. O fator determinante para essa variação é o estilo da fala, que tem uma de suas marcas típicas na velocidade de

pronúncia. Há a necessidade de escolha de um dos estilos para a representação lexical, e de ter uma forma de gerar os demais. Tomando-se como ponto de partida a proposta de velocidades de pronúncia de Harris (ver seção 1.7), e considerando-se as restrições para a abstração determinadas pela condição forte de naturalidade, vamos admitir que a representação lexical dos elementos do português seja praticamente idêntica à pronúncia do item em largo. Aí um conjunto de regras vai se aplicar num primeiro ciclo derivando a pronúncia dos mesmos dados em andante, outro conjunto de regras se aplica aos dados de andante derivando os de allegretto, etc. As regras que atuam ciclicamente segundo a fonologia gerativa natural são as que se relacionam às variações na fala relacionadas aos diversos estilos de pronúncia. São conjuntos de regras gerativas que derivam cada estilo do que está imediatamente acima dele em grau de formalidade.

Ainda que a fonologia gerativa natural faça uma série de restrições para diminuir o número de gramáticas possíveis, acreditamos que essas restrições ainda não são suficientes para que, em todos os casos, se tenha apenas uma análise possível para um determinado conjunto de dados. Se o modelo da fonologia gerativa natural conseguiu limitar de forma bem rigorosa a formulação dos processos fonológicos, não o fez com os processos morfofonêmicos. Um aspecto a considerar é se é desejável restringir a formulação desses processos. Sendo eles condicionamentos arbitrários, nos quais a naturalidade não tem uma função, parece que não há critérios a priori para restringir as análises possíveis para esses processos.

Uma vez que não há restrições maiores sobre a formulação das regras morfofonêmicas, o que se deve ao próprio caráter arbitrário dessas regras, nessa área da descrição fonológica, a fonologia gerativa natural permite mais de uma descrição para um mesmo corpo de dados. Aqui se coloca outro aspecto da descrição: é um dos objetivos da fonologia gerativa natural que a descrição dos processos gramaticais já inclua sua explicação. Partindo disso, vamos utilizar como medida de avaliação de uma análise de processos morfofonêmicos seu lado explicativo, considerado em termos do que se observa na aquisição da língua, na variação dialetal, na mudança histórica.

Em análises segundo a fonologia gerativa natural, encontramos por vezes esses argumentos, mas sempre buscando uma comparação entre uma análise transformacional e uma natural (por exemplo, a análise do acento nos verbos de Hooper 1973 confrontada com a de Harris 1969). Ainda é um campo novo utilizar essas medidas de avaliação para escolher uma entre duas análises possíveis dentro da fonologia gerativa natural.

Observando o acento nos nomes em português, constatamos a possibilidade de duas análises, ambas compatíveis com os dados e com os princípios da fonologia gerativa natural. Isso nos leva a pensar no outro lado da questão: em qual das duas descrições está a explicação incluída na própria descrição? O ponto básico sobre o qual temos que refletir é se a posição do acento nos nomes leva em conta sua forma fonológica ou morfológica, ou seja, leva em conta a constituição das sílabas ou a organização dos morfemas. Nos verbos, a posição do acento deve partir dos

morfemas que constituem as formas verbais. E nos nomes, seria melhor uma análise que levasse em conta também os morfemas? Em princípio seria mais simples e elegante uma análise que utilizasse critérios paralelos para acentuar os nomes e os verbos. Mas considerando o aspecto explicativo da análise, temos que nos perguntar se a mesma explicação encontrada para o acento nos verbos deve ser buscada nos nomes, ou seja, se os dois processos de acentuação são de fato semelhantes.

3.3. Uma análise do acento nos nomes baseada na força da sílaba

3.3.1. A sílaba em português

O primeiro ponto que chama a atenção ao focalizarmos a estrutura silábica no português é a multiplicidade de padrões encontrados. Vamos ver se é possível dentro das variações, encontrar critérios para analisar que tipo de sílaba é relevante não só para a posição do acento como também para outros processos da fonologia do português.

A sílaba tem como elemento essencial uma vogal, que sempre funciona como centro silábico. Opcionalmente podem aparecer outros elementos antes e depois dessa vogal. Resumidamente, temos a seguinte forma possível para as sílabas, usando os parênteses para indicar a opcionalidade:

$$(C_1) (C_2) (G) V (G) (C_3) (C_4)$$

Antes do centro silábico podem aparecer até duas consoantes

e um glide; depois desse centro, um glide e até duas consoantes. Isso não quer dizer que encontremos sílabas em português que apresentem todos esses elementos ao mesmo tempo. As sílabas mais complexas que conseguimos encontrar são do tipo CCVC ou CVCC: transporte, perspectiva. Existem certos padrões silábicos que ocorrem com uma frequência bem maior que os demais. São eles: CV e CVG. É exatamente para os elementos que constituem esses dois tipos de sílabas que o português não apresenta nenhuma restrição de ocorrência entre os elementos da língua: qualquer consoante pode ocorrer no início da sílaba, qualquer vogal pode ser centro silábico e qualquer glide pode ocorrer junto a qualquer vogal (Exceção apenas para a seqüência iy).

As restrições para a ocorrência dos segmentos na sílaba são as seguintes:

a) Se a posição de C_2 for vazia, C_1 pode ser qualquer consoante;

b) C_2 é necessariamente uma líquida: ř ou l;

c) Se houver uma consoante na posição de C_2 , C_1 é necessariamente uma obstruinte. Se for contínua, tem que ser labial. Seqüências de duas consoantes no início da sílaba podem ser observadas nos seguintes exemplos: praia, plano, trova, atleta, cravo, claro, branco, bloco, drama, gravação, glote, fraco, flácido, lavrador (a seqüência dl não ocorre em palavra alguma e vl só em empréstimos como Vladimir (Cf Pontes 1972,23));

d) Não há restrições quanto aos glides pré-vocálicos. O que se tem a observar é que raramente se utiliza no português uma sílaba que apresente a seqüência GV;

e) Não há restrições quanto às vogais que podem fun-

cionar como centro silábico, aliás deve fazer parte da própria definição de vogal do português a característica de ser centro de sílaba;

e) Não há restrições quanto aos glides pós-vocálicos. Há a ocorrência de todos os glides após praticamente todas as vogais:

/iw/ - anil	/iy/ - ...
/ew/ - Europa	/ey/ - rei
/ɛw/ - céu	/ɛy/ - anéis
/aw/ - altura	/ay/ - animais
/ɔw/ - volta	/ɔy/ - faróis
/ow/ - louco	/oy/ - coisa
/uw/ - azul	/uy/ - ruivo

f) Caso ocorra apenas uma consoante pós-vocálica na sílaba, no meu dialeto só podem ocorrer [h], [s] ~ [z] ou uma nasal. Em outros dialetos, em vez de [h] ocorre o [r̃] (no sul do país) ou sua variante [ṛ] (no sul de Minas Gerais, interior de São Paulo e certas regiões do Paraná). No português do sul do país ocorre também o [l] nessa posição. No meu dialeto esse segmento já se identificou totalmente com o [w]. A nasal só é produzida se for seguida de uma consoante oclusiva, e nesse caso assimila o ponto de articulação da consoante que a segue. Diante de qualquer outro tipo de som, só temos um sinal da existência da consoante nasal pela nasalização da vogal. O [s] ou o [z] vão ocorrer conforme a sonoridade do som seguinte: [z] diante de consoantes sonoras e [s] diante de consoantes surdas ou pausa;

g) Caso ocorram duas consoantes pós-vocálicas, só há uma sequência possível: um [h] seguido de um [s]. Encon-

tramos essa seqüência em raríssimas palavras do português: perspectiva, perspicaz, perspirar...

Observando os elementos que ocorrem em cada posição na estrutura silábica, vemos que eles pertencem a classes que podem ser delimitadas com alguma facilidade: obstruintes, líquidas, glides, nasais. Para analisar a estrutura silábica Hooper utiliza-se de um tipo de traço que não tinha sido ainda desenvolvido pela fonologia gerativa transformacional: a força dos segmentos consonantais. O uso desse traço nos dá a organização dos segmentos de uma língua em uma escala de força relativa obtida pela comparação da força entre os diversos segmentos. A força é um traço de cobertura, resumindo características de vários tipos:

a) Do ponto de vista acústico, a consoante ideal é a que tem um mínimo de energia acústica (Cf Jakobson 1932). Esse mínimo de energia corresponde ao valor máximo de força consonantal. Partindo do critério de energia acústica, a escala de força será, do mais fraco para o mais forte: líquidas, nasais, fricativas, oclusivas.

b) Do ponto de vista articulatorio, a força consonantal corresponde à força de pronúncia dos segmentos. As oclusivas são pronunciadas com mais força que as fricativas e estas com mais força que as nasais; dentro de cada conjunto, as surdas são pronunciadas com mais força que as sonoras correspondentes. Há uma relação inversa entre força articulatória e energia acústica: as consoantes pronunciadas com maior força articulatória produzem menos energia acústica.

c) Processos que aconteceram na história das línguas também podem acrescentar argumentos a favor de uma dada hie

rarquia de força dos segmentos: por exemplo, sucessivas mudanças (enfraquecimentos) que culminaram com o desaparecimento de um segmento. Processos sincrônicos das línguas podem também fornecer argumentos a favor de uma determinada hierarquia de força dos segmentos daquela língua. O fato de que um grupo de consoantes sofrem processos de assimilação em um dado ambiente, enquanto o mesmo não acontece com outro grupo é evidência de que aquelas são mais fracas do que essas.

O conceito de força tem como ponto de partida observações de caráter universal, mas cada língua específica apresenta características próprias quanto à força de seus segmentos, sem que haja sempre coincidência com as propostas universais. Hooper (1973, 118-158) faz uma proposta concreta para a hierarquia de força dos segmentos do espanhol. Torna-se necessário no momento fazer um estudo semelhante para o português, tarefa que vamos deixar a outro estudioso, embora consciente da utilidade que isso poderia ter para a presente análise, sabendo que uma visão clara da organização dos segmentos consonantais na sílaba do português seria um grande passo para julgar a validade da análise do acento baseada na estrutura silábica. Mas, embora tendo sempre como ponto de referência na análise a possibilidade de uma explicação dos processos que ocorrem na sílaba baseada na força consonantal e na estrutura silábica, não vamos fazer aqui uma análise completa da questão para que este trabalho não se alongue demasiadamente.

Todas as consoantes pós-vocálicas na sílaba estão sujeitas a várias mudanças que são claramente enfra-

quecimentos. O [r̃] dos dialetos mais conservadores evolui em outros dialetos para [h], isto é, se enfraquece, e estando em final de palavra passa a Ø em estilos menos cuidados de pronúncia. O /l/ pós-vocálico em grande parte dos dialetos do português perde seu caráter consonantal, passando ao glide [w]. A nasal só é pronunciada (mesmo assim de forma muito fraca) quando é seguida por uma oclusiva. Caso contrário temos apenas um sinal de sua presença na nasalização da vogal. O /s/ ([s] ou [z]) em certos dialetos passa a [h] ou mesmo desaparece: ['mezmU], ['mehmU], ['memU]. O /s/ se mantém um pouco mais que os outros segmentos nessa posição, mas está sujeito também ao processo de enfraquecimento. Só na região do Rio de Janeiro é que há um processo inverso, de fortalecimento desse som, com sua passagem a [š] ~ [ž]. Nesse caso, as razões socio-linguísticas revelam um poder maior do que a naturalidade fonética.

Todos esses casos se integram em um princípio geral de assimilação ao núcleo silábico, que torna os elementos pós-vocálicos mais semelhantes à vogal, que é o centro da sílaba. O elemento que mais persiste em posição pós-vocálica na sílaba é o glide, que é exatamente o mais semelhante ao centro da sílaba.

No português, podemos observar as seguintes características quanto à estrutura silábica, que parecem ser características universais, e não traços típicos do português:

a) Há mais restrições para os segmentos pós-vocálicos na sílaba do que para os pré-vocálicos;

b) Sendo a posição pós-vocálica mais "fraca", os segmentos consonantais que ocupam essa posição estão sujeitos a maiores modificações;

c) Os segmentos mais próximos ao núcleo silábico (que ocupam as posições C_2, G, C_3) são os mais semelhantes às vogais, os que têm mais propriedades em comum com as vogais;

d) Alguns segmentos pós-vocálicos na sílaba se modificam, tornando-se mais semelhantes ao núcleo silábico. É o caso das nasais e do /l/.

Partindo-se do pressuposto de que a sílaba normal no português é a de estrutura CV, sendo a vogal o elemento que concentra a maior intensidade de pronúncia dentro da sílaba, concluímos que o normal no português é que a sílaba termine nesse momento de maior intensidade. As sílabas que têm algum elemento adicional depois da vogal são reforçadas. Vamos chamá-las em princípio de sílabas fortes (conceito que coincide mais ou menos com o de sílaba fechada), enquanto que as que terminam simplesmente em uma vogal são sílabas fracas (abertas).

3.3.2. Sílaba e acento

A acentuação dos nomes em português leva em conta a constituição das sílabas, especialmente da última sílaba da palavra. Se esta for forte, o natural na língua é que ela seja acentuada. Isso quer dizer que uma palavra terminada em [r̃] ~ [h], nasal ou ditongo será regular quanto à acentuação no português se for acentuada na última sílaba.

Apesar de estruturalmente semelhantes às outras sílabas fechadas, as terminadas em /s/ comportam-se de forma diferente, o que nos faz considerá-las como fracas. Já que a maior parte das formas dos nomes no plural em português têm uma sílaba final átona terminada em /s/ e são formas paroxítonas apesar de terem a última sílaba fechada, isso faz com que os falantes da língua não "sintam" uma sílaba terminada em /s/ como sílaba forte, da mesma forma como uma terminada em nasal ou /r̃/. Tanto que quando a última sílaba termina em /s/ em palavras paroxítonas, temos o mesmo quadro de três vogais que ocorre quando a sílaba é aberta (I, e, U). Já observamos no capítulo 2 (seção 2.2) que essas são as vogais mais fracas da língua e ocorrem exatamente no ambiente mais fraco. A sua ocorrência em sílaba final fechada por /s/ é mais uma evidência de que essa sílaba é fraca. Confrontando as palavras pires e caráter, vemos a diferença na vogal da sílaba final: [ˈpiɾis] , [kaˈɾateh].

Partindo da relação entre estrutura silábica e acento, podemos afirmar o seguinte:

(a) O acento deve estar na última sílaba, caso essa seja forte.

(b) Caso a última sílaba seja fraca, o acento deve estar na penúltima.

Temos assim duas regras, uma que dá preferência ao acento na última sílaba em algumas situações, e outra que indica os casos em que se prefere o acento na penúltima sílaba.

(6) Acento na sílaba final forte

$$V \rightarrow [Ac \bar{I}] / \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ nasal} \\ \neq \text{consonantal} \\ \neq \text{vocálico} \end{array} \right\} \#] N, Adj, Adv$$

Formulando a regra com a utilização dos traços consonantal e vocálico damos conta da variação dialetal entre [r̃] e [h]. Se o [r̃] é pronunciado, ele é incluído na classe das líquidas (+ consonantal, + vocálico); se se pronunciar o [h], ele está na classe dos glides (- consonantal, - vocálico). O /l/ é incluído por ser líquida e o /s/ excluído por ser obstruinte.

Temos um grupo de exceções a essa regra que têm que ser marcadas de alguma forma para indicar sua excepcionalidade. São as palavras que, embora tenham a última sílaba forte, são realizadas com o acento na penúltima sílaba. Sua freqüência dentro da língua é bem pequena. Temos aí casos como: caráter, revólver, túnel, amável, órgão, órfão. Como se trata de uma regra morfofonêmica, é natural que apresente exceções.

(7) Acento na penúltima sílaba

$$V \rightarrow [Ac 1] / \text{_____} \S (C (G (C))) V \#] N, Adj, Adv$$

Existem dois tipos de exceções a essa regra: primeiro, aquelas palavras que têm acento na última sílaba, mesmo esta sendo fraca, isto é, terminada em vogal ou /s/: rapaz, inglês, café, cipó, caqui; em segundo lugar palavras que têm acento na antepenúltima sílaba. Neste caso, nem a penúltima nem a última sílabas podem ser fortes: árvore, tímido, médico. São pouco numerosas na língua as palavras dessas duas classes, o que justifica o seu tratamento como exceções. Temos que encontrar uma maneira de marcá-las como exceções à regra (7), embora o ambiente para a aplicação dessa regra seja encontrado e classificar as exceções: oxítonas ou paroxítonas.

Considerando-se ainda a questão da força silábica, notamos que a sílaba forte preferida no português é a que apresenta um glide depois da vogal, que é exatamente a sílaba forte mais fraca possível. Existem processos de ditongação na língua que são claramente processos de fortalecimento da sílaba. Dissemos que os falantes não sentem uma sílaba fechada por /s/ como uma sílaba forte. Isso se nota claramente em alguns dialetos da língua em que uma sílaba final acentuada fechada por /s/ é reforçada por um processo de ditongação: [xa'pays] , [meys] , [veys] , [i'gleys] , [xe'trɔys] , para rapaz, mês, vez, inglês, retros. O processo de ditongação de sílabas fechadas por /s/ implica sempre no acréscimo de um glide anterior, produzido num ponto de articulação próximo ao /s/. É interessante notar que esse processo ocorre com grande frequência nos dialetos baiano e carioca, em que o /s/ de final de sílaba é palatalizado, pronunciado no mesmo ponto de articulação que o /y/ inserido.

Em sílabas finais fortes, que tenham uma nasal, é freqüente que haja também um processo de ditongação. A maioria das palavras do português que têm uma sílaba final nasalizada, têm uma seqüência [ãw] ou [ẽy] , isto é, apresentam um glide que concorda em posterioridade com a vogal. Isso significa uma simplificação em termos de estrutura silábica no português, visto que CVG é mais simples como sílaba do que CVC.

Uma análise do acento considerando a estrutura silábica nos nomes é adequada para o português atualmente. Mas, dado uma série de mudanças que estão se proces

sando nas sílabas fechadas, essa análise pode vir a ser alterada substancialmente. A sílaba forte que apresenta uma consoante pós-vocálica está desaparecendo, substituída por um tipo apenas de sílaba forte: a que tem uma seqüência de vogal e glide.

Notamos que vários processos de mudança das consoantes em final de sílaba estão obscurecendo o ambiente para a aplicação das regras de acento formuladas em termos de estrutura de sílaba. Supõe-se que a partir daí os falantes vão reestruturar sua análise, passando a relacionar a posição do acento com outros elementos.

Se esta análise é adequada para os dados atuais, podemos esperar que a situação não se mantenha por muito tempo, ou seja, que os falantes passem a associar a posição do acento com outros elementos, como por exemplo a constituição morfológica dos nomes (como na análise de Hooper 1976 para o espanhol). Ou que passem a considerar a posição do acento nos nomes como marcada arbitrariamente numa das duas últimas sílabas, regularizando os que têm acento na antepenúltima sílaba, como já se nota nas formas populares [ˈakvrI] por árvore, [ˈpasU] por pássaro.

3.4. Uma análise do acento baseada na organização dos morfemas na palavra.

Hooper (1973) analisa o acento nos verbos do espanhol como sendo determinado inteiramente pelas características dos morfemas que constituem as formas verbais. O acento nos verbos, segundo sua análise, é marcado tendo-se como ponto de referência a raiz verbal e os morfemas que

marcam os "tempos" do verbo. Em outro trabalho (Hooper & Terrel 1976) essa análise é retomada, considerando não apenas os verbos, mas também os nomes. Nestes, o acento se ria marcado em relação à raiz.

Uma análise desse tipo pode ser feita também para o português. Nos verbos, a análise que relaciona a posição do acento com os morfemas parece a única dentro do modelo da fonologia gerativa natural que é adequada pa ra os dados do português.

3.4.1. Análise do acento nos verbos

Vimos no capítulo 2 quantos problemas surgem numa análise do acento nos verbos que o analise como sendo colocado regularmente na penúltima sílaba das repre sentações subjacentes, fazendo-se a utilização de marcas morfológicas apenas para indicar algumas exceções. A análise da fonologia gerativa natural considera que todo o condicionamento para a posição do acento nos verbos é de ordem morfológica. São utilizados traços morfológicos em todos os casos, como regra geral, e não apenas em exceções. O que importa nessa análise não é a relação da sílaba acen tuada e o final da palavra, nem a constituição das últi - mas sílabas, mas sim a relação entre a sílaba acentuada e a raiz verbal (na maioria dos casos) ou sua relação com as marcas de modo-tempo-aspecto e número-pessoa.

Utilizando os mesmos critérios que Hooper usou para o espanhol, e dirigindo nossa atenção para os verbos do português, vamos chegar a uma análise idêntica

à que foi apresentada por Câmara Jr (1970 - 1971). É claro que embora os elementos utilizados na descrição sejam exatamente os mesmos, o sentido que eles adquirem num modelo e em outro é completamente diverso. Numa análise taxionômica do tipo desenvolvido por Câmara Jr, as características do acento são vistas como propriedades de um sistema simbólico, o português de uma determinada região. Quando Câmara Jr. faz referência a determinados elementos relacionando-os ao acento, ele quer indicar que, dentro do sistema simbólico analisado, aqueles elementos são significativos.

Na análise da fonologia gerativa natural, quando retomamos os mesmos elementos, o fazemos como uma hipótese sobre a competência de falantes reais do português. Consideramos que quando os indivíduos utilizam o português, aqueles elementos são de fato relevantes para eles. Câmara Jr. usa os elementos como descrição de um sistema; vamos utilizá-los na formulação de regras que representam uma hipótese sobre o conhecimento internalizado que um falante de português tem de sua língua.

A fonologia gerativa natural restringe a análise a características transparentes na representação fonética partindo da hipótese de que um falante da língua ao construir hipóteses no momento em que internaliza uma gramática, só dispõe de dados fonéticos e vai portanto formular apenas hipóteses diretamente relacionadas a esses dados. Os mesmos dados servem de base para o trabalho de análise no modelo taxionômico e na fonologia gerativa natural. No primeiro são considerados como uma amostragem significativa do sistema simbólico que se quer analisar, na segun

da como dados disponíveis ao falante no momento em que adquire a competência da língua. Embora formuladas em termos bem diversos, as restrições à abstração na análise taxionômica e na natural têm semelhanças muito grandes. O resultado prático disso é que a análise taxionômica e a natural, embora tenham objetos diferentes, vão apresentar uma série de pontos em comum.

Considerando-se os verbos, a observação mais geral é de que, para cada um dos tempos verbais do português, o acento se coloca na mesma sílaba, contada não em relação ao final da palavra, mas à raiz verbal.

As formas verbais são constituídas pela sequência dos seguintes morfemas: raiz (R), que pode ter junto a ela prefixos e sufixos derivacionais, irrelevantes para a posição do acento, vogal temática (VT), marca de modo-tempo-aspecto (MTA), marca de número-pessoa (NP):

$$[[]R []VT []MTA []NP]_V$$

As regras de acento que vamos formular representam uma hipótese sobre o que o falante de português conhece sobre o acento nas formas verbais. Ele sabe que o acento é totalmente previsível. Segundo uma regra geral, o acento é colocado na vogal temática. As exceções a essa regra são condicionadas ou pelas marcas de modo-tempo-aspecto (futuro do presente e futuro do pretérito), ou por informações fornecidas conjuntamente pelas marcas de modo-tempo-aspecto e de número-pessoa.

Podemos representar essas informações através das seguintes regras. A regra (8) marca o acento na vogal temática, indicando ao mesmo tempo que são exceções a

ela as formas do futuro do presente e futuro do pretérito e as formas de 1a, 2a e 3a do singular e 3a do plural do presente do indicativo, presente do subjuntivo ou imperativo.

(8) Regra geral de acento nos verbos

$$V \rightarrow [Ac 1] / \frac{\quad}{VT} + \left\{ \begin{array}{l} \left[\begin{array}{l} + \text{indicativo} \\ - \text{futuro} \end{array} \right] \\ \left\{ \left[\begin{array}{l} + \text{presente} \\ + \text{imperativo} \end{array} \right] \right\} \\ - 3a \text{ pessoa} \\ - \text{singular} \end{array} \right\}$$

A regra (9) indica que o acento deve estar na primeira vogal do morfema de modo-tempo-aspecto nas formas do futuro do presente e futuro do pretérito:

(9) Regra de acento do futuro do presente e futuro do pretérito

$$V \rightarrow [Ac 1] / C + \left[\begin{array}{l} + \text{indicativo} \\ + \text{futuro} \end{array} \right]$$

A regra (10) indica que o acento deve ser colocado na última vogal da raiz do verbo na 1a, 2a, e 3a pessoa do singular e 3a do plural nas formas do presente do indicativo, presente do subjuntivo e imperativo:

(10) Regra de acento do presente e do imperativo

$$V \rightarrow \left[\text{Ac } 1 \right] \left/ \begin{array}{l} \text{---} \\ \text{R} \end{array} \right. (C(C)) + \left[\begin{array}{l} [+ \text{ presente}] \\ [+ \text{ imperativo}] \\ \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ singular}] \\ [- \text{ singular}] \end{array} \right\} \\ [+ \text{ 3a pessoa}] \end{array} \right]$$

Com essas três regras conseguimos descrever o acento em todas as formas verbais, considerando-o totalmente previsível e usando apenas traços morfológicos como relevantes para sua posição em determinadas sílabas.

3.4.2. O acento e o processo de metafonias nos verbos

Vamos voltar aqui a considerar um outro aspecto da relação que se nota no português entre a altura da vogal e o acento. No capítulo anterior analisamos o processo de levantamento das vogais não acentuadas, e para esse aspecto da fonologia do português, a mesma análise feita segundo o modelo da fonologia gerativa transformacional pode ser incorporado à análise da fonologia gerativa natural, praticamente sem alterações. Propusemos uma análise considerando que é a ausência de acento de grau 1 ou 2 que condiciona o levantamento das vogais baixas. Poderíamos formular o condicionamento na direção inversa, afirmando que se existir uma vogal que seja baixa e tenha o mesmo valor para os traços posterior e arredondado em uma das últi

mas três sílabas dos nomes, esta deve ser acentuada. A relação entre vogal baixa e acento é bem estreita, e em grande parte dos dialetos do português as vogais baixas só ocorrem foneticamente em posições acentuadas.

Um dos argumentos que nos levou a preferir a análise que considera a vogal baixa dependente do acento e não o contrário é que podemos reconhecer uma outra regra de levantamento de vogal que ocorre em ambientes ainda mais fracos, ou seja, em uma sílaba não acentuada diante de fronteira de palavra. Considerando a existência de duas regras de levantamento de vogais, vemos que elas se aplicam em perfeita simetria, havendo maior levantamento em ambiente mais fraco.

Mas seria interessante aprofundar o estudo das relações entre as vogais baixas e o acento. Se há um processo de levantamento de vogais não acentuadas, parece que está ocorrendo no português também um processo simétrico a esse, ainda restrito em sua aplicação: de abaixamento das vogais acentuadas. Um indício disso pode ser encontrado no processo de metafonia nos verbos, que sempre foi analisado como um processo puramente morfológico. Há um condicionamento morfológico, mas não é o único. A posição do acento nos verbos é totalmente previsível, o que não acontece com os nomes. Nestes, qualquer que seja o critério utilizado na análise, as exceções sempre existem.

A oposição entre uma vogal baixa e uma não baixa nunca é distintiva em raízes verbais. Daí está surgindo no sistema verbal uma distribuição complementar entre as vogais da raiz: em formas acentuadas ocorre /ɛ/ ou

/ɔ/, nas formas não acentuadas /e/ ou /o/. A maior parte dos verbos da língua já obedecem a esses padrões, tanto que as gramáticas tradicionais apresentam listas dos verbos em que isso não acontece.

Que há um condicionamento morfológico além do fonológico há, tanto que em certos verbos o processo atinge a 2a e 3a pessoas e ainda não atingiu a primeira (durmo/dormes, fujo/foges, mexo/mexes). Mas a explicação do processo de metafonía é fonológica: parte de uma associação entre o acento e a vogal baixa. Da mesma forma como se levantam as vogais não acentuadas, está havendo também um abaixamento das vogais acentuadas. O processo ainda não é muito amplo: não se abaixam as vogais vindas de ditongo (beijo/beijas) nem algumas vogais seguidas de consoante palatal, especialmente em verbos com o sufixo -ejar (voejar, cortejar). Muitos verbos que as gramáticas tradicionais apontam como não sujeitos ao processo de metafonía são usados na prática como sujeitos a esse processo. Fechar é um bom exemplo disso:

[ˈfɛʃU]	[feˈʃẽmUs]
[ˈfɛʃes]	[feˈʃays]
[ˈfɛʃe]	[ˈfɛʃẽw]

Podemos notar a relação estreita entre vogal baixa e acento na pronúncia de algumas palavras que no meu dialeto têm excepcionalmente uma vogal baixa em posição pré-tônica: setenta, noventa, Pelé, vovó. Tanto em setenta quanto em noventa, a sílaba pré-tônica que tem a vogal baixa é realizada foneticamente com mais intensidade do que a sílaba tônica, embora ninguém vá afirmar que es-

sas palavras são proparoxítonas e têm um acento secundário na penúltima sílaba. Qualquer pessoa que analise o acento em português acharia uma afirmação desse tipo absurda: primeiro porque essas palavras são derivadas de sete e nove respectivamente, e em palavras derivadas, o acento primário sempre se coloca no sufixo, podendo haver quando muito um acento secundário na posição do primário da palavra primitiva; em segundo lugar porque não temos palavras proparoxítonas com a penúltima sílaba fechada por nasal; finalmente porque nem se coloca a hipótese de um acento secundário pós-tônico em português. No entanto, a presença da vogal baixa pré-tônica nesses casos provoca no nível fonético uma inversão nos graus de acento previstos como primário e secundário:

$$\begin{array}{ccc} [s\text{e}t\tilde{e}^n\text{t}\text{e}] & [n\text{o}v\tilde{e}^n\text{t}\text{e}] \\ 1\ 2\ 4 & 1\ 2\ 4 \end{array}$$

Embora não estejamos considerando em nossa análise esses sufixos utilizados em numerais, eles se comportam quanto ao acento de forma semelhante a -(z)inho.

3.4.3. O acento nos nomes

Hooper & Terrel (1976) propõem uma análise do acento nos nomes relacionando-o com os morfemas que constituem essa classe de palavras. Segundo sua análise, em espanhol os nomes são constituídos por uma raiz seguida opcionalmente de uma vogal de classe e, em formas no plural, de um morfema de plural.

Essa mesma organização de morfemas pode ser encontrada também no português, onde podemos considerar a

existência de três vogais de classe, que poderíamos chamar também de vogais temáticas: /a/, /o/ e /e/. As vogais temáticas nos verbos são usadas para dividir essa classe em três grupos, ou conjugações, que são relevantes para algumas regras, como por exemplo para a seleção de marcas de modo-tempo-aspecto no presente do subjuntivo ou a formação do particípio. Nos nomes, a função da vogal temática não é tão clara. Duas delas (/a/ e /o/) relacionam-se de modo geral com uma variação de gênero, havendo predominância de formas femininas (ou seja, formas que só admitem vir acompanhadas de um artigo feminino (a, uma) ou de formas femininas de adjetivos (alta, clara)) entre os que têm a vogal temática /a/, e de formas masculinas entre os que têm a vogal temática /o/. É uma questão de predominância apenas, não de correspondência absoluta. Os nomes com a vogal temática /e/ se dividem arbitrariamente entre a classe masculina e a feminina.

A análise das vogais temáticas depende de um estudo prévio do gênero no português. Será necessário distinguir uma sub-classe dos nomes em que há de fato uma flexão de gênero; nesses uma mesma raiz pode vir seguida ou de uma vogal temática /o/ (na sua forma masculina) ou de um morfema de feminino /a/: aluno-aluna, gato-gata. Pode acontecer também que a forma masculina não apresente vogal temática: professor-professora. As vogais que se seguem à raiz nominal podem ser, portanto, ou uma vogal temática VT (o, a, e) ou um morfema de feminino MF (a). Nos nomes que têm efetivamente uma flexão de gênero, a forma masculina é não marcada, por isso não estamos reconhecen-

do um morfema de feminino, mas apenas uma vogal temática nessas formas. Uma forma plural meninos tanto pode se referir a seres do sexo masculino quanto do feminino, enquanto que a forma feminina correspondente (meninas) é mais específica, incluindo apenas os seres do sexo feminino. Essas vogais estão muito mal estudadas em português, e isso cria problemas para a análise do acento baseada nos morfemas que constituem os nomes.

Se fôssemos propor para o português uma análise que fosse realmente paralela à de Hooper & Terrel para o espanhol, teríamos que considerar que o sufixo -(z)inho é na verdade -(z)inh-, e que a vogal temática é deslocada do nome para o sufixo. No português esta não é uma boa análise. É melhor considerar que esse sufixo tem uma forma com o morfema de feminino e outra com a vogal temática masculina, que se combinam respectivamente com nomes femininos e masculinos. Em vez de regras de deslocamento da vogal temática, teríamos regras de composição do nome com o sufixo, que em muitos casos podem levar a mais de um resultado:

abelha abelh] R a] VT

abelhazinh] R a] VT

abelhinh] R a] VT

Apenas em casos muito raros, acrescentando o sufixo derivacional diminutivo a alguns nomes de pessoas, temos argumentos para supor que a vogal temática (e o s que a acompanha) foi deslocada para depois do sufixo:

Jonas - Joninhas

Marcos - Marquinhos

Lucas - Luquinhas

Achamos melhor tratar esses casos como exceções do que tentar encontrar motivos para justificar o fato de que a vogal temática é mantida em alguns nomes antes do sufixo diminutivo e não noutros.

Partindo da consideração dessa estrutura para os nomes (raiz e vogal temática), Hooper & Terrel propõem que o acento seja colocado por uma regra geral na última vogal da raiz. Essa formulação dá conta do acento em todas as palavras oxítonas e das paroxítonas terminadas em uma vogal temática ou morfema de feminino. As palavras que têm o acento marcado na penúltima vogal da raiz (paroxítonas e paroxítonas terminadas em consoantes ou ditongos) têm a última vogal da raiz marcada com um diacrítico. O sinal usado por Hooper e Terrel é X, que vamos conservar na formulação das regras do português:

(11) Regra de acento dos nomes

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{---} (C_o [\begin{smallmatrix} V \\ X \end{smallmatrix}]) C_o]_R$$

Na sua forma mais simples, sem o diacrítico, essa regra dá conta do acento nos seguintes casos:

café	Kefɛ]	jardim	ʒehjĩ]
	R		R
irmão	ihmẽw]	rapaz	hepas]
	R		R
tomate	tomaç]	gato	gat]
	R		R
	I]		U]
	VT		VT

Na forma mais completa, colocando o acento na penúltima vogal da raiz (quando a última for marcada por um diacrítico -

co), temos casos como os seguintes:

órgão	ɔhgãw̃ _X] R	revólver	hevɔwvɛh] X] R		
árvore	ahvor̃ _X] R	I] VT	número	nũme _X] R	U] VT

Esta análise é bastante simples, e usa os mesmos critérios para a consideração dos nomes e verbos. O aspecto problemático está na divisão entre raiz e vogal temática. É necessário observar se essa distinção é de fato relevante para outros aspectos da fonologia do português para que se possa optar por esta análise como a mais adequada aos dados.

Mas esta análise consegue fazer algumas afirmações que são intuitivamente corretas a respeito do acento nos nomes: que há alguma arbitrariedade na posição do acento (o que justifica a presença de diacríticos na regra) mas que essa arbitrariedade é pequena, havendo regularidade na maior parte dos casos. Indicamos, na análise baseada na força da sílaba, que está havendo uma mudança nos critérios para a posição do acento com o enfraquecimento das consoantes em final de sílaba. Com isso a expectativa que podemos ter a respeito do acento é de que esta análise semelhante à de Hooper & Terrel venha a ser a única adequada para o português dentro de algum tempo. Na situação atual da língua parece que a análise baseada na força silábica ainda é melhor, pois apresenta as motivações fonéticas para a posição do acento. Mas, devido ao obscurecimento das condições para a aplicação da regra causado pelos diversos processos de enfraquecimento de

consoantes em final de sílaba, a tendência é haver uma morfologização da regra de acento nos nomes, semelhante ao que já aconteceu nos verbos.

3.4.4. O acento na derivação

Em português, sempre que tivermos uma palavra que tenha um sufixo derivacional, o acento principal deve estar obrigatoriamente em uma das sílabas desse sufixo. Para decidirmos em qual das sílabas ele deve estar, não precisamos de critérios diferentes dos que forem utilizados para os nomes: temos então duas possibilidades de análise do acento principal das palavras que têm um sufixo derivacional, exatamente paralelas às propostas para os nomes. Uma possibilidade é considerar como fator determinante para a posição do acento a estrutura silábica da última sílaba do sufixo. Outra é indicar que nas palavras que têm sufixos derivacionais, esse sufixo (exceto a vogal temática ou morfema de feminino que ele eventualmente apresenta) está incluído na raiz, e que a última vogal da raiz deve ser acentuada, a menos que seja marcada com um diacrítico; nesse ^{caso} o acento irá para a penúltima vogal.

Se os sufixos derivacionais têm um comportamento uniforme no que se refere à posição do acento principal, o mesmo não acontece com referência ao acento secundário, fato que nos levou a considerar a hipótese de uma aplicação cíclica das regras de acento dentro da análise da fonologia gerativa transformacional.

Dentro da fonologia gerativa natural, temos

um outro mecanismo que nos permite distinguir entre classes de sufixos, explicando um comportamento diverso com relação à manutenção do acento principal da palavra primitiva.

Os dados que temos que considerar são os seguintes: na maior parte das palavras formadas com um sufixo derivacional no português, não há um comportamento que as diferencie das demais palavras da língua, em que não se tenha sufixo. Palavras como leveza, rapidez, movimento, realismo, com os sufixos -eza, -ez, -mento, -ismo, pertencem a uma primeira classe de palavras com sufixos derivacionais, que têm como única característica especial com relação ao acento, o fato de que esse deve ser colocado sobre o sufixo.

A segunda classe de sufixos derivacionais é mais restrita, contendo apenas, ao que parece, três sufixos: -(z)inho, -mente, -íssimo. Nas palavras formadas com esses sufixos, a sílaba tônica da raiz não se torna átona, apenas enfraquece do nível de acento 1 para 2. Esse fato é claramente observável nos exemplos abaixo, onde, como consequência da conservação do acento da raiz, a regra de levantamento de vogais não acentuadas não se aplicou.

levemente	[lɛvImẽ ⁿ çi]
	2 3 1 4
janelinha	[ʒãnɛlĩɲɛ]
	3 2 1 4
fortíssimo	[fɔhçisimU]
	2 1 4 4

Na análise de Câmara Jr e dentro do modelo da fonologia gerativa transformacional, esses casos são melhor agrupados com os casos de composição. A fonologia gerativa natural nos oferece uma outra possibilidade de análise baseada nos conceitos de morfologia produtiva e morfologia lexicalizada propostos por Hooper (1973). Nesse trabalho ela propõe que as palavras contendo morfemas lexicalizados sejam incluídas no léxico como itens separados, enquanto que uma palavra derivada por processos produtivos não é alistada no léxico.

Isso oferece uma possibilidade de explicação para o fato de que o falante, ao utilizar uma palavra derivada com um dos três sufixos do segundo grupo, continua tendo consciência de que a palavra primitiva à qual o sufixo foi acrescentado é um item lexical distinto, e mantém seu acento, além de estar sujeito a certas regras que se aplicam caracteristicamente em final de palavras, como o levantamento de vogal átona final.

Vamos examinar os sufixos em questão considerando os critérios propostos por Hooper para que se verifique o status de um morfema produtivo ou lexicalizado. São três os critérios que ela propõe para esse fim:

(a) O significado: se o significado do conjunto raiz-sufixo é inteiramente previsível a partir da combinação do significado da raiz com o significado do sufixo, então a sufixação é produtiva;

(b) Possibilidade de se combinar com qualquer forma da categoria apropriada. Os sufixos lexicalizados têm limites de distribuição que são arbitrários;

(c) Forma fonológica: os sufixos produtivos tendem a ser mais constantes e se tiverem alomorfes, estes são de certa maneira, previsíveis.

Temos assim um critério semântico (a), outro distribucional (b) e outro morfo-fonológico (c). Vamos examinar os três sufixos à luz desses critérios:

(a) O sufixo -(z)inho

O primeiro problema aparece logo de início com o critério (a). O seu significado básico, de diminutivo, é previsível na maior parte dos casos, mas não totalmente. Parece que em geral seria possível, ao encontrarmos uma palavra derivada que tivesse NOME (z)inho, deduzir o seu significado básico a partir do esquema:

SIGNIFICADO DO NOME + TAMANHO PEQUENO

Isso dá um significado básico mas não esgota as possibilidades. Conforme o contexto, pode haver também um sentido pejorativo. O que queremos dizer com a afirmação acima é que todo nome que tenha um sufixo derivacional -(z)inho tem como um dos seus sentidos a noção de diminutivo.

Mas acontece que esse sufixo, bastante usado na linguagem infantil, tem também um valor afetivo, marcando o estilo de linguagem de berço ("baby talk"). Aí seu significado já não é "tamanho pequeno", mas de uma marca afetiva.

Sob o ponto de vista do critério distribucional (b), observamos que ele é tão produtivo que se estendeu a outras classes além daquela com a qual se combinaria inicialmente (dos nomes), passando a combinar-se também com alguns elementos da classe dos adjetivos e ad-

vérbios:

bonitinho	cedinho
branquinho	pertinho
amarelinho	
novinho	

Em geral, o significado resultante está relacionado com a idéia de intensidade, podendo ser:

NÃO MUITO + SIGNIFICADO DO $\left\{ \begin{array}{l} \text{ADJETIVO} \\ \text{ADVÉRPIO} \end{array} \right\}$

ou então:

MUITO + SIGNIFICADO DO $\left\{ \begin{array}{l} \text{ADJETIVO} \\ \text{ADVÉRPIO} \end{array} \right\}$

Não podemos predizer a priori o significado de cada combinação. Depende do uso que a palavra tiver em cada caso.

Do ponto de vista do critério morfo-fonológico (c), esse sufixo tem dois alomorfes: -inho e -zinho. Na maioria dos casos, o primeiro é usado quando a palavra termina em vogal átona e o segundo nos demais ambientes. Mas aí não há muita rigidez, ficando em muitos casos a critério do falante escolher qual dos dois sufixos vai utilizar. Observe-se por exemplo a existência na língua de pares como colherinha ~ colherzinha, ruinha ~ ruazinha, abelhinha ~ abelhazinha e até devagarinho ~ devagarzinho.

(b) Os sufixos -mente e -íssimo

Não há necessidade de se fazer um exame de talhado desses dois sufixos para perceber que eles se conformam com os três critérios propostos por Hooper para que

possam ser classificados como produtivos. Todos os dois podem combinar-se com praticamente todos os adjetivos da língua. O significado resultante dessa combinação é totalmente previsível em ambos os casos:

ADJETIVO + mente = "de uma maneira" + SIGNIFICADO DO
ADJETIVO

ADJETIVO + íssimo = SIGNIFICADO DO ADJETIVO + Inten-
sidade.

Nenhum dos dois sufixos apresenta variação de alomorfes, conformando-se portanto com o critério morfo-fonológico (c).

Apesar de o sufixo -(z)inho não se adaptar completamente aos critérios de Hooper para se analisar a produtividade dos sufixos, achamos que o que deve ser revisto são os critérios e não a classificação. As características de produtividade desses sufixos são visíveis, e isso os distingue dos demais sufixos derivacionais do português. A produtividade vai distingui-los também dos casos de composição. A composição no português é um processo bem restrito em sua aplicação, sendo difícil chamá-lo de produtivo. Se os nomes formados com esses três sufixos fossem incluídos na composição, teríamos talvez que distinguir entre uma composição produtiva, em que o segundo elemento não pode ocorrer independentemente e uma composição não produtiva, com uma combinação mais livre. Preferimos complicar a análise da derivação, usando critérios que já foram propostos dentro do modelo a complicar o tratamento da composição criando critérios novos.

Sendo a derivação produtiva um processo que

o falante usa conscientemente, explica-se a manutenção nes se caso do acento da palavra primitiva: o falante tem cons ciência de que está combinando dois elementos distintos, cada um com seu acento próprio. Segundo Hooper, o léxico da gramática gerativa natural registra as palavras e não os morfemas da língua. No caso da derivação produtiva, o léxico traz as palavras primitivas e, separadamente, os sufixos produtivos. Faz parte da competência dos falantes da língua combinar os elementos dos dois conjuntos aplicando regras de derivação.

Essa explicação parece adequada para o que observamos em relação aos sufixos -mente, -(z)inho, e -ís-simo no português. O falante aplica certas regras às palavras primitivas (ver seção 2.5) inclusive a de acento e combina essas palavras com o sufixo, aplicando a seguir a mesma regra de enfraquecimento do acento tônico que ocorre em diversos casos de composição ou em seqüências de palavras.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. A inclusão de uma fronteira silábica não tira da regra seu caráter fonológico, pelo contrário, confirma esse caráter. Segundo Hooper, a sílaba é a menor unidade fonológica multi-segmental, ou seja, a menor unidade pronunciável isoladamente na qual se agrupam segmentos fonéticos.

"Em vez de usar uma unidade de significado, o morfema, como unidade básica para expressar limitações sobre a estrutura fonológica, poderíamos usar uma unidade que é puramente fonológica. A menor unidade fonológica que pode ser multi-segmental (i.e. a menor unidade pronunciável) é a sílaba." (Hooper 1973, 96)

"Existe uma classe especial de princípios organizacionais chamado regras de silabificação. Regras de silabificação são sensíveis a propriedades específicas da língua, tais como hierarquias de força de segmentos, velocidade média e real da fala, consideração de fronteira, acento e redução vocálica. Regras de silabificação são universais (consequência: a silabificação não pode nunca ser contrastiva)." (Vennemann 1971, 14)

2. A tradução para as "via-rules" adotada aqui (regras de relacionamento lexical) procura captar a função dessas regras no componente fonológico e não traduzir literalmente a expressão inglesa. Achamos mais claro usar no português essa expressão do que alguma outra que se aproximasse mais literalmente da expressão original, que é um resumo de "relacionado ao item x via regra y".

3. A fonologia natural proposta por Stampe

(1973) "A Dissertation on Natural Phonology" caracteriza-se entre outras coisas por uma visão dos processos fonológicos como operações mentais inatas. Embora haja uma motivação fonética para sua ocorrência (ocorram em benefício de uma maior facilidade articulatória, clareza auditiva, etc.) os processos são operações mentais. Existe um conjunto de processos fonológicos possíveis para as línguas naturais, e a criança ao nascer já possui o conhecimento desses processos. Durante a aquisição de uma língua particular, ela exercita a aplicação de todos os processos fonológicos inatos. Depois, à medida em que domina a língua, ela se "esquece" de grande parte dos processos que conhecia, para se fixar apenas naqueles dos quais fará uso na sua língua nativa.

Entre os processos fonológicos, nota-se a atuação de objetivos e motivações opostos. Um mesmo segmento pode estar sujeito a sofrer dois processos opostos: um que busque, por exemplo, uma maior simplicidade no plano paradigmático, no conjunto de sons disponíveis na língua; outro que procure a maior simplicidade no plano sintagmático; estando o segmento dentro de uma seqüência, adaptá-lo para que aquela seqüência seja pronunciada da forma mais fácil possível. Há assim uma competição entre os processos fonológicos.

Stampe faz uma distinção entre processos e regras. Os processos são operações mentais inatas, enquanto as regras são aprendidas pelos falantes de línguas particulares. Essa distinção é até certo ponto paralela à desenvolvida pela fonologia gerativa natural entre regras fonológicas e regras morfofonêmicas, mas as afirmações de

Stampe são mais fortes: não se trata apenas de distinguir entre regras motivadas foneticamente ou de condicionamento arbitrário, mas de explicar essa distinção por meio de uma hipótese sobre a capacidade mental inata para a aplicação dos processos fonológicos. Enquanto os processos são conhecidos pela criança antes que aprenda qualquer língua particular, as regras são aprendidas como características da língua particular aprendida pelo indivíduo, não dependendo diretamente da capacidade articulatória do falante.

Sumário de Regras do Capítulo 3

(1) Nasalização

$$V \rightarrow [+ \text{ nasal}] / \text{---} \left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ nasal} \end{array} \right] \$$$

(2) Sonorização do /s/ diante de consoante sonora

$$\left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ contínua} \\ + \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \end{array} \right] \rightarrow \alpha \text{tensa} / \text{---} \left[\begin{array}{c} C \\ \alpha \text{tensa} \end{array} \right]$$

(3) Sonorização do /s/ diante de vogal

$$\left[\begin{array}{c} C \\ + \text{ contínua} \\ + \text{ anterior} \\ + \text{ coronal} \end{array} \right] \rightarrow [-\text{tensa}] / \text{---} \# \# V$$

(4) Regra de relacionamento lexical

$$K \leftrightarrow y \quad (p - q), (r - s), (t - u)$$

(5) idem

$$a \leftrightarrow e \quad (p - q)$$

(6) Acento na sílaba final forte

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{---} \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ nasal}] \\ \alpha \text{ consonantal} \\ \alpha \text{ vocálico} \end{array} \right\} \# \text{N, adj, adv}$$

(7) Acento na penúltima sílaba

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{_____} \$ (C (G (C)))V \#] N, Adj, Adv$$

(8) Regra geral de acento nos verbos

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{_____} VT^+ \left\{ \begin{array}{l} \left[\begin{array}{l} + \text{indicativo} \\ - \text{futuro} \end{array} \right] \\ \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ presente}] \\ [+ \text{ imperativo}] \end{array} \right\} \\ - 3a \text{ pessoa} \\ - \text{ singular} \end{array} \right\}$$

(9) Regra de acento do futuro do presente e futuro do pretérito

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / C + \left[\begin{array}{l} \text{_____} \\ + \text{ indicativo} \\ + \text{ futuro} \end{array} \right]$$

(10) Regra de acento do presente e do imperativo

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{_____} (C(C))^+ \left[\begin{array}{l} [+ \text{ presente}] \\ [+ \text{ imperativo}] \\ \left\{ \begin{array}{l} [+ \text{ singular}] \\ [- \text{ singular}] \end{array} \right\} \\ [+ 3a \text{ pessoa}] \end{array} \right]$$

(11) Regra de acento dos nomes

$$V \rightarrow [Ac \ 1] / \text{---} (C_0 \begin{bmatrix} V \\ X \end{bmatrix}) C_0] R$$

CONCLUSÃO

Muito mais do que uma análise acabada, este trabalho representa uma abertura de caminhos, de temas a serem desenvolvidos. O estudo do acento apresenta inúmeras ligações com processos que ocorrem na fonologia de uma língua; não pode ser abordado isoladamente, tornando difícil a realização de um trabalho sobre esse tema que não tenha a aparência de uma colagem. Para limitar a extensão deste trabalho, fizemos a cada momento cortes no estudo de áreas da fonologia do português ainda insuficientemente estudadas, e que poderiam trazer esclarecimentos adicionais à própria compreensão do status do acento na língua.

O próprio acento, preocupação específica deste trabalho, não pode neste momento ser considerado como uma área estudada. Ao se fazer sua descrição segundo a fonologia gerativa transformacional, nossa preocupação fundamental foi de mostrar os problemas encontrados ao se aplicar aos dados do português o modelo de análise proposto por Chomsky e Halle. Esses problemas decorrem de um poder excessivo concedido aos dispositivos de análise desse modelo. A busca de uma maior simplicidade formal nas descrições, colocada em primeiro plano no modelo gerativo transformacional, leva a um distanciamento tão grande dos dados fonéticos (que deveriam ser ponto de partida e de chegada na análise) que se torna difícil, em um dado momento, dizer que tal análise é a descrição da competência de um falante da língua. O estudo do acento põe em evidên-

cia esse fato, mais do que outros aspectos da fonologia do português, podendo representar um recurso para que se questione tal modelo de análise.

No estudo feito segundo a fonologia gerativa transformacional, podemos concluir que a resposta possível a nossas indagações sobre a natureza do acento em português é comprometida pela própria organização dos dispositivos de análise reconhecidos pela teoria. A resposta possível nesse modelo é uma só: o acento é previsível por regras. Se os dados não se conformam a esse pressuposto, há várias formas de explicar as diferenças entre o nível fonético e a representação fonológica sobre a qual as regras de acento se aplicam. Um estudo mais aprofundado do modelo da fonologia gerativa transformacional leva a duvidar das respostas que esse modelo pode fornecer à pergunta sobre a natureza do acento em português. A indagação sobre a natureza do acento em uma língua particular abre outras indagações sobre a própria organização do modelo da fonologia gerativa.

Como uma análise gerativa transformacional não responde de forma satisfatória às questões que são o ponto de partida para esta análise, resta a alternativa de procurar outros modelos, que reconsiderem os pontos problemáticos da análise Chomskyana. Isso nos leva à fonologia gerativa natural, numa tentativa de ver se este modelo nos permite uma melhor compreensão do problema inicial.

Dentro da fonologia gerativa natural, pretende-se que, para um conjunto de dados haja apenas uma

análise possível e que a explicação dos processos descritos já esteja incluída na própria descrição. Ao abordarmos a análise do acento apoiando-nos nos dispositivos apresentados por esse modelo de análise, constatamos que, em se tratando da descrição de processos morfofonêmicos, o objetivo do modelo ainda não foi atingido. Uma atenção maior dada ao objeto que é descrito nessa área nos leva a um questionamento da própria proposta quando se trata de descrever a morfologização de algum processo. Sendo a morfologização um condicionamento arbitrário do ponto de vista fonético, seria válido desejar que, para um condicionamento arbitrário houvesse uma só descrição possível, na qual a explicação, a motivação já estivesse explicitada? Os dados do acento nos nomes em português nos forçam a pensar mais nesta questão. Diante de duas análises possíveis para um mesmo conjunto de dados, e da ausência de uma medida de avaliação que nos ajude a optar por uma ou outra, temos que tornar a refletir sobre o problema da morfologização dos processos em uma língua. É necessário também fazer uma série de análises paralelas à do acento para conseguir perceber qual das duas análises reflete a competência real dos falantes do português naquela área. Torna-se necessário estudar sobretudo a história do acento na língua e observar sistematicamente como as crianças brasileiras adquirem as regras de acento.

No texto foram introduzidas várias observações que já mostram uma busca do que é real para os falantes, de como eles percebem atualmente o acento. Mas foram tentativas ainda pouco desenvolvidas. Para nós neste

momento as duas análises propostas dentro da fonologia ge
rativa natural representam hipóteses que só poderão ser
aceitas ou rejeitadas na medida em que a investigação dess
sa área tiver continuidade, em que novos argumentos forem
somados aos já discutidos.

BIBLIOGRAFIA

- Abaurre, Maria Bernadete Marques. 1973. Identidade de Representações Básicas e Fatores de Diferenciação Superficial no Componente Fonológico de Línguas Cognatas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Inédito.
- _____. 1974 a. "One or Two Words?". Inédito.
- _____. 1974 b. "Some Cases of Plural Formation in Portuguese: a Natural Approach". Inédito.
- _____. 1974c. "Some Problems of Portuguese Phonology in the Light of NGP and the Revised Strong Naturalness Condition". Inédito.
- _____. 1974d. "Portuguese Plural Formation: a Natural Approach". Inédito.
- Anderson, Stephen. 1974. The Organization of Phonology. New York - San Francisco - London, Academic Press.
- Angenot, Jean-Pierre. 1977. "Sub-especificação e Tonologia Gerativa Natural: Exemplos Africanos". Tradução de Claiz Passos e Suzana Longo Sampaio. Rio de Janeiro, PUC - II encontro nacional de lingüística.
- Azevedo, Milton M. 1976. O Subjuntivo em Português. Petrópolis, Vozes.
- Bastelli, Sílvia Helena. 1975. Aspectos Derivacionais em Português. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Inédito.
- Berman, Arlene e Szamosi, Michael. 1972. "Observations on Sentential Stress". *Language*, volume 48.2.
- Botha, Rudolf P. 1971. Methodological Aspects of Transformational Generative Phonology. Paris, Mouton.

- Bresnan, Joan W. 1971. "Sentence Stress and Syntactic Transformations". *Language*, volume 47.
- _____. 1972. "Stress and Syntax; a Reply". *Language*, volume 48.2.
- Câmara Jr, Joaquim Mattoso. 1953. Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa. Rio de Janeiro, Organização Simões.
- _____. 1971. Problemas de Linguística Descritiva. Petrópolis, Vozes.
- _____. 1972. Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis, Vozes.
- Cearley, Alvin. 1974. "The Only Phonological Rule Ordering Principle", in Anthony Bruck, Robert A. Fox e Michael W. Lagaly (eds.) Papers from the Parasession on Natural Phonology. Chicago, Chicago Linguistic Society.
- Chomsky, Noam. 1965. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Tradução de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra, Arménio Amado, 1975.
- Chomsky, Noam e Halle, Morris. 1968. The Sound Pattern of English. New York, Harper & Row.
- Garde, Paul. 1968. L'Accent. Paris, Presses Universitaires de France.
- Gebara, Ester Mirian Scarpa. 1976. Alguns Aspectos da Intonação no Português. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Inédito.
- Greenberg, Joseph H. e Kaschube, Dorothea. 1976. "Word Prosodic Systems: a Preliminary Report" em Working Papers on Language Universals, Stanford University.
- Harris, James W. 1969. Fonologia Generativa del Español. Tradução de Aurelio Verde. 1975. Barcelona, Planeta.

- Hooper, Joan Bybee. 1973. Aspects of Natural Generative Phonology. Los Angeles, University of California, Inédito.
- _____. 1975. "The Archi-segment in Natural Generative Phonology". *Language*, volume 51.3.
- Hooper, Joan Bybee e Terrell, Tracy. 1976. "Stress Assignment in Spanish: a Natural Generative Analysis". *Glossa*, volume 10.1.
- Hyman, Larry M. 1975. Phonology - Theory and Analysis. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- Jakobson, Roman. 1932. Fonema e Fonologia. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Jr. 1972. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Kiparsky, Paul. 1968. "How Abstract is Phonology?" Indiana University Linguistics Club, Inédito.
- Lakoff, George. 1972. "The Global Nature of the Nuclear Stress Rule". *Language*, volume 48.2.
- Leite, Yonne de Freitas. 1974. Portuguese Stress and Related Rules. Dissertação de Doutorado, University of Texas at Austin, Inédito.
- Mateus, Maria Helena Mira, 1975. Aspectos da Fonologia Portuguesa. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Perini, Mário Alberto. 1977. "Evidência Substancial para a Regra de Assibilação em Português". Belo Horizonte, Inédito.
- Pike, Kenneth. 1947. Phonemics: a Technique for Reducing Languages to Writing. University of Michigan Press.
- Pontes, Eunice. 1972. Estrutura do Verbo no Português Coloquial. Petrópolis, Vozes.

- Possenti, Sírio. 1977. Algumas Considerações Sobre o Problema da Abstração das Representações Fonológicas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Inédito.
- Rudes, Blair A. 1975. "Lexical Representation and Variable Rules in Natural Generative Phonology". State University of New York at Buffalo, Inédito.
- Schane, Sanford A. 1973. Generative Phonology. Englewood Cliffs, Prentice Hall Inc.
- St Clair, Robert N. 1971. "The Portuguese Plural Formation" em Linguistics, an International Review. Paris, Mouton.
- Trubetzkoy, N. S. 1939. Princípios de Fonologia. Tradução de Delia Garcia Giordano e Luís J. Prieto. 1973. Madri, Cincel.
- Venneman, T. 1971. "Natural Generative Phonology". University of California, Inédito.
- Willis, Bruce E. 1970. "Stress Assignment in Spanish" em Jerrold M. Sadock e Anthony L. Vanek eds. Studies Presented to Robert B. Lees by his Students. Edmonton-Champain: Linguistic Research Inc.